

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ana Jéssica Silva Mendonça

Urbanismo e arquitetura de Braga (séculos I a XV).
Análise evolutiva da zona
arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº166/168.

Tese de Mestrado
Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins
e da
Doutora Raquel Martínez Peñin

DECLARAÇÃO

Nome: Ana Jéssica Silva Mendonça

Endereço eletrónico: anajsmendonca@gmail.com

Telefone: 966952343

Número do Cartão de Cidadão: 14424228

Título do Relatório de Estágio:

Urbanismo e arquitetura de Braga (séculos I a XV). Análise evolutiva da zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão n° 166/168

Orientadores:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins
Doutora Raquel Martínez Peñin

Ano de conclusão: 2019

Ramo do Conhecimento do Mestrado:

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, ____/____/2019

Assinatura: _____

Agradecimentos

Passaram cinco anos. É impossível isolar a meta quando o percurso foi longo, pelo que sinto que devo estender a minha gratidão a todos aqueles que me acompanharam neste percurso académico.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Manuela Martins, por todo o conhecimento partilhado. O seu apreço pelo rigor e a dedicação à Arqueologia foram uma influência na concretização deste trabalho mas também na minha formação pessoal.

À minha coorientadora, a Dra. Raquel Peñin, agradeço a disponibilização dos materiais arqueológicos que estudou e que foram incluídos neste relatório.

Agradeço à Dra. Fernanda Magalhães pela disponibilidade, atenção e envolvimento em todas as fases deste trabalho. Do mesmo modo, estendo os meus agradecimentos ao Dr. Jorge Ribeiro, à Dra. Cristina Braga e a todo o *staff* da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Aos professores: José Meireles, Maria do Carmo Ribeiro, Ana Bettencourt, Paula Bessa, Carla Martins, Arnaldo Sousa Melo, Marta Lobo e José Capela, estou grata pelo modo como cada um, à sua maneira, contribuiu para o meu desenvolvimento académico e, sublinho ainda, o gosto que têm pela disciplina da História e da Arqueologia, que foi transmitido e estimulado.

À Professora Helena Paula Carvalho e ao Francisco Mendes, agradeço a amizade e as palavras de incentivo que foram, sem dúvida, um reforço para concluir esta fase.

À minha mãe, agradeço por todo o apoio e dedicação; ao meu pai, que também me apoiou e porque a ele devo o interesse pela Arqueologia; e ao meu irmão, pelo companheirismo e amizade.

À avó Regina, à tia Luísa e à pequena Yara, agradeço-vos todo o amor e as palavras que encheram o coração.

Aos meus amigos, agradeço pelos momentos que partilhámos juntos, por me proporcionarem as melhores ocasiões de fuga. Obrigada Martim, Catarina, Tomé, Aléssia, Gonçalo, Huguinho, Vicky, Telma, Inês, Luisinha, Irina e Andreia.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo caracterizar a evolução do urbanismo e da arquitetura de Braga, entre os séculos I e XV, tendo por base a avaliação dos dados fornecidos pelas escavações realizadas nas zonas arqueológicas da Escola Velha da Sé e a Rua Frei Caetano Brandão n.º 166/168.

A identificação de parte da estrutura de uma *domus*, de dois tramos das duas muralhas medievais, um dos quais associado a um torreão, concretamente o da muralha fernandina, em duas intervenções arqueológicas contíguas, tornam este setor da cidade num local privilegiado para desenvolvermos uma investigação vinculada ao estudo da evolução urbana da cidade de Braga. Neste sentido, o objetivo geral deste estudo centrou-se numa interpretação diacrónica deste espaço, através do cruzamento dos dados, pretendendo-se reconstruir as fases que sequenciem a evolução do local, uma vez que a cronologia dos vestígios aponta para uma ocupação desde a época romana até à atualidade.

Com o recurso à tecnologia informática, registos de campo e fontes arqueológicas, procurámos verificar as transformações urbanísticas e arquitetónicas ocorridas nos locais estudados e relacioná-las a uma escala mais ampla com os dados disponíveis sobre o contexto da evolução global da cidade. Pretendemos, assim, compreender melhor a evolução da cidade romana, tardo antiga e alto e baixo medieval que vêm sendo reveladas no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*.

Abstract

The main objective of this work is to analyse the evolution and occupation of the archaeological area of Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão n° 166/168, based on urbanism and architecture in Braga, between 1st and XVth centuries.

The variety of data in this archeological site allowed us to develop a diachronic evolution of the physical constructed space. The identification of part of the structure of a *domus*, two sections of medieval walls, one of which is associated with a turret, makes this spot a prime location to develop an investigation related to the urban evolution of the city of Braga.

In order to achieve these results it was required the analysis of field records of the excavation (to understand the long stratigraphic sequence) and also the study of materials (to establish a chronological relation between the archaeological remains and the occupation phases). All information was then manipulated using computer graphics technology in order to represent a virtual reconstruction of the archaeological site.

The analysis of the spatial transformation allowed us to establish seven occupation phases (Roman, Medieval, and Modern ages) that are related to specific features of urban morphology, such as, street blocks, road systems and city walls.

We intend, therefore, to better understand the evolution of the Roman and Medieval city, which have been revealed in the scope of the *Bracara Augusta* Rescue Project.

«Lost opportunities, lost possibilities, feelings we can never get back. That's part of what it means to be alive. But inside our heads - at least that's where I imagine it - there's a little room where we store those memories. A room like the stacks in this library. And to understand the workings of our own heart we have to keep on making new reference cards. We have to dust things off every once in awhile, let in fresh air, change the water in the flower vases. In other words, you'll live forever in your own private library.»

- Haruki Murakami, *Kafka on the Shore*

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Epígrafe	vii
Índice	ix
Lista de figuras	xi
Lista de apêndices	xvii

Introdução **3**

Parte I – Introdução ao estudo do urbanismo e da arquitetura em Braga

1. O urbanismo e arquitetura como objeto de análise	7
2. Da fundação de Braga até à atualidade. <i>Bracara Augusta, Bracara e Braga</i>	11
2.1 O contributo da Arqueologia para o estudo das cidades	18
3. Objetivos	27
4. Metodologia de análise	28

Parte II – As Zonas Arqueológicas da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº 166/168

1. Zona arqueológica da Escola Velha da Sé	33
1.1 Enquadramento da intervenção e metodologia de abordagem da informação	33
1.2 Análise das estruturas	34
1.2.1 Os silhares	34
1.2.2 Os muros	37
1.2.3 Os pavimentos	52
1.2.4 As estruturas hidráulicas	55
1.2.5 As muralhas medievais	59
1.3 A evolução e cronologia dos espaços	61
2. Zona arqueológica da Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168	71
2.1 Enquadramento da intervenção e metodologia de abordagem da informação	71
2.2 Análise das estruturas	72
2.2.1 Os muros e a muralha fernandina	72
2.2.2 Os pavimentos	88
2.2.3 As estruturas hidráulicas	91
2.3 A evolução e cronologia dos espaços	92

Parte III – Análise evolutiva da Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº 166/168

1. Fases de ocupação	105
1.1 Fase I	106
1.2 Fase II	107
1.3 Fase III	110
1.4 Fase IV	112
1.5 Fase V	115

1.6 Fase VI	116
1.7 Fase VII	119
Considerações finais	123
Bibliografia	131
Apêndices	139

Lista de figuras

- Figura 1 – Mapa da Península Ibérica com a localização de *Bracara Augusta* (Martins et al., 2012: 34)
- Figura 2 – Malha urbana de *Bracara Augusta* no Alto Império (Martins e Ribeiro, 2013: 22)
- Figura 3 – Malha urbana de *Bracara Augusta* no Baixo-império (Martins e Ribeiro: 2013: 23)
- Figura 4 – Perímetro da muralha baixo-imperial integrada na primeira cerca medieval (Ribeiro, 2008: 321)
- Figura 5 – Restituição 3D da *domus* das Carvalheiras (Magalhães, 2015: 74)
- Figura 6 – Planta interpretada da *domus* do Ex Albergue Distrital (Magalhães, 2015: 74)
- Figura 7 – Sobreposição da muralha romana na cartografia atual (Ribeiro, 2008: 279)
- Figura 8 – Planta geral da zona arqueológica Escola Velha da Sé
- Figura 9 – Croqui UE272 (Ribeiro, 2010: 340)
- Figura 10 – Plano da UE272
- Figura 11 – Croqui UE020 (Ribeiro, 2010: 340)
- Figura 12 – Plano da UE020
- Figura 13 - Croqui UE060 (Ribeiro, 2010: 340)
- Figura 14 – Plano da UE060
- Figura 15 – Planta geral com as UEs 066, 130 e 240 assinaladas
- Figura 16 – Plano dos muros UE130 e UE166 do tanque do peristilo
- Figura 17 – Plano do muro (UE240)
- Figura 18 – Plano do muro (UE066)
- Figura 19 – Planta geral com as UEs 067 e 025 assinaladas
- Figura 20 – Plano do muro (UE067)
- Figura 21 – Plano do muro (UE025)
- Figura 22 – Planta geral com as UEs 002, 003 e 022 assinaladas
- Figura 23 – Plano do muro (UE003)
- Figura 24 – Plano do muro (UE002)
- Figura 25 – Plano do muro (UE022)
- Figura 26 – Planta geral com as UEs 045, 048 e 036 assinaladas
- Figura 27 – Plano do muro (UE045)

Figura 28 – Plano do muro (UE048)

Figura 29 – Plano do muro (UE036)

Figura 30 – Planta geral com as UEs 022, 020, 060 e 272 assinaladas

Figura 31 – Plano dos silhares que definiam o pórtico

Figura 32 – Planta geral com as UEs 117, 114, 118, 160 e 165 assinaladas

Figura 33 – Plano do muro (UE114 e UE117)

Figura 34 – Plano do muro (UE160)

Figura 35 – Plano do muro (UE165)

Figura 36 – Planta geral com as UEs 023, 029, 076 e 070

Figura 38 – Plano do muro (UE070 e UE076)

Figura 39 – Plano do muro (UE023)

Figura 40 – Plano do muro (UE029)

Figura 41 – Planta geral com a UE088 assinalada

Figura 42 – Plano do muro (UE088)

Figura 43 – Planta geral com as UEs 001 e 047 assinaladas

Figura 44 – Plano do muro (UE001)

Figura 45 – Plano do muro (UE047)

Figura 46 – Planta geral com a UE176 assinalada

Figura 47 - Planta geral com o pavimento do corredor e de um compartimento assinalado

Figura 48 - Fotografia do pavimento do corredor em opus tessellatum (©GACMB)

Figura 49 - Trama do motivo do mosaico

Figura 50 - Fotografia do pavimento (UE011) (©GACMB)

Figura 51- Plano da UE011

Figura 52 - Planta geral com o balneário assinalado

Figura 53 - Fotografia dos pavimentos UEs 161 e 185 (©GACMB)

Figura 54 - Plano das UEs 161 e 185

Figura 55 - Planta geral com as UEs 026, 057 e 121 assinaladas

Figura 56 - Plano das UEs 026 e 057

Figura 57 - Projeção da canalização UE026 e 057 (Teixeira, 2012)

Figura 58 - Desenho de secção da canalização (Teixeira, 2012)

Figura 59 - Fotografia da canalização UE026 e 057 (©GACMB)

Figura 60 - Desenho da secção da UE121 (Teixeira, 2012)

Figura 61 - Plano da UE121

Figura 62 - Planta geral com UEs 154, 108 e 220 assinaladas

Figura 63 - Fotografia das muralhas UE154 e 108 (©GACMB)

Figura 64 - Plano da muralha (UE154)

Figura 65 - Plano da muralha (UE108) e o torreão (UE220)

Figura 66- Diagrama da sondagem 105/106

Figura 67- Corte 2 O/E. Pormenor das UEs 295, 003 e 296

Figura 68 - Diagrama da sondagem 202

Figura 69 - Corte 4 N/S. Pormenor das UEs 102 e 103

Figura 70 - Diagrama do corte 4 N/S

Figura 71 - Diagrama da sondagem 201

Figura 72 - Sondagem 201. Pormenor das UEs 022, 029, 019, 078, 207, 274 e 273

Figura 73 - Diagrama da sondagem 206

Figura 74 - Diagrama da sondagem 305

Figura 75 - Corte 2 E/O. Pormenor das UEs 132, 133, 102 e 103

Figura 76 - Diagrama da sondagem 301

Figura 77 - Diagrama da sondagem 102

Figura 78 - Corte 3 O/E. Pormenor das UEs 154, 155, 156 e 175

Figura 79 - Alçado norte da muralha (UE154)

Figura 80 - Diagrama do corte 3 E/O

Figura 81 - Diagrama do corte 7 N/S

Figura 82 - Planta geral da intervenção na Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168

Figura 83 - Fotografia do local de escavação (©UAUM)

Figura 84 - Planta geral com as UEs 055, 057, 175 e 178 assinaladas

Figura 85 - Plano dos muros (UE055 e 057) e sapata (UE247)

Figura 86 - Alçado oeste do muro (UE175)

Figura 87 - Alçado norte do muro (UE178) e soleira (UE216)

Figura 88 - Planta geral com as UEs 228, 262 e 264 assinaladas

Figura 89 - Plano do muro (UE228)

Figura 90 - Plano do muro (UE263) e sapata (UE262)

Figura 91 - Plano do muro (UE264)

Figura 92 - Fotografia do alçado este das UEs 262 e 263 (©UAUM)

Figura 93 - Fotografia do alçado este do muro (UE264) (©UAUM)

Figura 94 - Planta geral com as UEs 082 e 187 assinaladas

Figura 95 - Alçado oeste do muro (UE187), da sapata (UE191) e do bloco (UE188)

Figura 96 - Plano do muro (UE082)

Figura 97 - Planta geral com as UEs 176, 222 e 215 assinaladas

Figura 98 - Plano do muro (UE176) e a soleira (UE221)

Figura 99 - Plano do muro (UE222)

Figura 100 – Perspetiva das UEs 176, 222 e 215 e da soleira (UE221) (©UAUM)

Figura 101 - Plano do muro (UE215)

Figura 102 - Planta geral com as UEs 199 e 220 assinaladas

Figura 103 - Alçado sul do muro (UE199) e sapata (UE205)

Figura 104 - Planta geral com as UEs 084, 129 e 169 assinaladas

Figura 105 - Plano do muro (UE084)

Figura 106 - Plano dos muros (UE169 e UE129)

Figura 107 - Planta geral com a UE141 assinalada

Figura 108 - Plano do muro (UE141 e 036)

Figura 109 - Planta geral com as UEs 018, 049 e 036 assinaladas

Figura 110 - Plano das faces interna e externa da muralha

Figura 111 - Alçado oeste do muro (UE036) e da sapata (UE030)

Figura 112 - Alçado oeste do muro (UE201)

Figura 113 - Planta geral com a UE062 assinalada

Figura 114 - Plano do poço (UE062)

Figura 115 - Planta geral com a UE085 assinalada

Figura 116 – Plano do pavimento (UE085)

Figura 117 - Fotografia do lajeado da rua (UE085) (©UAUM)

Figura 118 - Perfil norte do pavimento (UE071)

Figura 119 - Planta geral com a UE260 assinalada

Figura 120 - Plano do pavimento (UE260)

Figura 121 – Perspetivadas UEs 264 e 260 (©UAUM)

Figura 122 - Planta geral com as UEs 079 e 080 assinaladas

Figura 123 - Perfil oeste da canalização (UE079 e 080)

Figura 124 - Diagrama da sondagem 11

Figura 125 - Perfil oeste do muro UE057 e respetiva sapata e vala de fundação

Figura 126 - Diagrama da sondagem 10

Figura 127 - Diagrama da sondagem 9

Figura 128 - Diagrama da sondagem 6

Figura 129 - Alçado norte do muro UE 141

Figura 130 - Diagrama da sondagem 7

Figura 131 - Diagrama da sondagem 8

Figura 132- Corte 1 da sondagem 12

Figura 133 - Diagrama da sondagem 4

Figura 134 - Perfil norte da sondagem 12

Figura 135 - Alterações morfológicas na malha urbana durante a Alta Idade Média (Martins e Ribeiro, 2013: 29)

Figura 136 - Planta das ruas medievais sobre a malha urbana romana (Ribeiro, 2008: 413)

Figura 137 - Mapa de Braunio, de 1594 (Martins et al., 2012: 82)

Figura 138 - Malha urbana do séc. XVIII (Martins e Ribeiro, 2013: 36)

Figura 139 – Excerto das folhas 15 e 20 do Mapa de Francisco Goullard (séc. XIX). Zoom da área de intervenção com a representação do poço (©UAUM)

Figura 140 - Excerto das folhas 15 e 20 do Mapa de Francisco Goullard (©UAUM)

Lista de apêndices

Apêndice 1 – Corte 2 O/E da intervenção na Escola Velha da Sé

Apêndice 2 – Corte 2 e 3 N/S da intervenção na Escola Velha da Sé

Apêndice 3 – Corte 5 e 6 N/S da intervenção na Escola Velha da Sé

Apêndice 4 – Perfil norte da sondagem 1 da intervenção da Rua Frei Caetano Brandão n° 166/168

Apêndice 5 – Corte 2 da sondagem 12 da intervenção da Rua Frei Caetano Brandão n° 166/168

Apêndice 6 – Alçado SE da sondagem 12 da intervenção da Rua Frei Caetano Brandão n° 166/168

Apêndice 7 – Planta geral das ruínas da Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão n° 166/168

Apêndice 8 – Planta interpretativa da Fase I e Fase II

Apêndice 9 – Planta interpretativa da Fase IV e Fase V

Apêndice 10 – Diagrama geral RFCB 166/168

Introdução

Este trabalho apresenta-se como um relatório de Estágio, realizado no 2º ano de Mestrado do Curso de Arqueologia da Universidade do Minho, no contexto do Projeto Arqueológico de Braga, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da mesma Universidade.

O caso de estudo selecionado corresponde a duas zonas arqueológicas que se situam no centro histórico de Braga, conhecidas por Escola Velha da Sé e da Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168.

É ao abrigo do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, dirigido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, desde 1977, que tem sido possível apresentar resultados do ponto de vista da reconstrução do urbanismo de Braga, mas também dos edificados que dinamizaram a evolução urbana da cidade, entre a sua fundação romana e a Idade Média. É com base nesse projeto científico que a investigação da cidade tem sido realizada de forma sucessiva, tentando responder às exigências do crescimento urbano contemporâneo, mas também aos objetivos científicos dos investigadores. Neste sentido, importa salientar que os estudos arqueológicos realizados na cidade de Braga têm permitido interpretar ocupações na longa duração, desde o período romano até à atualidade.

Com base nos estudos já realizados, sabemos que o sítio de Braga foi fundado *ex novo*, entre 15/13 a.C., tendo conhecido uma organização ortogonal, com orientação NNO/SSE. A implantação desta malha urbana contribuiu para que, no Alto e Baixo-Império, fossem edificadas estruturas que deixaram marcas visíveis no registo arqueológico que vem sendo identificado nas escavações realizadas ao longo dos últimos 40 anos (Martins *et al.*, 2013: 82).

Numa sucessão de eventos o quadrante nordeste da cidade romana foi sobreposto pela cidade medieval, facto marcante na reorganização da malha urbana, resultante da progressiva desativação e/ou reutilização de edifícios públicos, mas também na edificação de equipamentos novos, influenciados pela difusão do Cristianismo, como aconteceu com a construção da primeira basílica paleocristã, no sítio da atual Sé Catedral, nos inícios do século V (Fontes *et al.*, 1997-98). A criação desta nova centralidade determinou a persistência de um núcleo urbano medieval no quadrante nordeste da antiga cidade romana, onde se evidenciam os processos de permanência/rutura e continuidade/descontinuidade característicos das cidades históricas.

Privilegiada pela sua longa duração histórica, Braga constitui-se, de facto, como um organismo dinâmico, assinalando sucessivas transformações responsáveis pela sua configuração atual (Martins e Ribeiro, 2013: 12).

O sítio da nossa investigação é central para compreender a sucessão de ocupações entre o período romano até à atualidade e as dinâmicas de evolução do espaço urbano bracarense. Para o efeito procuraremos utilizar as metodologias já aplicadas noutras áreas do centro histórico, estudadas a partir dos vestígios arqueológicos, com recurso à iconografia e às fontes escritas para os períodos mais recentes, de que é exemplo o estudo da evolução da Rua Verde (Martins e Ribeiro, 2013).

Num primeiro momento, a zona arqueológica da Escola Velha da Sé contou com 5 fases de intervenção arqueológica, entre 1998 e 2003, tendo sido objeto de estudos detalhados que permitiram reconhecer a parte sul de uma *domus* romana nas suas diferentes fases de ocupação até à Antiguidade Tardia (Magalhães, 2010). Ai foi igualmente identificado um tramo da muralha alto medieval, presumivelmente construída entre os séculos IX/X, bem como os alicerces da muralha fernandina associada a um torreão. Entre 2015/2016 nos terrenos situados a norte, no lote nº 166/168 da Frei Caetano Brandão foi realizada uma outra intervenção arqueológica de carácter preventivo que permitiu confirmar a sequência evolutiva registada na Escola Velha da Sé.

Assim, e tendo por base o cruzamento dos dados das duas intervenções, o objetivo deste trabalho associa-se à oportunidade de acrescentar mais uma peça ao *puzzle* que é a estruturação da malha urbana e do urbanismo da cidade de Braga, só possível de recuperar, nas suas fases mais antigas através da Arqueologia Urbana.

Neste sentido, este relatório de estágio, encontra-se estruturado em três partes. Na Parte I realizaremos uma breve análise ao estado da arte, versando tópicos de revisão da bibliografia que considerámos fundamentais para o entendimento do contexto histórico da fundação e do desenvolvimento urbanístico da cidade de Braga, desde a sua fundação romana. De seguida, serão traçados os objetivos gerais e específicos deste projeto e serão apresentados os mecanismos de atuação (metodologia). Na parte II serão analisados os dois sítios arqueológicos, mediante a descrição das estruturas e do desenvolvimento de diagramas estratigráficos que esbocem uma interpretação preliminar da ocupação dos espaços. Finalmente, na Parte III, apresentaremos uma proposta interpretativa da sequência ocupacional do espaço.

Parte I

Introdução ao estudo do urbanismo e da arquitetura em Braga

1. O urbanismo e arquitetura como objeto de análise

A particularidade desta investigação, que versa uma ocupação diacrónica na Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168, vai contribuir para a interpretação do edificado construído nesta zona da cidade e, a partir daí, realizar uma articulação da informação disponibilizada pelas intervenções referidas com o urbanismo e arquitetura de Braga. Deste modo, considerámo-lo importante analisar os objetos de estudo que definem este trabalho. Por isso, serão revistos estudos sobre o urbanismo romano a par dos elementos que o definem, neste caso a arquitetura privada, materializada na *domus* da Escola Velha da Sé, e os elementos defensivos, como a muralha suevo-visigótica e a muralha fernandina e respetivo torreão, que se prolongam nos nºs 166/168 da Rua Frei Caetano Brandão, dispostos a norte da anteriormente referida zona arqueológica.

A cidade define-se, genericamente, como um espaço complexo que acumula, sucessivamente, num território, elementos urbanísticos e construtivos que serviam as necessidades de um período histórico e de uma sociedade. Esta incorporação permanente de novos elementos permite-nos caracterizá-la como um organismo vivo, cujas mutações marcam definitivamente a paisagem urbana. O estudo do espaço urbano permite reflexões sobre temas como a sociabilidade, os poderes, a tecnologia e a economia, transversais no contexto cronológico (Ribeiro, 2008: 33).

O espaço urbano tem sido alvo de alterações na definição do seu conceito, decorrentes dos contextos históricos, que fizeram surgir as cidades, e do foco de estudo de diversas áreas disciplinares, que tentam defini-la com base nas suas perspetivas de atuação (Ribeiro, 2008: 34). Por exemplo, a cidade romana configura-se como um espaço que garante o funcionamento de atividades políticas, sociais e económicas através de um conjunto de infraestruturas. Já a cidade medieval associa-se a um espaço defensivo, materializado na construção de muralhas (Ribeiro, 2008: 34). Independentemente da época histórica, nota-se a preocupação em conjugar a organização e a funcionalidade dos espaços urbanos.

No século XV verifica-se uma forte teorização da cidade que resultou no surgimento da “Tratadística da Arquitetura”. Este conjunto de tratados, que teve a participação de vários teóricos, reúne a normalização da linguagem arquitetónica, propondo cidades geométricas e ligações orgânicas entre os elementos que a constituem (Fafiães, 2015: 19-20).

Já no século XVI, surge uma nova fase, Maneirista, que revela influências da teorização Renascentista. Neste contexto, o protótipo de "cidade ideal" passou a fazer parte da realidade de várias cidades europeias, com a prevalência de características como a regularidade, o sentido prático e estético (Fafiães, 2015: 21).

A Revolução Industrial, no século XVIII, acompanhada por uma demografia em crescimento, trouxe repercussões na distribuição da população em zonas periféricas e aglomerados industriais. Este momento é o ponto de viragem para o surgimento das grandes cidades atuais, cuja expansão ficou a dever-se ao frenético crescimento demográfico e, em consequência, ao aumento da taxa de urbanização que alterou a morfologia e a estrutura funcional das cidades (Fafiães, 2015: 22-23).

Neste sentido, importa salientar que a cidade pode ser concetualizada com base na ideologia dominante das sociedades que a conceberam. Por outro lado, as definições atuais estão ligadas a preocupações de expansão urbana, em que a compreensão da morfologia e da evolução urbana é primordial para controlar e organizar o seu crescimento, aspetos que constituem o objeto de estudo privilegiado de disciplinas como o Urbanismo. Todavia, a complexidade do fenómeno urbano, assegurada pela informação diversificada que carrega na sua génese, só pode ser compreendida mediante um diálogo multidisciplinar. Neste sentido, várias disciplinas científicas, como a Arqueologia, a História, a Geografia, a Arquitetura e a Sociologia, têm debatido e vinculado as suas temáticas para o estudo da evolução urbana, em todas as suas dimensões (Ribeiro, 2008: 36).

O estudo da evolução da paisagem urbana deve conjugar as várias dimensões que definem a cidade, a que acresce a sua dimensão material, representada pelo edificado que deve também ser objeto de análise. Esta temática só pode ser desenvolvida pela Arquitetura em articulação com a Arqueologia Urbana, na recuperação de vestígios físicos que integram o espaço urbano e o edificado atual. Com o desenvolvimento de metodologias e técnicas para estudar as cidades sobrepostas, é possível traçar o percurso do fenómeno urbano através das alterações ocorridas ao nível do edificado (Fafiães, 2015: 25).

Neste estudo, a vertente que nos propomos desenvolver e compreender refere-se aos elementos topográficos que compõem a cidade, visando perceber de que forma se conjugam com a transformação e desenvolvimento da malha urbana de Braga.

O interesse pelo edificado e construção da época clássica remonta para o século XV. É neste período que, sob influência de correntes humanistas baseadas na obra de Vitruvius, se desenvolveram os primeiros trabalhos sobre esta temática (Ribeiro, 2010: 10). Nesta obra, escrita na última metade do século I a.C., integram-se conceitos teóricos e práticos aplicados à construção de obras públicas e privadas que, os teóricos renascentistas vão sistematizar, criando um *corpus* gráfico das obras de arquitetura do mundo romano (Ribeiro, 2010: 11).

Até ao século XVIII os estudos eram baseados em fontes literárias, contudo, com a descoberta de Pompeia e Herculano, as antigas cidades romanas que colapsaram com a erupção do Vesúvio, as investigações seguintes terão, pela primeira vez, um vínculo às evidências arqueológicas e uma aproximação à habitação romana (Magalhães, 2010: 9; Torres, 2014: 7). Os trabalhos científicos sobre a habitação romana destas cidades foram abordados por autores como Nissen (1877), Overbeck (1884) e Mau (1908), que admitiram que a *domus* pompeiana constituía o modelo de representação da típica casa urbana romana, acabando por influenciar outros investigadores (Magalhães, 2010: 9). Todavia, esta visão estática da habitação romana viria a ser ultrapassada com a evolução das investigações relativas à arquitetura doméstica romana. Assim, em 1973, com a divulgação dos resultados da investigação da "Casa do Cirurgião", em Pompeia, por Maiuri, viria a confirmar-se a variabilidade morfológica da arquitetura privada, através da evidência de duas fases construtivas da referida casa (Magalhães, 2010: 10; Torres, 2014: 8).

Influenciados por estes resultados vários outros autores alteram o modo de perceber a casa romana, pois afirmam que não podemos encarar a casa pompeiana como o modelo estandardizado da habitação romana. Segundo Tamm (1973), só a partir do ano 80 a.C. é que é seguro atribuir a denominação de protótipo de casa romana em Pompeia, momento em que nela se fixou população romana. Outros autores asseguram a variabilidade da arquitetura privada com estudos posteriores, que demonstram a conjugação de espaços distintos na área habitacional, como a existência de jardins, cozinhas, áreas servis, etc. (Magalhães, 2010: 11; Torres, 2014: 8).

Trabalhos científicos desenvolvidos no decorrer dos anos 90 foram influenciados por esta perspectiva de investigação, permitindo análises sobre a evolução da edificação privada romana (Albentis, 1990), sendo de destacar aquelas que incidiram sobre o estudo da arte romana dentro dos espaços privados (Gazda, 1991), sobre a relação entre o espaço privado e espaço público (Wallace-Hadrill e Laurence, 1997), sobre as diversas tipologias de casas para Pompeia e

Herculano, realizadas por Wallace-Hadrill (1994), Mar (1995) e De Kind (1998), ou sobre os materiais e a decoração (Allison, 2004) (Magalhães, 2010: 13).

As reformas das habitações das cidades refletem a permanência nas cidades das elites romanas, ligadas à política, facto que assegurou a continuidade do seu desenvolvimento económico, mesmo em momentos tardios. Este fator permite-nos admitir que há cidades que adquiram maior relevância que outras no quadro geral político, económico, administrativo e cultural do Império.

Em momentos conturbados, a necessidade de proteger o espaço urbano de ataques externos era uma prioridade, determinando a construção de um perímetro amuralhado, que acaba por desempenhar uma função de defesa, mas também uma função simbólica e de prestígio da cidade (Ribeiro, 2008: 127)

A construção destes aparelhos defensivos requeria planificação prévia, mão-de-obra e apoio financeiro. A projeção da muralha podia ser conjugada com o planeamento da fundação da cidade ou ser incluída posteriormente na malha urbana. Em qualquer dos casos, a eficaz funcionalidade da muralha era garantida pelo *intervallum* de construção em torno desta. Esta área caracterizava-se pela ausência de construções para dar lugar a uma zona de circulação e de defesa a ataques externos (Ribeiro, 2008: 128).

Para além destes aspetos, a construção destes equipamentos vai condicionar, inevitavelmente, o crescimento urbano, pois a muralha define um marco físico de limites da cidade, que separa o centro urbano da periferia. Este fator é determinante no crescimento do espaço intramuros, uma vez que é preponderante o crescimento espontâneo e não planificado de edificações em espaços vazios. Por outro lado, focos populacionais vão surgindo extramuros, sobretudo na Antiguidade Tardia, pela proximidade às basílicas paleocristãs, que posteriormente vão sendo englobados em perímetros defensivos posteriores (Ribeiro, 2008: 129).

As fortificações nem sempre constituem marcos visíveis na paisagem urbana atual. Contudo, os limites ao crescimento urbano deixaram marcas visíveis na estrutura urbana da cidade, sob a forma de negativos, verificando-se que a planimetria da cidade sofre alterações devido ao traçado da muralha, verificando-se que as construções se vão adossando à estrutura, adquirindo uma forma curva, que acompanha a fortificação, quando esta perde a sua funcionalidade defensiva. Por outro lado, a toponímia de ruas atuais pode indiciar fortificações pré-existentes (Ribeiro, 2008: 129).

2. Da fundação de Braga até à atualidade. *Bracara Augusta, Bracara e Braga*



Figura 1 - Mapa da Península Ibérica com a localização de Bracara Augusta (Martins et al., 2012: 34)

As incursões militares romanas à Península Ibérica, a partir do século III a.C., marcam o início do controlo do território através da pacificação das populações pré-romanas e da fundação e reorganização de áreas urbanas (Ribeiro, 2010: 21), que se consolida após o termo das guerras cantábricas, em 19 a.C. De facto, a reorganização administrativa de Augusto, articulada com a divisão provincial da Hispânia, com a criação dos conventos jurídicos e a fundação de novas cidades, de que é exemplo *Bracara Augusta*, associa-se à pacificação e integração da Península Ibérica no Império. Este processo assenta numa organização territorial, político-administrativa, que hierarquiza e cria sistemas de centros urbanos (Mattoso, 1992: 203). Para um efetivo controlo do território peninsular, Augusto implementa uma divisão administrativa em províncias, conventos e *civitates*, asseguradas por uma complexa rede viária que ligavam os vários centros urbanos do Império romano (Ribeiro, 2010: 22). Podemos admitir que estes polos urbanos funcionariam como centros de governos locais, que estavam submetidos a um poder mais amplo. A implantação desta vasta rede de cidades foi gradual e complexa. São o elemento material que expressa a aculturação e constituem-se como a via de afirmação e cimentação de poderes (político, administrativo e religioso) e ideologias (Mattoso, 1992: 248).

A planificação da cidade de *Bracara Augusta* remete para o período de Augusto, mais concretamente para a última década do século I a.C. e foi obra dos agrimensores, após terem sido realizados os rituais fundacionais que eram característicos das novas fundações romanas (Martins *et al.*, 2013). Este projeto de planificação contemplou uma cidade de planta retangular, organizada segundo eixos ortogonais que ditavam uma composição de quarteirões quadrados, com 156 pés de largura, entre os eixos das ruas, dos quais 12 pés eram dedicados à construção de ruas e pórticos e 120 pés (*I actus*) à construção residencial (Martins *et al.*, 2013). No entanto, as atividades de agrimensura marcavam, para além das áreas reservadas aos privados, aquelas que deveriam ser dedicadas aos edifícios públicos, como seria o caso do *forum*, cuja localização é conhecida, mas que não foi ainda objeto de qualquer reconhecimento arqueológico.



Figura 2 - Malha urbana de Bracara Augusta no Alto Império (Martins e Ribeiro, 2013: 22)

Em contrapartida a Arqueologia Urbana em Braga tem vindo paulatinamente a revelar inúmeros vestígios de edifícios públicos, designadamente de um teatro, situado a poente do *forum* (Martins *et al.*, 2013; 2015), bem como de várias termas públicas, uma das quais localizada a sul do teatro (Martins, 2005), equipamentos que foram edificadas nos inícios do século II, momento em que a cidade terá conhecido um grande desenvolvimento.

A edificação do teatro foi adaptada às condições geomorfológicas do sítio mas também à própria malha urbana e, para esse efeito, a sua área de ocupação sobrepôs-se a três quarteirões e aproveitou uma vertente no sentido E-O, sobre a qual se desenvolve a *cavea*, delimitada por um maciço muro perimetral (Martins *et al.*, 2013: 43).

O edifício termal, de planta retangular, desenvolve-se no sentido N-S, com entrada a sul e conjuga um circuito de espaços com salas frias (*frigidarium*), salas quentes (*caldarium*), piscinas e uma ampla *palaestra*. Todos estes espaços serviam os hábitos de higiene, de entretenimento e sociabilidade da população (Martins; Ribeiro; Baptista, 2011: 9).

É ao longo do século II que a cidade atingirá a máxima extensão, conhecendo igualmente uma intensa ocupação da periferia imediata da área planificada, onde se instalam equipamentos artesanais e edifícios com diferentes funcionalidades, como é o caso do anfiteatro (Morais, 2001: 65), identificado mediante a análise de fotografia aérea, numa área correspondente ao alinhamento do segmento poente do *decumanus maximus*. A nordeste é conhecido um possível *macellum*, sobre o qual será construída a atual Sé catedral, reconhecido por evidências de um edifício de planta retangular, com orientação divergente dos alinhamentos da malha ortogonal da cidade e em cujas escavações se reconheceram restos osteológicos de animais, que parecem sustentar a hipótese da existência de um mercado (Fontes; Lemos; Cruz, 1997-98: 140).

Nos finais do século III/inícios do IV *Bracara Augusta* foi promovida a capital da nova província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano, tendo então conhecido um programa de renovação urbana, cabendo destacar, em termos de obras públicas a construção de uma robusta muralha, com torreões, que cercou uma extensa área urbana com cerca de 48ha (Lemos *et. al.*, 2007). A construção desta obra defensiva associa-se ao período de crise que o Império romano atravessava, reflexo da progressiva expansão dos povos germânicos para a parte ocidental do Império. Por isso, era primordial investir na proteção das cidades cuja posição geoestratégica era importante no contexto peninsular (Ribeiro, 2008). As novas responsabilidades administrativas da cidade justificam a instalação em Braga de agentes ligados à administração provincial e uma forte competição entre as elites, cujo eco se repercute na sofisticação das reformas das *domus*, testemunhada pela Arqueologia (Martins *et al.*, 2016). Na verdade essas remodelações documentam a instalação de balneários privados nalgumas casas e um investimento em programas decorativos de embelezamento das mesmas (Ribeiro, 2010; Martins *et al.*, 2016).

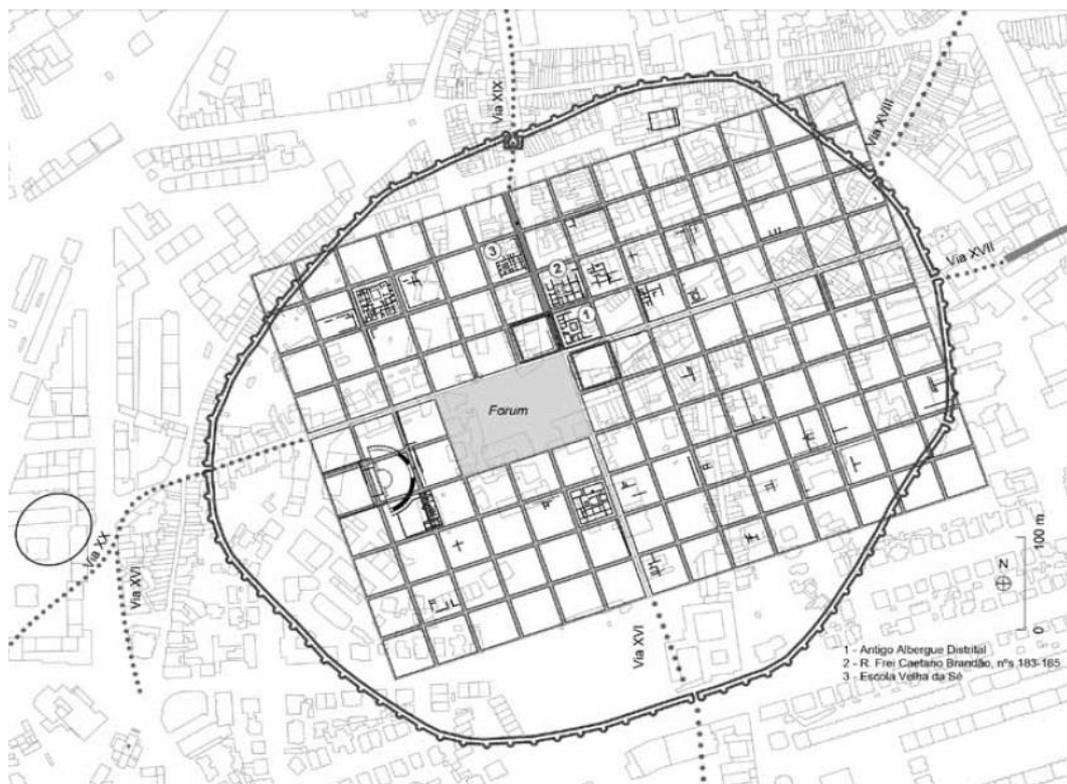


Figura 3 - Malha urbana de Bracara Augusta no Baixo-Império (Martins e Ribeiro, 2013: 23)

Centrando agora a nossa atenção no objeto de estudo, sabemos atualmente que a *domus* da Escola Velha da Sé está estruturada segundo o modelo de casa de peristilo, do qual apenas se reconhecia até 2015 a parte sul (Magalhães, 2013: 23). O limite da fachada leste desta habitação era marcado pelo *cardo maximus* (Magalhães, 2015: 73), sob o qual corria uma cloaca, conhecida com base nas escavações realizadas na zona arqueológica do Ex Albergue Distrital (Torres, 2014) e numa pequena intervenção na Rua Frei Caetano Brandão.

Tendo por base as evidências materiais, admite-se que esta habitação possa datar de meados/finais do século I, facto que individualiza uma primeira fase de ocupação associada a um conjunto de muros que compartimentam espaços distintos, nomeadamente os *cubicula* (quartos de dormir), um *triclinium* (sala de jantar), uma *exedra* (sala de receção) e a presença de um pórtico no lado este da casa. (Magalhães, 2013: 23).

A segunda fase, interessante de um ponto de vista mais amplo, é regulada por várias remodelações da habitação, realizadas entre finais do século III e inícios do século IV (Magalhães, 2016: 9). Esta fase é, portanto, coincidente com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da *Gallaecia*, circunstância justificativa para a permanência na cidade de uma elite de funções ligada

às novas exigências políticas, determinadas pelo seu novo estatuto (Martins *et al.*, 2016: 41). Este programa de reforma construtiva dotou a habitação de uma área balnear, na parte sudoeste do edifício, onde foi possível identificar uma sala tépida (*tepidaria*), um *caldarium*, e uma sala fria (*frigidaria*). Por outro lado, o aumento das dimensões da habitação foi compensado com o avanço da construção sobre o anterior pórtico, passando a fachada da casa a coincidir com o limite da rua, (Ribeiro, 2010: 55).

Numa terceira fase, registam-se alterações direcionadas para a subdivisão dos espaços previamente utilizados, percetíveis a nascente e na zona do balneário, os quais, em crescendo, foram contribuindo para a desarticulação da *domus*, como espaço residencial unifamiliar. A evidência de materiais datados da 2^a metade do século IV e entre a 2^a metade do século V e inícios do século VI, respetivamente numa vala de fundação e numa vala de saque, é reveladora de uma continuidade de ocupação do local, mas de uma descontinuidade funcional dos anteriores espaços. Esta desarticulação das *domus* na Antiguidade Tardia tem sido reconhecida noutros locais escavados de Braga, sendo de destacar que deverá associar-se à instalação de várias famílias no prévio edificado dos quarteirões, que se organiza, de modo orgânico para responder às novas exigências sociais (Martins *et al.*, 2016).

Com a generalização do Cristianismo no século IV, apoiado pela legislação romana, a cidade conheceu um conjunto de alterações que iniciaram o processo de transfiguração do urbanismo romano ortogonal. Uma dessas alterações resultou do avanço da construção sobre os antigos eixos viários, em parte determinado pela progressiva utilização das áreas construídas dos quarteirões por várias unidades familiares, o que poderá ter contribuído para o encerramento de algumas ruas, desfigurando a regular trama urbana da cidade herdeira do traçado fundacional (Martins *et al.*, 2016). Durante o mesmo período assiste-se também à progressiva reutilização de alguns equipamentos públicos, como aconteceu com o teatro, desativado no século IV, onde surgem novas expressões construtivas de carácter habitacional e artesanal, que usam espaços anteriores, ou parasitam a estrutura (Martins *et al.*, 2015). De facto, o investimento construtivo parece estar agora voltado para edifícios públicos cristãos, numa tentativa de afirmação e consolidação do poder religioso (Martins *et al.*, 2016: 46).

Convém frisar que estas transformações constatadas na Antiguidade Tardia desenvolveram-se de forma lenta, conformando, aos poucos, aquelas que virão a ser as características do tecido urbano medieval. Trata-se de um processo de evolução urbana gradual,

que acompanha as alterações políticas, sociais e culturais ocorridas entre os séculos V/VII (Ribeiro, 2008).

A forte polarização da população no quadrante nordeste da antiga cidade romana, que ficou a dever-se à edificação da basílica paleocristã, presumivelmente nos inícios do século V, determinou a progressiva ruralização de algumas das anteriores áreas públicas da cidade, como deverá ter acontecido com o *forum*, que perdeu importância política no contexto de uma cidade marcada pelo poder religioso, mas também sede do poder suevo até aos finais do século VI (Fontes, 2009: 284). Contudo, este movimento populacional não se constituiu como um ato isolado, sendo reconhecida uma clara tendência para a criação de núcleos residenciais, em torno de novas basílicas que se vão erguendo, a partir do século VI, ao longo das vias que saíam da cidade (Ribeiro, 2008: 301).

A partir de 585, Braga passa a estar sob o domínio visigótico. No entanto, não se verificaram ruturas nas suas funções enquanto núcleo urbano, nem na organização administrativa e eclesiástica, pois *Bracara* permanece como sede do bispado. (Fontes *et al.*, 2010: 257).

Sensivelmente a partir do século VIII, na sequência das investidas muçulmanas criou-se uma conjuntura favorável que se refletiu na reorganização do território bracarense, entre os séculos IX e X, sob orientação dos reis asturianos e leoneses, o que poderá ter determinado a definição de um novo perímetro defensivo, cuja expressão material se encontra representada no tramo da muralha alto medieval, identificado na zona arqueológica da Escola Velha da Sé, o qual define uma quarta fase de ocupação do local. A construção da nova cerca cortou, no sentido N/S, cerca de metade do anterior quarteirão romano, sendo difícil de precisar se o mesmo estaria ainda ocupado quando este sistema defensivo foi erguido, em data ainda imprecisa. Sabe-se, contudo, que a nova cerca se articulou, a norte, com a muralha romana, passando a cumprir a função de defender um pequeno núcleo urbano, polarizado pelo complexo episcopal que se situaria no sítio da atual Sé (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013). Presentemente as únicas evidências conhecidas deste novo equipamento defensivo situam-se na área que será objeto da nossa investigação, muito embora se admita que o seu traçado corresponda, genericamente àquele que define a parte sul da muralha fernandina (Ribeiro, 2008: 312).



Figura 4 - Perímetro da muralha baixo-imperial integrada na primeira cerca medieval (Ribeiro, 2008: 321)

O crescimento populacional de Braga no século XIII terá conduzido ao desenvolvimento de novos bairros extramuros, uma vez que o espaço intramuros do núcleo urbano seria preferencialmente ocupado por membros de classes mais abastadas (Ribeiro, 2008: 322). Esse crescimento, juntamente com as ações hostis empreendidas pelo rei D. Henrique de Castela na cidade de Braga, no século XIV, foram o incentivo necessário para que o rei de Portugal, D. Fernando I, investisse num plano construtivo militar que definisse um novo perímetro amuralhado, que viria a incluir uma área urbana bastante maior, que incluiu a norte o novo paço episcopal, mandado construir por D. Gonçalo Pereira (Ribeiro, 2008: 331).

As evidências da muralha fernandina, com os seus torreões quadrados, estão representadas também na zona arqueológica da Escola Velha da Sé, definindo uma quinta fase de ocupação do local. Os alicerces da nova cerca situam-se a poente da muralha da Alta Idade Média.

A perda da função militar da muralha fernandina está documentada já nos finais do século XVI, através de construções adossadas ao lado externo da estrutura, bem documentadas no Mapa de Braunio, de 1598. Esse processo prosseguiu nos séculos seguintes, tendo a sua destruição sido quase total no século XIX. Este movimento de destruição das antigas muralhas medievais observa-se igualmente por toda a Europa, mostrando um quadro de estabilidade social acompanhado por um desenvolvimento económico constante das cidades da época moderna (Ribeiro, 2008: 508).

Em Braga, são reflexo dessa dinâmica urbana as construções nas imediações da muralha, que vão seguir o seu trajeto, processo que resultará no aparecimento de novas ruas, mais largas, expressas num tecido urbano que se vai regularizando progressivamente a partir do século XVI. As reformas urbanas do Arcebispo D. Diogo de Sousa, motivadas por tendências humanistas e renascentistas, são disso exemplo, pois a cidade é dotada de novas praças e arruamentos que a expandem para além do seu circuito medieval. De facto, o elemento potenciador da expansão da cidade para polos periféricos foram as vias (Ribeiro, 2008: 194). À consolidação de todos estes fatores, acrescentamos o exponencial crescimento do centro urbano que vai marcar Braga até ao século XX. Assim, a cidade liga-se às paróquias suburbanas mediante a dinamização de caminhos e de novos edifícios. (Ribeiro, 2010: 195).

2.1 O contributo da Arqueologia para o estudo das cidades

Todos estes elementos que conjugam o meio urbano são validados mediante intervenções de Arqueologia Urbana e estudos sistemáticos posteriores. Neste sentido, o surgimento da Arqueologia Urbana, enquanto subárea especializada da Arqueologia vem contribuir para dar uma narrativa mais dinâmica à complexidade implícita no espaço urbano.

Com o culminar da 2ª Guerra Mundial, a destruição de várias cidades europeias constituiu uma realidade marcante na deformação do urbanismo. Todavia, o impacto desta destruição deixou expostos vestígios de ocupações urbanas anteriores e é nesse contexto que surge, durante as décadas de 70 do século passado, a Arqueologia Urbana, que atua na proteção e recuperação dos vestígios das cidades históricas, ameaçados pelo desenvolvimento urbano (Ribeiro, 2008).

A concetualização teórica da disciplina teve por base a definição de um objetivo claro, o estudo da cidade, e a defesa de equipas de investigação interdisciplinares e estáveis, de modo a

permitir a realização de investigações diacrónicas e sistemáticas (Martins e Ribeiro, 2009/2010: 154).

O campo de atuação da Arqueologia Urbana são as cidades que sobreviveram até à atualidade. Por isso, na sua metodologia, utiliza técnicas da Arqueologia, adaptadas ao meio urbano, como a escavação em área, implementado por Philip Barker, ou o sistema de representação da estratigrafia introduzido por Edward Harris (Martins e Ribeiro, 2009/2010: 154).

Por influência destes princípios, consignados por vários países europeus, vemos surgir em Braga, em 1976, o Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*. Este projeto contou com a direção científica da Unidade de Arqueologia, vinculada à Universidade do Minho, que manteve o controlo dos trabalhos arqueológicos urbanos, garantidos por uma equipa fixa, que assegurou a publicação de resultados, de modo a acrescentar conhecimento histórico sobre a cidade (Martins e Ribeiro, 2009/2010: 154). De facto, foi a permanência de um projeto arqueológico com objetivos científicos que impulsionou o estudo da história da cidade de Braga, sobretudo nas suas fases mais recuadas (Martins; Fontes; Cunha, 2013: 86).

O forte crescimento urbano, nos anos 80 do século XX, que justificou a acentuada intervenção de equipas de Arqueologia Urbana, proliferou num conjunto de práticas desprovidas de objetivos científicos. A consequência imediata destes atos foi a acumulação de enormes quantidades de dados provenientes das escavações, que não eram processados, interpretados e publicados. Este período marcou, de facto, a Arqueologia Urbana, que passou a ser “preventiva e contratual” (Martins e Ribeiro, 2009/2010: 156).

Atualmente, os objetivos desta disciplina são múltiplos e incidem na valorização dos elementos que constituem o meio urbano, desde a minimização do impacto do crescimento urbano ao estudo da evolução da cidade, em termos diacrónicos e espaciais, confrontando aspetos como a economia, a sociedade e a cultura, ou a compreensão da lógica de organização da morfologia urbana (Ribeiro, 2008).

No contexto ibérico vários têm sido os esforços para produzir conhecimento acerca das cidades. Em Espanha, as intervenções arqueológicas em meio urbano têm permitido, de uma forma geral, propor hipóteses sobre a fundação e urbanização das cidades, desde o período romano até à atualidade.

A informação proporcionada pelas escavações de cidades de fundação romana, que tem sido sucessivamente publicada, permite-nos conhecer uma realidade mais abrangente desta vasta

rede de cidades e estabelecer paralelos entre elas. Como exemplo poderíamos citar *Augusta Emerita* (Mérida), fundada *ex novo* como colônia, onde a Arqueologia Urbana tem vindo a desvendar um número significativo de equipamentos públicos e privados. Já no NO peninsular cabe referir *Asturica Augusta* (Astorga) que terá sido fundada a partir de um acampamento militar da *Legio X Gemina*, que evolui para cidade na época de Tibério. Só a partir de 35 d.C., terá sido projetada uma nova planta, e erguidos os primeiros conjuntos edificados (Álvarez, 2014: 76). As *domus* conhecidas não foram escavadas na totalidade embora revelem uma elevada qualidade construtiva, destinadas a elites com elevado poder de compra, de que são exemplo a “Casa del Pavimento”, a “Domus del Mosaico del Oso y los Pájaros” e a “Domus de las Pinturas Pompeyanas” (Vera, 2016: 60). À semelhança do que aconteceu em *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* era protegida por uma muralha tardia, construída para proteger a cidade das incursões germânicas (Álvarez, 2014: 77-78).

Barcino, atual Barcelona, que conheceu um ato fundacional igual a outras cidades do império, apresenta uma planta urbana ortogonal, composta por quarteirões retangulares (Vera, 2016: 96). Para além dos típicos edificados que contemplavam a malha urbana, ressalta das investigações a presença de uma muralha fundacional. As contingências deste equipamento defensivo contribuíram para que as construções avançassem e ocupassem o *intervallum* da muralha. Neste contexto, conhecemos evidências da reforma de uma *domus*, cujo conjunto termal alcançou a muralha, mas também de espaços artesanais, como fábricas de produção de *garum* e olarias, que construíram as suas instalações no *intervallum* (Vera, 2016: 98-99).

O fim do domínio romano, afetou as cidades que sofreram um progressivo esvaziamento por parte das elites romanas e uma aproximação à realidade cristã. Com base em Blasco (2009), o afastamento e posterior reutilização de equipamentos como o *forum*, os templos, as termas e os edifícios de espetáculo constituem um fenómeno comum em várias cidades romanas na Península Ibérica a partir do século IV. Este fenómeno é justificado pelo advento do Cristianismo e a necessidade de modelos arquitetónicos, materializados nas igrejas, que espelham uma nova identidade, mas também novos investimentos das elites. Neste contexto, o que deixou evidências da alteração do urbanismo, na Antiguidade Tardia, foi a privatização e reutilização dos espaços públicos e a fragmentação dos espaços domésticos (Blasco, 2009: 81).

No caso de Braga, o Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, que contemplou uma investigação continuada sobre a cidade que dura há mais de 40 anos, assegurou escavações um

pouco por toda a cidade, as quais contribuíram para melhorar a compreensão global do urbanismo e da arquitetura romana e tardo antiga. Todavia, a pontualidade das escavações e o carácter fragmentário dos vestígios arqueológicos apresentam-se como uma vulnerabilidade das escavações em meio urbano, sendo indispensável a conjugação permanente de toda a informação que é paulatinamente recolhida na cidade, que, ainda que fragmentária, deve ser permanentemente cruzada.

De seguida, apresentaremos algumas intervenções que foram significativas tanto para a compreensão do urbanismo e arquitetura da cidade romana de *Bracara Augusta*, como para a interpretação deste setor da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão n° 166/168. As mais significativas são a ZA das Carvalheiras e a ZA do Ex Albergue Distrital.

Na ZA das Carvalheiras foi encontrado o único exemplar de *domus* cuja planta integral conhecemos. Localiza-se a oeste da cidade, ocupando a área de um quarteirão da cidade romana, encontrado nas escavações realizadas nas décadas de 1980 e 1990. Para além das ruínas do referido quarteirão, foram encontrados vestígios associados à ocupação de outros quatro quarteirões periféricos, que se dispõem no interior de um quarteirão da cidade atual, delimitado pelas ruas Visconde Pindela (a norte), Campo das Carvalheiras (a este), S. Sebastião (a sul) e Cruz de Pedra (a oeste) (Ribeiro, 2010: 52). O conjunto arqueológico foi identificado em 1982, no âmbito de uma intervenção de avaliação do potencial arqueológico do local, pois pretendia-se construir um complexo de ensino e instalações desportivas. Em 1983 o projeto de construção foi interrompido e prolongaram-se as escavações arqueológicas até 1986. As intervenções neste local foram planeadas num total de três fases que duraram até 2002, sob a orientação da UAUM (Ribeiro, 2010: 52).

Como resultado destas campanhas, foi possível individualizar cinco fases construtivas neste espaço. A primeira corresponde à fase de construção, no período Flávio, que contempla a construção de uma casa de átrio e peristilo, com grande investimento construtivo, verificado através da adaptação ao desnível do terreno mediante um muro de contenção. Por isso, na plataforma mais elevada foi instalado o átrio e os compartimentos envolventes e na plataforma mais baixa foi identificado o peristilo (Martins, 1997-98; Ribeiro, 2010: 52).

A segunda fase corresponde a uma primeira remodelação incidente sobre o quadrante noroeste da casa, datada da primeira metade de século II. Nesta área é implantado um balneário, que se admite hoje ser público (Martins *et al.*, 2011; 2017), facto que comprometeu a estrutura

original da casa que terá sido fragmentada em duas áreas: uma a norte, de carácter público e outra a sul, com características residenciais.

A terceira fase contempla uma nova remodelação na *domus*, na zona envolvente do espaço correspondente ao anterior peristilo. Esta atividade construtiva está balizada cronologicamente entre os finais do século III e inícios do século IV (Ribeiro, 2010: 53).

Já a quarta fase, do século IV, define um momento de desafetação de alguns espaços, enquanto a quinta fase corresponde ao último momento de ocupação do quarteirão anterior ao abandono definitivo da *domus*, talvez posteriormente ao século VII (Ribeiro, 2010: 53).

O conjunto de ruínas que formaliza a ZA das Carvalheiras apresenta uma continuada ocupação entre o século I e VII, ainda que as características do edificado vão mudando, adaptando-se a novas funcionalidades. A sua ocupação terá sido interrompida devido à concentração da população na parte nordeste da cidade, que viria a ser cercada posteriormente às invasões muçulmanas.

O estudo desta zona arqueológica tem-se revelado fundamental para o estudo da arquitetura privada de *Bracara Augusta*, mas também para a compreensão da dinâmica construtiva dos quarteirões em que a cidade se organizava (Martins, 1997-98; Ribeiro, 2010; Ribeiro; Martins; Magalhães, 2015; Magalhães; Martins; Ribeiro, 2015).

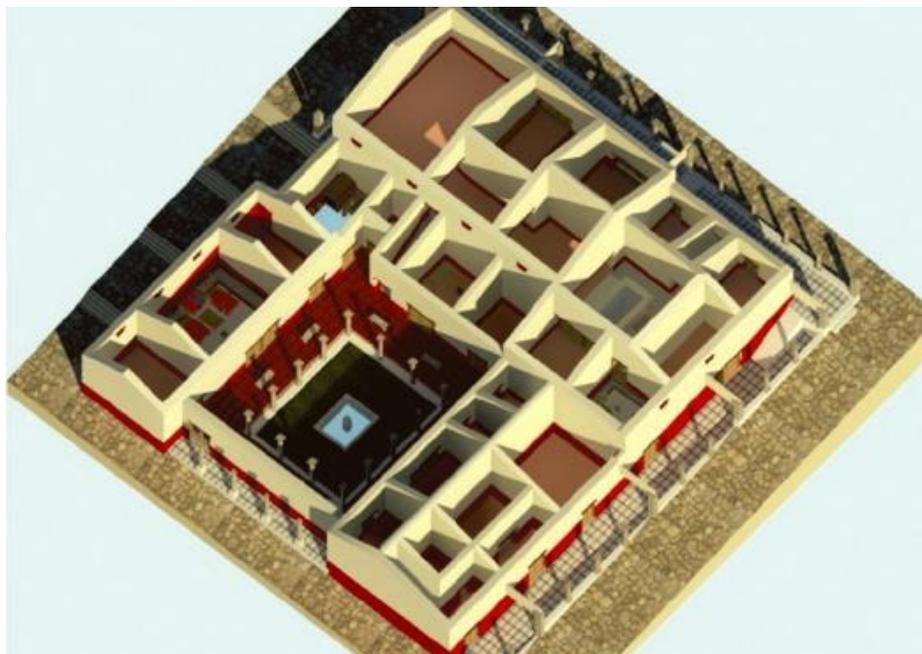


Figura 5 - Restituição 3D da domus das Carvalheiras (Magalhães, 2015: 74)

A ZA do Ex Albergue Distrital engloba um conjunto de ruínas detetadas na sequência da avaliação de impactos arqueológicos decorrentes do projeto de construção do novo edifício para a Biblioteca Pública de Braga, atual Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva. Os trabalhos arqueológicos realizados decorreram ao longo de cinco fases, entre 1982 e 1997 e foram realizados pela UAUM (Ribeiro, 2010: 56).

As intervenções neste setor permitiram a identificação de parte das estruturas de uma *domus*, de peristilo, com pórticos que a envolviam a oeste, norte e sul. A oeste da casa corria a parte norte do cardo máximo, com a orientação NO/SE, sob o qual corria uma cloaca (Ribeiro, 2010: 56).

As escavações realizadas permitiram identificar várias fases de ocupação. A primeira, situada na primeira metade do século I é pautado pela construção de infraestruturas como a cloaca, os pórticos e vestígios de delimitação do quarteirão. A segunda fase construtiva corresponde ao estabelecimento dos compartimentos que conformariam uma *domus*, podendo datar da segunda metade do século I d.C. Já a fase seguinte corresponde a uma reforma datada do Baixo-Império (finais do século III e inícios do século IV). Os muros então erguidos eram menos regulares, contudo, a orientação geral deste conjunto permaneceu semelhante ao de origem (Torres, 2014).

Os vestígios apontam para uma ocupação contínua, da zona arqueológica, como testemunhado pelos vestígios de um forno construído num espaço adaptado para funções artesanais. Também se verificou neste local a existência de uma calçada medieval e muros associados, e materiais cerâmicos e vidro de cronologia alto medieval. No entanto a função residencial do espaço ter-se-á perdido posteriormente à Antiguidade Tardia, tendo-se mantido como área periférica da cidade medieval (Martins e Ribeiro, 2013).

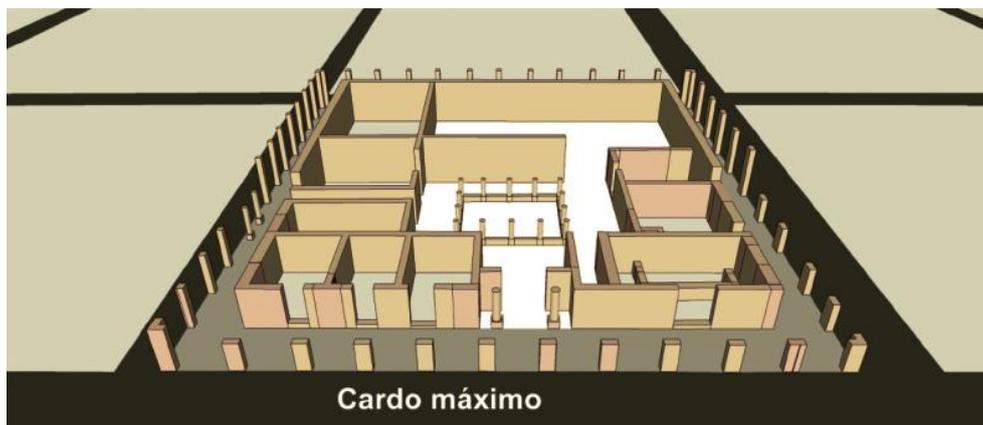


Figura 6 - Planta interpretada da domus do Ex Albergue Distrital (Magalhães, 2015: 74)

A muralha romana baixo-imperial constitui-se como um equipamento que não pode ser dissociado da lógica arquitetónica e urbanística da cidade, pela importância do seu contexto histórico mas também pelo papel organizador da matriz urbana. Este equipamento defensivo foi construído no Baixo-Império e foi identificado em vários pontos da cidade graças aos trabalhos arqueológicos realizados a partir dos anos 70 do século XX. Estas intervenções permitiram estudar e confirmar parcialmente o traçado da muralha, que foi proposto em 1910, por José Teixeira (Lemos *et al.*, 2007). Entre essas intervenções cabe referir a realizada entre 1993 e 2001, na Quinta do Fujacal, que permitiu identificar um segmento bastante extenso da muralha romana, bem como os alicerces de dois torreões semicirculares. Os dados facultados por essa extensa escavação permitiram ainda caracterizar o seu sistema construtivo, bem como datar a construção nos finais do século III/inícios do século IV, tendo sido objeto de um trabalho de investigação recente por parte de Felipe Pereira (2018), no âmbito da sua tese de Mestrado, defendida recentemente na Universidade do Minho.

Outros vestígios da muralha romana foram sendo identificados em diferentes momentos e lugares da cidade.

Assim, em 1997, na Rua dos Bombeiros Voluntários, foi possível identificar parte do alinhamento externo da muralha e o embasamento de um torreão. As escavações permitiram ainda deduzir o momento de abandono da estrutura, no período alto-medieval, materializado num nível de abandono (Ribeiro, 2010: 62).

Também as escavações realizadas entre 1998 e 1999, no Largo D. João Peculiar, permitiram identificar os paramentos e o miolo da parte da muralha, tendo-se obtido informações

que apontam para a desativação deste tramo nordeste no século XIV (Ribeiro, 2010: 62), momento em que a estrutura terá sido arrasada, pois a cidade foi ampliada para norte, tendo recebido uma nova fortificação, conhecida como muralha fernandina.

Em 1999, uma intervenção realizada no logradouro de uma casa da Rua Paio Mendes, conduziu à identificação de mais um troço da muralha e de um torreão, tendo sido igualmente possível comprovar o seu arrasamento no século XIV (Fontes, 2014).

Entre 2003-2004, no âmbito de uma intervenção de valorização dos impactos determinados por obras no Museu do Tesouro da Sé, foi possível identificar as características do paramento externo da muralha e o alicerce de mais um torreão circular (Lemos *et al.*, 2013).

E, por fim, em 2008, numa intervenção realizada num prédio na Rua Frei Caetano Brandão, da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, foi possível detetar vestígios de alicerces de uma possível porta associada à muralha, a qual estaria associada à ligação do cardo máximo com a via XIX, que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* (Ribeiro, 2010: 62).



Figura 7 - Sobreposição da muralha romana na cartografia atual (Ribeiro: 2008: 279)

A conjugação dos dados disponibilizados pelas diferentes intervenções arqueológicas em que se encontraram vestígios da muralha possibilitam balizar cronologicamente a sua construção entre finais do século III/inícios do IV, sabendo-se que terá sido alvo de reparações em períodos posteriores, designadamente na Antiguidade Tardia, em que esteve ainda ativa (Pereira, 2018).

Com correspondência a um período posterior, a construção da muralha fernandina associa-se a um novo perímetro defensivo na Alta Idade Média que envolve a cidade.

Atualmente, os vestígios da muralha fernandina encontram-se camuflados pelo edificado urbano atual. A perda da função defensiva da muralha, a partir do século XVI, contribuiu para que, por um lado, novas estruturas fossem construídas nas suas imediações, utilizando a muralha como muro divisório/parede de casas que a ela se adossaram ou, como 'pedreira' para fornecer material a novas construções (Ribeiro, 2008: 357), tal como terá acontecido com a muralha romana, cujo desmonte permitiu erguer novos equipamentos, designadamente a própria muralha medieval.

Com base em Maria do Carmo Ribeiro (2008: 357-358), sabemos que foram realizados trabalhos de prospeção urbana para detetar vestígios da muralha na paisagem atual, tendo sido possível verificar que os seus vestígios integram as edificações atuais, sob a forma de paredes traseiras ou divisórias, mantendo-se preservados alguns dos torreões, constituintes da muralha, aos quais foram dadas diferentes utilizações.

Apesar dos bons resultados obtidos, a identificação da muralha alto medieval só foi possível realizar por via arqueológica, e mesmo assim, apenas nas zonas arqueológicas que são objeto deste trabalho. Na verdade, esta muralha viria a ser substituída pela chamada muralha fernandina, mais robusta. As fontes documentais reforçam a ideia de debilidade da muralha alto medieval, que se associam a problemas de construção e justificavam a sua constante reparação. Esta questão só foi resolvida com a construção da muralha fernandina, que defendia um perímetro urbano maior (Ribeiro, 2008: 401).

As evidências da muralha alto medieval encontram-se na ZA da Escola Velha da Sé, fazendo-se representar por um muro largo, praticamente reduzido ao alicerce, identificado numa pequena extensão, também presente na ZA Frei Caetano Brandão n° 166/168.

3. Objetivos

É expectável que com o desenvolvimento da nossa investigação seja possível compreender melhor a evolução arquitetónica e urbanística da área integrada no quarteirão onde se encontra a ZA da Escola Velha da Sé, uma vez que os dados disponíveis para esta intervenção podem ser

complementados com os fornecidos pela intervenção realizada no terreno situado imediatamente a norte, correspondente aos n.ºs 166-168 da Rua Frei Caetano Brandão.

Segundo Fernanda Magalhães (2013: 23), neste local era conhecida apenas a parte sul de uma *domus*, até ao desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, entre 2015 e 2016, no lote situado imediatamente a norte, os quais permitiram identificar novos muros que podem definir a continuidade da *domus*, para norte. Por outro lado, as novas escavações permitiram observar a continuidade da primeira cerca medieval e da muralha fernandina. Com base nestes dados julgamos poder obter uma visão mais completa da estrutura da *domus*, perspetivando-se, igualmente, um melhor conhecimento das características das muralhas medievais. Com a identificação destes elementos, que compõem o sistema defensivo medieval, é desejável que mais se acrescente sobre estes equipamentos, sobretudo ao nível do seu esquema construtivo e materiais utilizados que, sem dúvida, trouxeram fortes consequências para o desenvolvimento do urbanismo medieval e moderno.

Dada a natureza dos contextos, reportados a uma cronologia de quinze séculos, os objetivos gerais deste projeto incluem uma visão na longa diacronia de uso do sítio, pretendendo-se interpretar as várias fases de ocupação e explicar as continuidades e discontinuidades de utilização do sítio, quer em termos cronológicos, quer funcionais. Trata-se, portanto, de propor uma sequência evolutiva da zona arqueológica intervencionada, enquadrada no processo evolutivo da cidade que tem sido abordado por vários investigadores (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013).

Procurando agora especificar os nossos objetivos específicos, propomo-nos: i) analisar e articular os dados referentes à *domus* já estudada da Escola Velha da Sé com os novos dados detetados na Frei Caetano Brandão n.º 166/168, pretendendo-se sequenciar evolutivamente o sítio; ii) contribuir para a interpretação desta *domus*, no que diz respeito à área a norte e consolidar os conhecimentos sobre a arquitetura das casas de elite romanas; iii) documentar e interpretar, com maior rigor, as características construtivas das duas muralhas medievais; iv) incorporar os resultados num nível mais amplo de compreensão da evolução urbana de Braga entre o século I e XV.

4. Metodologia de análise

O foco principal deste projeto é interpretar e articular a informação resultante das diferentes intervenções arqueológicas (Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé e da Frei Caetano Brandão nº 166/168), de modo a inseri-la num conjunto de eventos que ditaram transformações sucessivas da malha urbana de Braga.

Tendo isto por base, e de modo a serem atingidos os objetivos previamente traçados, a metodologia de análise utilizada será implementada em várias fases.

Assim, a revisão da bibliografia constitui-se como a fase preliminar para podermos sustentar a nossa análise. Esta revisão focou-se em temáticas como o urbanismo e a arquitetura, bem como em estudos mais recentes que decorrem da análise dos dados provenientes das diferentes escavações no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*.

Numa segunda fase, analisámos e tratámos os dados resultantes da escavação da Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168, de 2015/2016. Estes dados englobam os cadernos e registos de campo: os perfis, os planos, os cortes e os alçados, que espelham a realidade das sondagens. Estes registos foram disponibilizados pelo Gabinete de Arqueologia de Braga, entidade que foi responsável pelas escavações da Escola Velha da Sé¹ e pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que realizou a outra intervenção.

A esta informação somam-se os materiais arqueológicos, como as cerâmicas, os vidros e as moedas que, apesar de já terem sido classificados ao nível da sua tipologia, serão nesta fase interpretados e devidamente contextualizados. Igualmente importante foi a inserção das unidades estratigráficas na base de dados e a revisão e reinterpretação dos materiais que já foram estudados por outros investigadores, em trabalhos que referem a intervenção da Escola Velha da Sé, alvo de cinco campanhas arqueológicas, realizadas entre 1998 até 2003.

A possibilidade de cruzarmos os dados arqueológicos com as fontes cartográficas e iconográficas conhecidas para Braga constituiu uma oportunidade para apresentar uma interpretação mais completa da evolução do espaço em estudo, ampliando a visão sobre os equipamentos amuralhados medievais. Neste sentido, destacamos o levantamento iconográfico do século XVI, conhecido como Mapa de Braunio, um outro do século XVIII, atribuído ao Padre Ricardo Rocha, o *Mappa das Ruas de Braga* e o *Mappa da Cidade de Braga Primas*, atribuído a André Soares. Já no século XIX, destacamos os levantamentos topográficos de Belchior José

¹ Agradecemos ao Dr. Armandino Cunha, responsável pela intervenção arqueológica a cedência da informação de campo da Escola Velha da Sé.

Garcez e Francisco Goullard para uma leitura mais precisa do plano da cidade e do edificado deste setor da cidade (Martins e Ribeiro, 2013).

O trabalho de tratamento da informação de campo foi assistido pela utilização de *software* para processamento e análise da informação. Deste modo, foi necessário recorrer a *software* como o *AutoCAD* (desenho assistido por computador), ao *ArchEd* (na elaboração de diagramas estratigráficos) e à base de dados (2ArchIS) desenvolvida pela UAUM.

O *AutoCAD* foi utilizado para vetorização dos planos, perfis e alçados e para a realização de plantas interpretativas. Digitalizados os desenhos de campo, estes foram importados para o *AutoCAD* e, a partir daí, foi realizada a respetiva vetorização. Esta tarefa baseou-se em regras que normalizam todos os *outputs* gráficos da informação.

Já no *ArchEd*, foi usado para obter diagramas das sequências de ocupação da Escola Velha da Sé e da zona arqueológica da Frei Caetano Brandão nº166/168, bem como um diagrama geral do conjunto analisado. Esta ferramenta é de grande utilidade, sobretudo quando a quantidade de informação é vasta. O interface intuitivo do programa permite estabelecer relações entre as unidades estratigráficas, baseado em algoritmos-base de relação de posterioridade, anterioridade e contemporaneidade.

Por fim, todos os dados analisados, desde a informação gráfica produzida em *AutoCAD* aos diagramas estratigráficos e materiais arqueológicos foram integrados no sistema de informação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, para permitir pesquisas e quantificações.

Parte II

As Zonas Arqueológicas da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº 166/168

1. Zona arqueológica da Escola Velha da Sé

1.1 Enquadramento da intervenção e metodologia de abordagem da informação

A intervenção arqueológica na Escola Velha da Sé foi coordenada pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, sob a responsabilidade do Dr. Armandino Cunha. Estes trabalhos contaram com cinco fases de intervenção, entre 1998 e 2003: a primeira fase desenvolveu-se entre 17/11/1998 e 16/12/1998; a segunda fase, desde 14/07/1999 até 05/08/1999; a terceira fase, entre 29/07/1999 e 26/10/2001; a quarta fase, entre 02/05/2000 e 07/06/2000; e finalmente, a quinta fase, que decorreu entre 27/08/2001 e 10/07/2003. A área escavada corresponde a cerca de 720 m² (Magalhães, 2010: 49). Os objetivos desta escavação centraram-se numa intervenção de minimização de impactos, no âmbito do projeto de remodelação do edifício da antiga Escola Velha da Sé (Magalhães, 2010: 50).

A leitura estratigráfica e os dados relativos a estruturas foram obtidos mediante a análise dos cortes da planta geral. Neste sentido, projetámos na planta geral, seis cortes no sentido N/S e três cortes no sentido O/E, método já usado anteriormente por Fernanda Magalhães (2010), de modo a cobrir toda a extensão da intervenção e obter uma observação mais completa do espaço. Assim, foram consideradas para análise os perfis e os planos, desde a sondagem 101 até à sondagem 407.

A primeira fase de análise correspondeu à análise estratigráfica, que a seguir se descreve, a qual permitiu a elaboração de um diagrama de Harris para cada uma das sondagens. No final foi possível realizar a junção dos cortes para uma interpretação mais detalhada, obtendo-se também um diagrama conjunto. Por sua vez, a análise dos planos permitiu, em conjugação com a estratigrafia, identificar um conjunto significativo de estruturas de diferentes tipologias, que serão descritos e interpretados por fases.

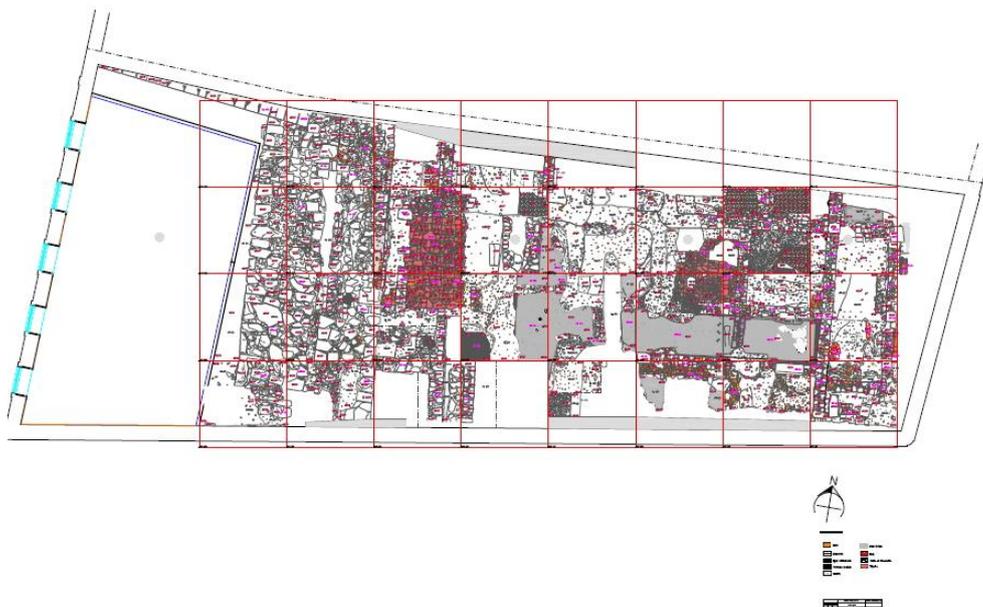


Figura 8 - Planta geral da zona arqueológica Escola Velha da Sé

1.2 Análise de estruturas

1.2.1 Os silhares

A evidência de silhares está refletida na parte nascente da *domus* onde, na primeira fase, terá sido construído um pórtico, que bordejava o cardo máximo. Desse pórtico alto imperial conservaram-se *in situ* três silhares que sustentariam as colunatas, representados pelas UEs 020, 060 e 272.

A UE020 corresponde ao silhar 1, um bloco retangular, com uma superfície plana, obtida mediante o talhe com martelo e cinzel. Este silhar apresenta um talhe bastante alisado que se destaca dos restantes pilares do pórtico, estando alinhado com um dos muros estruturais da casa (UE 002) (Ribeiro, 2010: 294).

A UE 272 (silhar 10) é também um bloco retangular, implantado na vertical. O talhe do bloco, a martelo e cinzel, conferiu-lhe uma superfície de boa qualidade, contudo, é menos regular do que a do silhar anterior (Ribeiro, 2010: 295).

A UE 060 (silhar 3) possui também forma retangular, apresentando a mesma tecnologia dos elementos anteriormente referidos, o que resulta num acabamento de boa qualidade, mas diferente do silhar UE020 (Ribeiro, 2010: 295).

Estes três elementos exibem a mesma largura, mas a UE 020 destaca-se se por ser mais alta e comportar um talhe de melhor qualidade. A disposição dos silhares mostra um espaçamento irregular, o que pode resultar das reformas que este setor da casa sofreu nos finais do século III/inícios do IV, que reorganizou o espaço do pórtico, podendo alguns silhares ter sido deslocados (Ribeiro, 2010: 295).

O posicionamento destes elementos permite-nos também estimar as dimensões do pórtico. A largura total é de, aproximadamente, 2,30 m, sendo o espaço entre os pilares de 1,60 m (Magalhães, 2010: 55)

Este pórtico vai ser, em reformas construtivas posteriores, anulado e convertido num conjunto de espaços, que podem ter servido de lojas, que ladeariam um *vestibulum*, que permitia o acesso ao interior da casa.

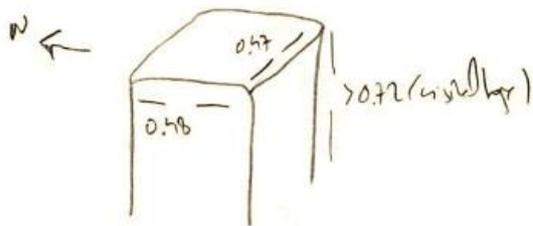


Figura 9 - Croqui UE272 (Ribeiro, 2010: 340)

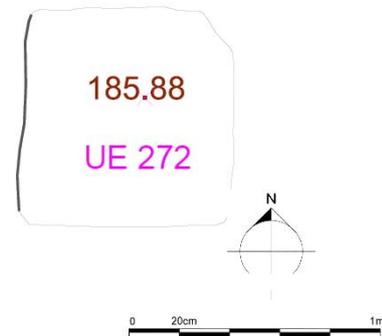


Figura 10 - Plano da UE272

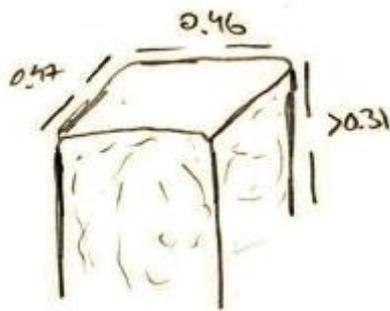


Figura 11 - Croqui UE020 (Ribeiro, 2010: 340)

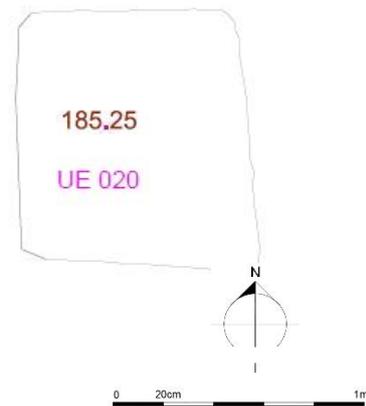


Figura 12 - Plano da UE020

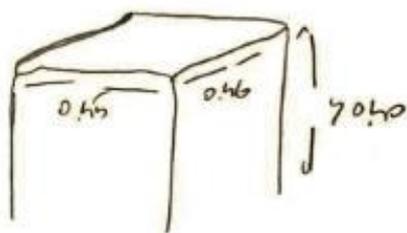


Figura 13 - Croqui UE060 (Ribeiro, 2010: 340)



Figura 14 - Plano da UE060

1.2.2 Os muros

Da primeira fase de construção da *domus* temos a evidência de um espaço aberto, presumivelmente um *peristylum*, que certamente possuiria em seu redor uma área habitacional compartimentada, a qual não foi possível observar nas escavações. No espaço que corresponderia ao centro do peristilo dispõem-se dois muros que se encontram travados e que tem sido interpretado como a base de um tanque. Trata-se da UE130 (muro 24), orientada a O/E, com 1,60 m de comprimento e 0,52 m de largura e da UE166 (muro 28), orientada N/S, com 2,80 m de comprimento e 0,42 m de largura (Qd. 206).



Figura 15 - Planta geral com as UEs 066, 130, 166 e 240 assinaladas

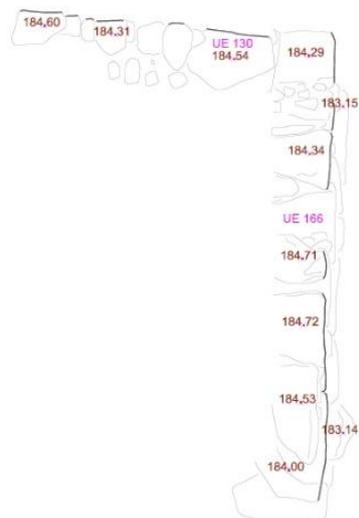


Figura 16 - Plano dos muros (UE130 e UE166) do tanque do peristilo

Os muros correspondentes à UE240, a sul, e à UE066 (muro 16), a norte, separavam o peristilo dos espaços interiores podendo ter servido para apoio da colunata. A UE066 foi construída na primeira fase e reutilizada na segunda fase para definir uma das paredes do balneário. Trata-se de um muro, mal conservado, de média dimensão, que está orientado no sentido O/E.

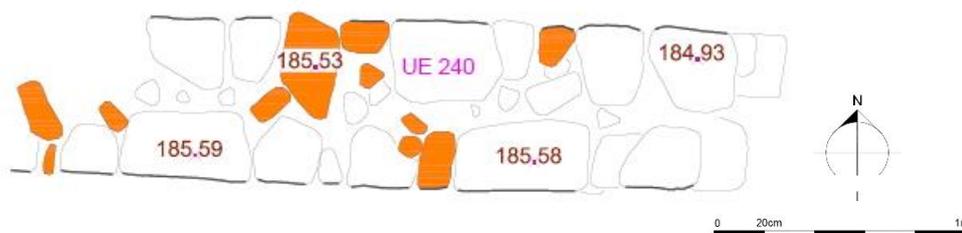


Figura 17 - Plano do muro (UE240)



Figura 18 - Plano do muro (UE066)

A parte este da *domus* parece combinar um conjunto de muros que formam vários compartimentos. Assim sendo, verificamos uma sequência de muros, todos orientados a N/S, que organizam espaços distintos. É o caso das UEs 067, 110, 270 e 025. O muro correspondente à UE067 (muro 17) (Qd. 304, 305, 404, 405) define o limite de um compartimento, sendo paralelo ao interface negativo que marca o saque de um outro muro, referenciado com a UE110 (muro 19) (Qd. 304), que seria também uma divisória de compartimento. A mesma interpretação pode ser atribuída à UE270 (muro 55) (Qd. 303). Já a UE025 (muro 4), com uma dimensão de 1,40 m de comprimento e 0,54 m de largura, orientado N/S, constitui o muro da fachada nascente da *domus*. Anexos a estes espaços, existiam mais compartimentos relacionados ao corredor de acesso à *domus*. É o caso das UEs 082, 003 e 022, todos eles paralelos e orientados N/S, os quais parecem corresponder a paredes divisórias de *cubicula*.

A UE082, orientada N/S, corresponderia a uma parede limite de um compartimento, que se encontra totalmente saqueada, conforme testemunho da sua vala de saque e respetivo

enchimento (UEs132 e 133 respetivamente). A análise estratigráfica permite-nos associar dois pavimentos a este muro. A UE056, corresponde a um piso em *opus tessellatum* e a UE098 a um pavimento de terra batida, muito compacta.

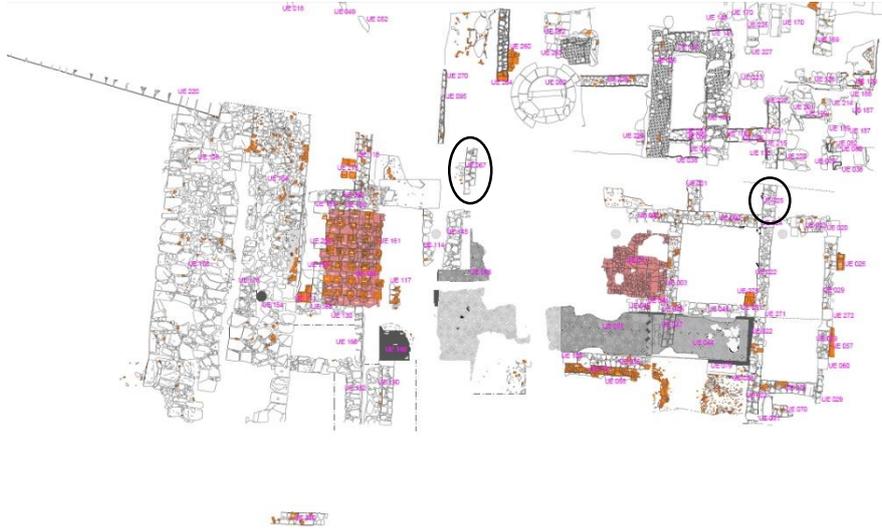


Figura 19 - Planta geral com as UEs 067 e 025 assinaladas

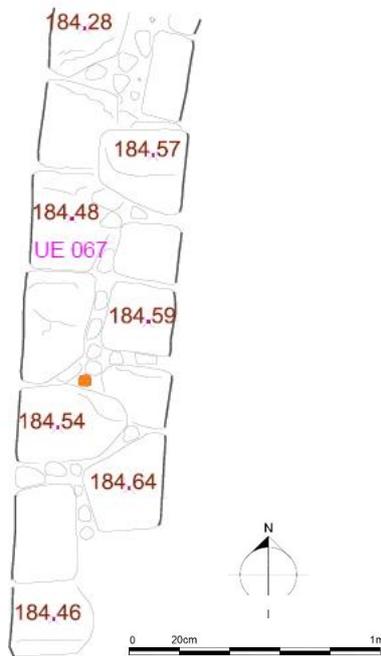


Figura 20 - Plano do muro (UE067)

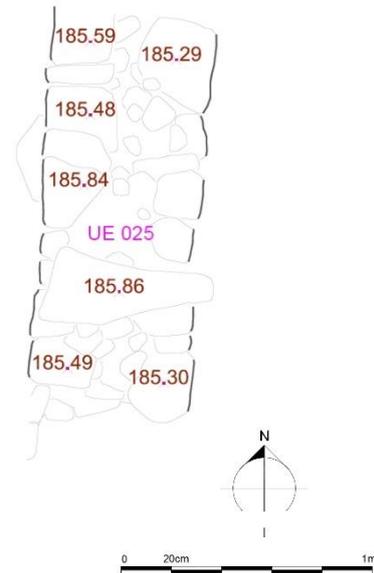


Figura 21 - Plano do muro (UE025)

Já a UE003 (muro 3) (Qd. 202, 302), também orientada N/S, encontra-se bem preservada, numa extensão de 3,10 m de comprimento, oferecendo 0,60 m de largura. Foi construído com pedras de forma retangular dispostas em fiadas horizontais, oferecendo um aparelho próximo do *opus vittatum*. Este muro define uma parede que limitava um compartimento (*cubiculum*) (Ribeiro, 2010: 259). A norte a estrutura encontra-se travada na UE002 (muro 2) (Qd. 301, 302, 303), com orientação E/O, que corresponde a um muro divisório e, simultaneamente, um muro estrutural que atravessa a casa em todo o seu comprimento (sentido E/O). A estabilidade da estrutura foi assegurada por quatro pedras de travamento, com um espaçamento entre 0,50 a 0,80 m (Ribeiro, 2010: 223).

A UE002 articulava-se igualmente com a UE022 (muro 6), através do silhar 2 (UE024), que definia o canto NO de um compartimento, junto ao corredor de acesso à *domus*.



Figura 22 - Planta geral com as UEs 002, 003 e 022 assinaladas

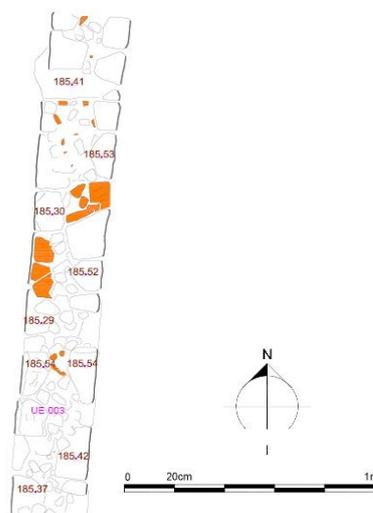


Figura 23 - Plano do muro (UE003)

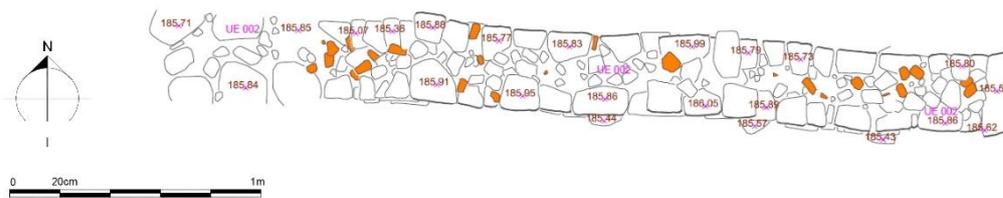


Figura 24 - Plano do muro (UE002)

A UE022 corresponde a um muro estrutural, orientado N/S, do qual se conservou apenas uma fiada no alçado este e quatro fiadas no alçado oeste. A boa qualidade construtiva é visível na forma retangular dos elementos pétreos e na organização horizontal das fiadas. Foi ainda observado que na metade mais a sul do muro o aparelho apresenta características mais irregulares. Este traço físico pode indicar um momento de remodelação da casa, entre finais do século III/inícios do IV, momento em que o muro pode ter sido parcialmente refeito.

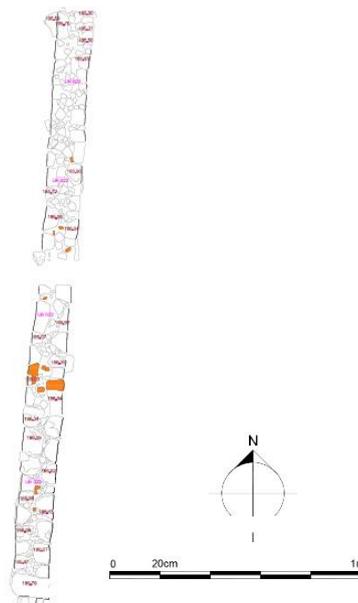


Figura 25 - Plano do muro (UE022)

Todos estes muros definem um conjunto de compartimentos relacionados com um corredor da *domus* e com *cubicula*. Assim sendo, são contruídos os muros correspondentes às seguintes UEs: UE 038 (muro 12); UE 045 (muro 10) e UE 048 (muro 8). Da primeira (UE 038, Qd. 203, 204) só sobram evidências da vala de saque UE102, com o enchimento representado pela UE103. No entanto, estaria orientado O/E e definia-se como um muro divisório entre o corredor e um compartimento.

O muro UE 045 (Qd. 203), muito mal conservado, está orientado a E/O e tem de comprimento 1,12 m e de largura 0,60 m (corresponde à parede sul de um *cubiculum*). Este muro conserva duas fases de construção: na primeira, o aparelho é constituído por pedras com uma forma retangular, enquanto na segunda fase são visíveis pedras que com uma forma retangular, datada dos finais do século III/inícios do IV, foi implantada uma soleira, que assegurava a passagem entre o corredor e o *cubiculum*. Data desta fase o pavimento de mosaicos do corredor (Ribeiro, 2010: 260).

Finalmente, a norte do corredor, encontra-se a UE048 (Qd. 201, 202) com o mesmo alinhamento dos muros anteriores (sentido E/O), exibindo 3,60 m de comprimento e 0,54 m de largura. Este muro apresenta duas fases construtivas, sendo evidente que numa primeira fase funcionou como passagem para um *cubiculum*, tendo sido modificado numa fase posterior para colocação do pavimento e, simultaneamente, para fechar o corredor, o que nos indica que esta remodelação pode ser datada de finais do século III/inícios do IV).

No lado norte do corredor, pode ainda observar-se a UE036 (muro 13) e o silhar correspondente a UE100, integrado nesta construção (Qd. 103, 203). Aparelho parcialmente conservado, com orientação E/O e formado por pedras irregulares. Deste modo, este muro representa o limite sul do corredor de acesso aos *cubicula* da casa.

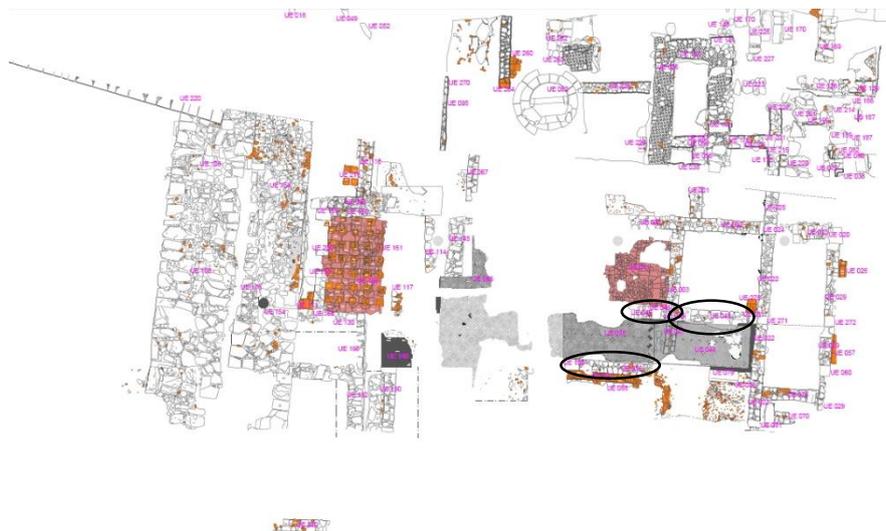


Figura 26 - Planta geral com as UEs 045, 048 e 036 assinaladas

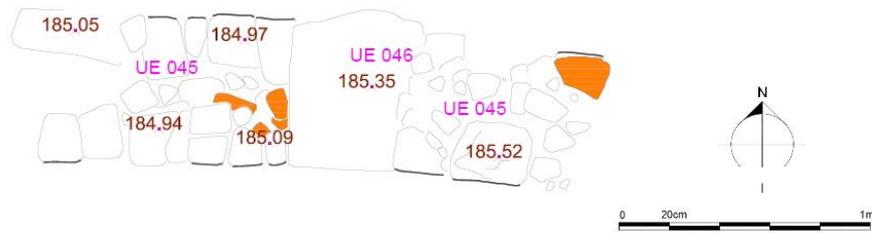


Figura 27 - Plano do muro (UE045)

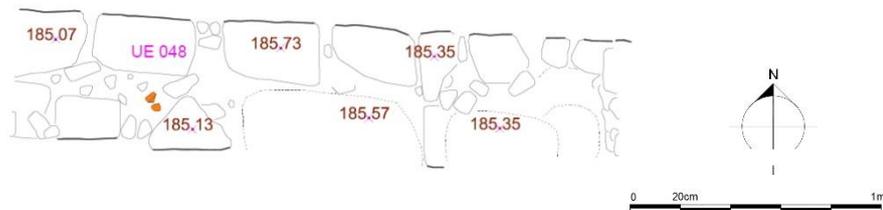


Figura 28 - Plano do muro (UE048)

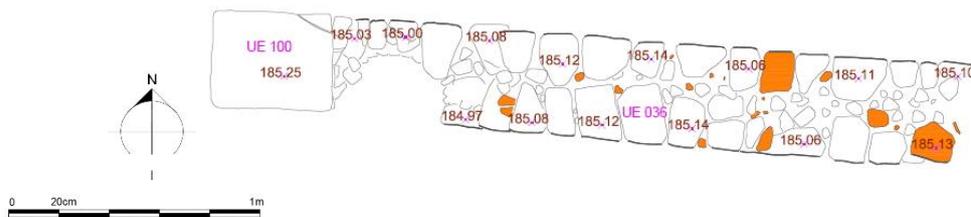


Figura 29 - Plano do muro (UE036)

A *domus* da Escola Velha da Sé contemplava, também na primeira fase, um pórtico definido pela UE022 (Qd. 101, 201, 301), correspondente ao muro da fachada da habitação e por três silhares (UEs 020, 060 e 272), dispostos paralelamente àquela parede, onde se apoiariam as colunas. Este pórtico constituía um espaço de circulação pedestre e daria acesso às lojas que existiriam na parte baixa das casas.



Figura 30 - Planta geral com as UEs 022, 020, 060 e 272 assinaladas

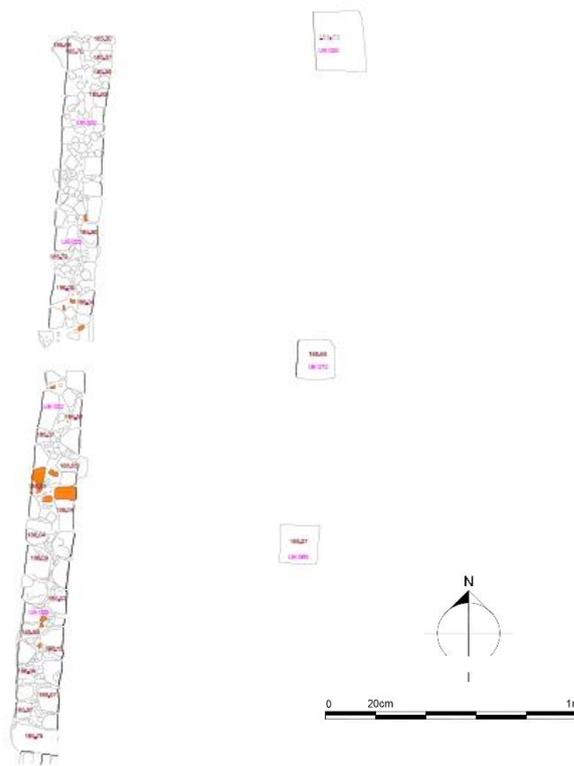


Figura 31 - Plano dos silhares que definem o pórtico

Os investimentos construtivos na *domus*, realizados em época tardia (finais do século III/inícios do IV), percebem-se pelas remodelações operadas nos espaços que se articulam com a construção de uma área balnear, instalado na parte oeste da casa, circunstância que determinou o desaparecimento da zona do peristilo para dar lugar a um novo espaço. Esta nova atividade construtiva está registada pela introdução de muros que vão definir o conjunto de compartimentos

que integram o circuito do balneário. O acesso ao balneário seria feito através de uma pequena área retangular, limitada pelas UEs 117 e 114, a partir da qual se acedia ao *tepidarium* e a partir daí ao *caldarium*.

O muro correspondente à UE117 está orientado S/N e apresenta-se mal conservado. Da estrutura mantêm-se apenas três fiadas de pedras no alçado este, que compõem uma dimensão total de 1,20 m de comprimento e 0,40 m de largura. As pedras preservadas sugerem um aparelho irregular, que seria certamente revestido.

O muro identificado com a UE114 (muro 21, Qd. 305) está orientado S/N e encontra-se conservado numa extensão de 2,22 m de comprimento e 0,36 m de largura. Apresentam aparelho irregular e incorpora elementos arquitetónicos, como é o caso do fragmento de fuste, possivelmente associado à primeira fase construtiva da *domus* (Ribeiro, 2010: 225).

Por sua vez, o muro correspondente à UE160 (Qd. 306), que assenta sobre um nível de pedra miúda e fragmentos de tijoleira, reforçou o muro representado pela UE066, da primeira fase, servindo de divisória entre o *tepidarium* e o *frigidarium*.

O muro 27, identificado com a UE165 (Qd. 206), também orientado N/S, possui 2 m de comprimento por 0,50 m de largura e representa a parede divisória entre o hipocausto do *caldarium* e do *tepidarium*. Ao muro 27 associam-se ainda dois silhares. Um deles já existia na fase I da casa (UE158), pois integrava a colunata do peristilo, tendo passado, na fase II, juntamente com outro, representado pela UE280 a integrar a abertura do *praefurnium*. Estes dois blocos em granito têm uma forma retangular e um acabamento alisado, foram colocados na vertical de modo a permitir a circulação de ar quente, proveniente do *praefurnium*, para o *caldarium* e o *tepidarium* (Ribeiro, 2010: 404).

Para além dos muros já descritos, associa-se ainda à área do balneário o piso do hipocausto, representado pela UE161, que oferece um conjunto de tijolos *bessales* a compor os colunelos e a UE185, que representa a *area* do hipocausto, formada por *tegulae*, sobre o qual assentavam os colunelos.



Figura 32 - Planta geral com as UEs 117, 114, 118, 160 e 165 assinaladas

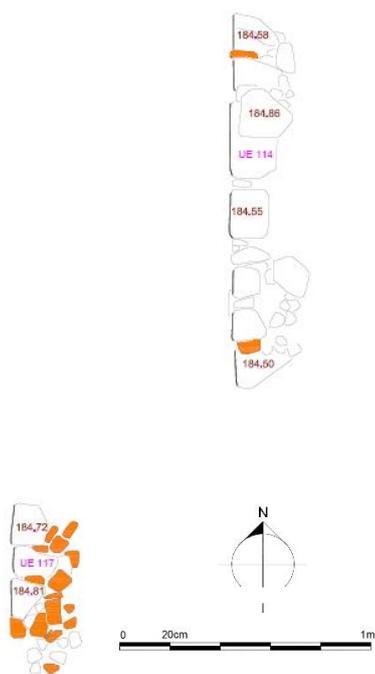


Figura 33 - Plano das UEs 114 e 117

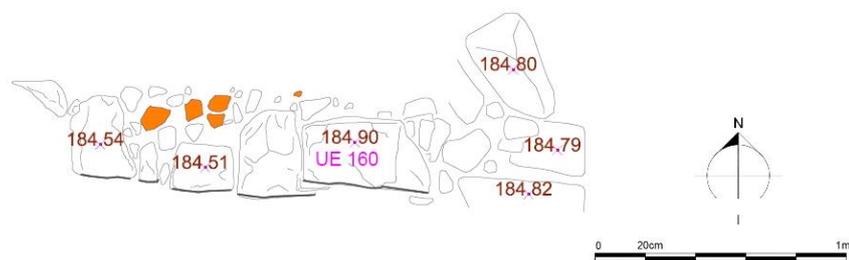


Figura 34 - Plano do muro (UE160)

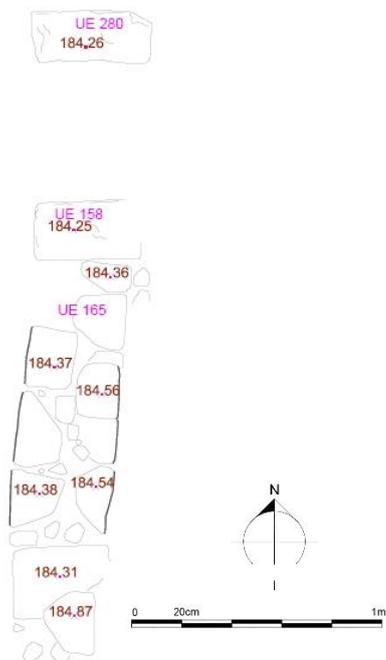


Figura 35 - Plano do muro (UE165)

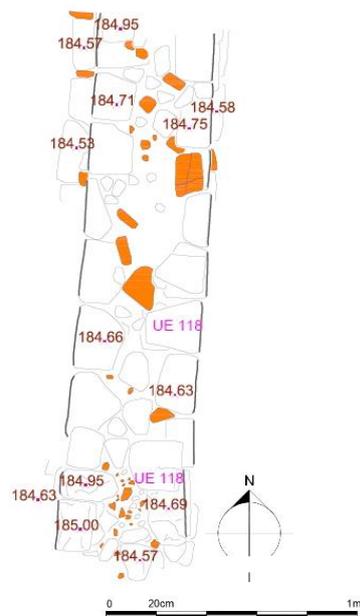


Figura 36 - Plano do muro (UE118)

Na primeira fase, a fachada nascente da *domus* fazia-se representar pelo muro identificado com a UE022, o qual definia o limite poente do pórtico. Na segunda fase, essa área foi incorporada no edifício, tendo sido compartimentada em vários espaços, um os quais se constitui como um *vestibulum* da *domus*. A UE023 (muro 5, Qd. 301), bem como as identificadas como UE032 (muro 32, Qd. 101) e UE070 (muro 32A, Qd. 101) são representativos desse empreendimento.

O muro correspondente à UE023 está orientado no sentido O/E e possui um aparelho formado por pedras de tamanho e forma irregulares, encontrando-se mal conservado. Apresenta uma largura de 0,48 m e foi identificado numa extensão de 1,30 m. Este muro constitui-se como uma parede divisória de um compartimento que ocupou o anterior pórtico nascente da *domus*.

Os muros UE076 e 070 estão orientados a E/O. A UE076 tem 2,46 m de comprimento e 0,60 m de largura, apresentando um aparelho horizontal, que integra pedras com talhe de qualidade superior (Ribeiro, 2010: 225).

A fechar o *vestibulum*, no limite nascente foi construído o muro identificado com a UE029, orientado a N/S, que se apresenta muito destruído e conserva apenas uma fiada, tendo sido identificado numa extensão de 7,02 m. Possui 0,52 m de largura máxima. Esta estrutura, construída com um aparelho de alvenaria irregular, integrou os pilares em que assentava a colonata do pórtico, sendo perceptível que a fiada de base apresenta uma maior regularidade na construção, sugerindo uma possível relação com a fase de utilização do pórtico (Ribeiro, 2010: 224).



Figura 37 - Planta geral com as UEs 023, 029, 076 e 070 assinaladas

Para além das transformações descritas acima, a *domus* beneficiou da construção de um *impluvium*. Este empreendimento construtivo é marcado pela presença da UE088 (muro 33) e pela canalização referenciada com a UE121 (canalização 6, Qd. 103).

O muro correspondente à UE088 (Qd. 103) está orientado no sentido O/E e mede 1,46 m x 0,18 m. Apesar do mau estado de conservação este muro serviria de suporte da canalização UE 121.

A canalização UE 121 está orientada O/E e comporta uma dimensão de 2,70 x 0,28 m. A sua estrutura apresenta-se mal conservada, contudo ainda são visíveis vestígios do lastro.



Figura 41 - Planta geral com a UE088 assinalada



Figura 42 - Plano do muro (UE088)

A terceira fase, datada do século IV-V, articula-se apenas com a subdivisão de espaços anteriores, verificando-se uma maior compartimentação do espaço em áreas mais pequenas, sem que haja uma reforma da estrutura da habitação, como é visível na segunda fase.

Os muros que se articulam com esta fase são o muro 1 (UE001, Qd. 302), o muro 9 (UE047, Qd. 304) e a UE105.

A UE001, com orientação S/N, mede de comprimento 1,32 m e 0,50 m de largura, sendo de alvenaria irregular (Ribeiro, 2010: 223). Tal como a anterior, também a UE047 está orientada no sentido N/S, tendo sido identificada numa extensão de 1,40. Revela 0,46 m de largura. Este muro corresponde à compartimentação do corredor da *domus*. E o muro UE 105 não deixa elementos físicos, apenas se articula à sua construção uma vala de saque. Este muro seria uma parede de divisão de um compartimento.



Figura 43 - Planta geral com as UEs 001 e 047 assinaladas

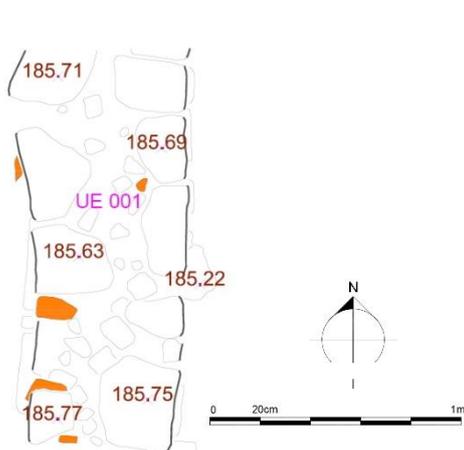


Figura 44 - Plano do muro (UE001)

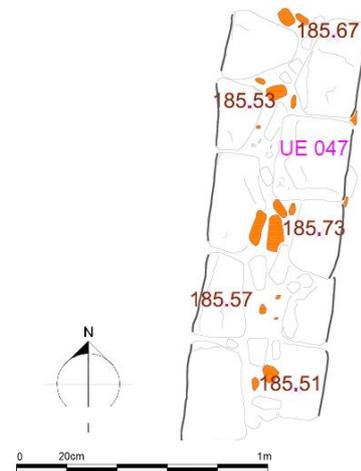


Figura 45 - Plano do muro (UE047)

Para finalizar, resta-nos referir o muro 30 (UE176) e o muro 14 (UE042), ambos NO/SO, tendo o primeiro a particularidade de aproveitar o embasamento da muralha alto medieval (UE154) para se elevar. Deste modo, o muro UE 176 deveria pertencer à fachada da estrutura do edifício da escola primária. Também a UE042, foi interpretado como o alicerce do muro da escola.



Figura 46 - Planta geral com a UE176 assinalada

1.2.3 Os pavimentos

A intervenção nesta área habitacional permitiu registar vários níveis de pavimentos que se associam a compartimentos do edifício. A análise dos pavimentos, em conformidade com a relação que estabelecem com os muros, permitiu-nos sequenciar, de um modo mais seguro, as fases de ocupação da *domus*.

Assim, os pavimentos representados pelas UEs 095, 044, 193 e 056 são equivalentes. Trata-se de um pavimento em *opus tessellatum*, que reveste um longo corredor situado na parte nascente da casa, construído nos finais do século III/inícios do IV, quando a *domus* foi remodelada. Conjuga motivos geométricos, formalizados por tesselas de cor branca e preta, compondo um friso quadrangular (Magalhães, 2010: 57). Toda esta área pavimentada associa-se aos muros que limitavam o corredor, definido no lado norte, por um conjunto de muros onde se encontram rasgadas as entradas para dois compartimentos (UEs 045, 046, 052 e 051) e, no lado sul, pelo muro identificado com a UE036. O mosaico era bordejado por um friso de sete fiadas de tesselas,

em cerâmica, que se encontravam bem conservadas, ao contrário do pavimento que foi encontrado em muito mau estado de conservação.

Os compartimentos dispostos do corredor eram compostos por tijoleiras *sesquipedales*, de forma retangular (UE011 e UE275).



Figura 47 - Planta geral com o pavimento do corredor e de um compartimento assinalado



Figura 48 - Fotografia do pavimento do corredor em opus tessellatum (©GACMB)



Figura 49 - Trama do motivo do mosaico



Figura 50 - Fotografia do pavimento UE011 (©GACMB)

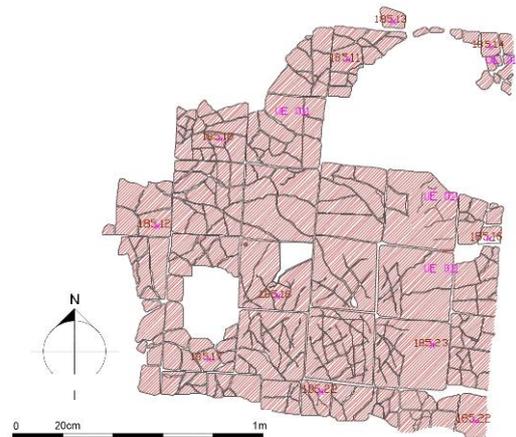


Figura 51- Plano da UE011

A esta mesma remodelação tardia (finais do século III/inícios do século IV) atribuímos o avanço da construção sobre a anterior área do pórtico, o qual se caracteriza pela sua compartimentação. Os novos espaços oferecem evidências de pavimentos, como é o caso da UE030, que corresponde ao pavimento do compartimento limitado pelo muro 5 (UE023) e um outro pavimento (UE058, equivalente à UE065), em terra batida, limitado pelos muros 6 (UE022) e 7 (UE029) (Magalhães, 2010: 57).

O balneário, construído na segunda fase, também contempla vários pavimentos. Deste modo, o pavimento correspondente à UE163, em *opus tessellatum*, corresponderia ao revestimento do piso da sala fria do balneário. As características dos motivos do mosaico permitem balizá-lo cronologicamente entre os finais do século III e inícios do século IV (Ribeiro, 2010: 386).

As salas quentes do balneário tardio foram identificadas através dos hipocaustos, que oferecem pavimentos em tijoleira retangular (*tegulae*), que formaria as *areae* (UE185), sobre as

quais se dispunham as *pilae* (UE161), constituídas por elementos quadrangulares, de tipologia *pedale*, sobrepostos por elementos quadrangulares de menor dimensão, de tipo *bessales*.



Figura 52 - Planta geral com o balneário assinalado



Figura 53 - Fotografia dos pavimentos UEs 161 e 185 (@GACMB)



Figura 54 - Plano das UEs 161 e 185

1.2.4 As estruturas hidráulicas

As estruturas hidráulicas identificadas relacionam-se com a drenagem da água, não se tendo identificado nenhuma de abastecimento da casa.

A canalização 1 (UE026) corresponde a um prolongamento da canalização 4 (UE057), uma vez que se encontram à mesma cota (185,50 m). Ambas as estruturas foram construídas em material laterício e formam uma canalização de secção em “U”. Estão mal conservadas, não revelando quaisquer vestígios de paredes ou coberturas. A extensão escavada permitiu identificar dois segmentos de estrutura com 1,30 m de comprimento (UE057) e outro com 0,80 m (UE026), que apresentam 0,30 m de largura e 0,12 m de altura. Esta canalização corre paralela ao pórtico da *domus* e teria a função de drenar as águas das chuvas em direção a norte, uma vez que possui um pendor de 0,16 m. Podemos, tendo isto por base, determinar que a canalização pertence à fase I (finais do séc. I, inícios do séc. II), a complementar as funcionalidades do pórtico (Teixeira, 2012: ficha 25).

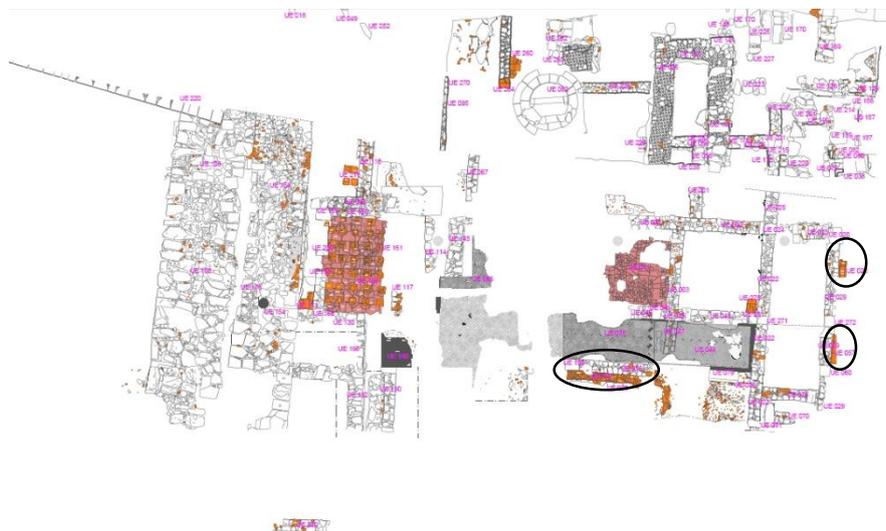


Figura 55 - Planta geral com as UEs 026, 057 e 121 assinaladas

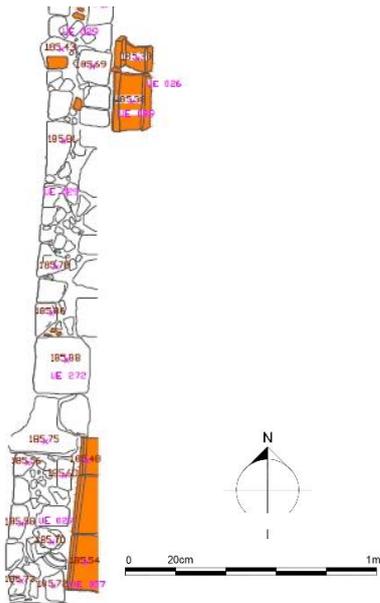


Figura 56 - Plano das UEs 026 e 057



Figura 57 - Projeção da canalização UE026 e 057 (Teixeira, 2012)



Figura 58 - Desenho de secção da canalização (Teixeira, 2012)



Figura 59 - Fotografia da canalização UE026 e 057 (©GACMB)

A canalização 6 UE121, orientada E/O, está também mal conservada, tendo sido, vestígios de lastro (feito em tijolo) e de uma parede de pedra. A cobertura não se conservou, no entanto deveria ser em tijoleira. Esta canalização em caixa parece associar-se ao espaço aberto da casa (*impluvium*), da segunda fase construtiva (séc. III/ inícios do IV) e teria a função de drenagem. É contida pelos muros UE088 e UE036 e encontra-se a uma cota inferior ao pavimento UE089. A dimensão conservada é de 3 m de comprimento e 0,60 m de largura (Teixeira, 2012: ficha 24).

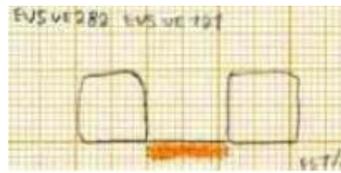


Figura 60 - Desenho da secção da UE121
(Teixeira, 2012)

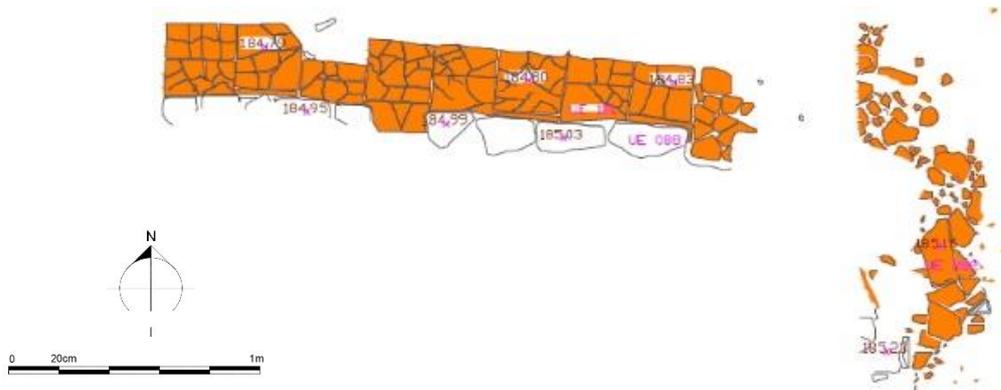


Figura 61 - Plano da UE121

1.2.5 As muralhas medievais

O momento que assinala o fim da utilização da área habitacional está materializado na construção da primeira muralha medieval (UE154) que atravessa toda a parte oeste da *domus*. Trata-se de uma estrutura orientada no sentido NO/SO, constituída por blocos graníticos de grandes dimensões. O miolo da muralha (UE167 e UE203) é composto por blocos de dimensões irregulares e fragmentos de tijoleiras.



Figura 62 - Planta geral com UEs 154, 108 e 220 assinaladas



Figura 63 - Fotografia das muralhas (UE154 e 108) (@GACMB)



Figura 64 - Plano da muralha (UE154)

Paralela à muralha alto medieval (UE154) dispõe-se uma outra muralha construída, nos séculos XIV/XV, também conhecida como muralha fernandina (UE108). Esta muralha está igualmente orientada N/S, encontrando-se ao nível do alicerce, que conserva bem nítidos os alinhamentos dos seus paramentos, bem como as características do seu enchimento (UE152) constituído por blocos de média e pequena dimensão e fragmentos de tijoleira e terra. Associado à muralha estava um torreão, do qual se identificou apenas um paramento externo (UE220), orientado E/O, composto por um aparelho regular, com blocos homogéneos e que se encontra travado na muralha.



Figura 65 - Plano da muralha (UE108) e o torreão (UE220)

1.3 A evolução dos espaços

As intervenções arqueológicas desenvolvidas neste arqueossítio contribuíram para que se exumasse um conjunto diversificado de vestígios. A interpretação exaustiva dos dados das escavações permitiram-nos distinguir três grandes momentos que se destacam na sequência evolutiva deste espaço, cuja definição resultou do cruzamento da informação estratigráfica, com os contextos construtivos formalizados pelos muros, pavimentos e canalizações e com as datações fornecidas pelos materiais arqueológicos exumados.

A primeira fase de ocupação está associada a um conjunto de muros que definem a estrutura de uma *domus*, onde se pode identificar a estrutura de um peristilo, situado no lado poente, acessível a partir de um corredor, que remataria na fachada nascente da casa, na qual se entraria por uma porta, a partir do pórtico. A norte desse corredor dispunham-se vários compartimentos, cujas características foram alteradas na remodelação deste setor da casa ocorrida nos finais do século III/inícios do IV.

Apesar do número significativo de estruturas exumadas referentes à fase I da *domus* são escassos os materiais arqueológicos que permitem datar com rigor a construção da casa. No entanto salientamos a presença de fragmentos de cerâmica de tradição indígena, que se centram cronologicamente entre 16/15 a.C. (data da fundação da cidade) até ao século I e um fragmento de ânfora, de tipo Haltern 70, que baliza cronologicamente a *domus* entre meados do séc. I (Magalhães, 2010: 50).

Os muros do tanque do peristilo (UE 130 e UE 166), que definem os seus limites norte e este, respetivamente, assentam sobre a rocha. Os limites do peristilo estão marcados pelos muros correspondentes à UE066, a norte e UE240, no limite sul, sobre os quais se apoiava a colonata do peristilo. Este espaço localizava-se na zona sudoeste da habitação e possuía uma área total de 114 m². (Magalhães, 2013: 56).

Os espaços da casa que se desenvolviam em torno do peristilo estão mal definidos pois muitos dos muros que lhes estariam associados foram sacrificados pela reforma dos finais do século III/inícios do IV, ou destruídos com a construção das muralhas medievais. Todavia, com base nos vestígios disponíveis é possível inferir algumas hipóteses sobre as características desses espaços. Assim, a acompanhar as UEs 066 e 002 verificámos vários muros perpendiculares, situados a norte (UE118, UE067, UE110, UE270 e UE 025) e a sul (UE082, UE105, UE003), os

quais definiam compartimentos da habitação (*cubicula*). Neste tópico vamos referir-nos apenas aos muros perpendiculares a sul, uma vez que os restantes vão ser reinterpretados quando a informação a norte da *domus*, referente à Rua Frei Caetano Brandão, for analisada.

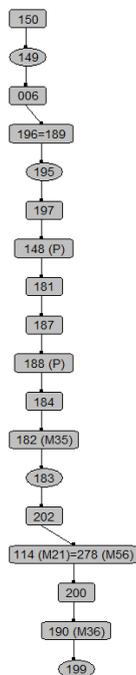


Figura 66- Diagrama da sondagem 105/106

Relativamente à UE082 não restam evidências físicas desta estrutura, que foi saqueada, ação documentada pela vala de saque (UE132) e respetivo enchimento (UE133). A análise do material desta unidade sedimentar permitiu-nos estabelecer que se tratou de um saque do período moderno. Da UE145 não restam evidências do momento da sua fundação. Já a UE105, correspondente à parede de um compartimento da *domus*, possui uma vala de fundação (UE096), cujo enchimento (UE097) forneceu uma moeda de *Galileus au.*, datada de 253-268 (nº inventário 1999/1741 -), tendo sido completamente saqueada, conforme é testemunhado pela UE102 (vala de saque) e pela UE103 (enchimento) (Magalhães, 2010: 50) (Apêndice 1). O muro correspondente à UE003 assenta numa vala de fundação (UE295), cujo enchimento (UE296) não forneceu materiais datáveis (fig. 67 e 68).

Id. 202

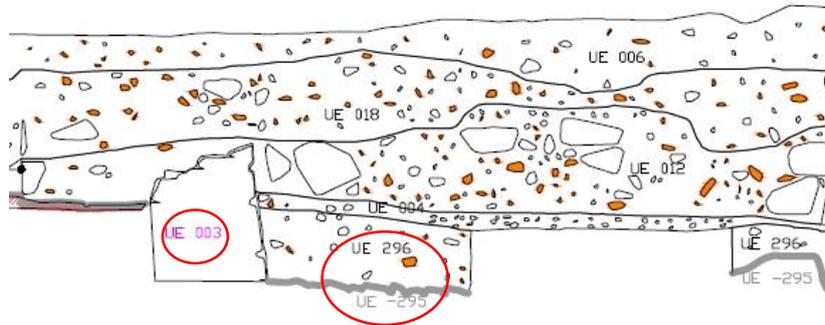


Figura 67- Corte 2 O/E. Pormenor das UEs 295, 003 e 296

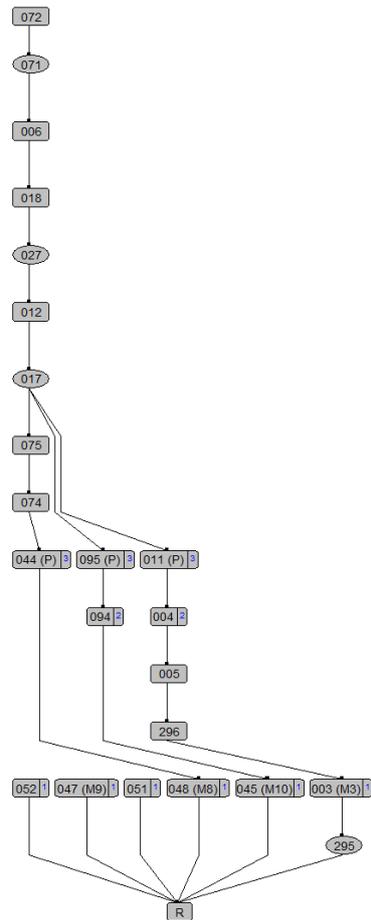


Figura 68 - Diagrama da sondagem 202

Finalmente, estes muros rematavam a sul numa parede (UE048=UE045) saqueado na época moderna, conforme documenta o enchimento (UE012=UE038) da sua vala de saque (UE017), por sua vez, cortado pela UE102, cujo enchimento corresponde à UE103. Simultaneamente, estes muros delimitavam o lado norte do corredor que se articulava com a entrada na casa.

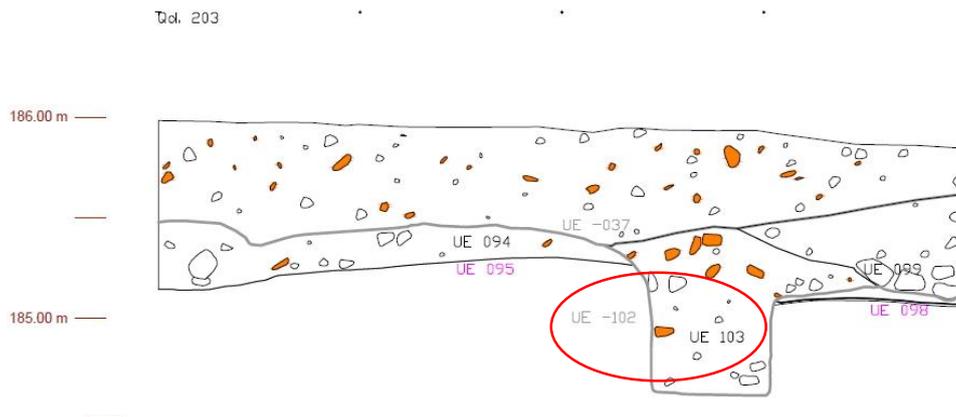


Figura 69 - Corte 4 N/S. Pormenor das UEs 102 e 103

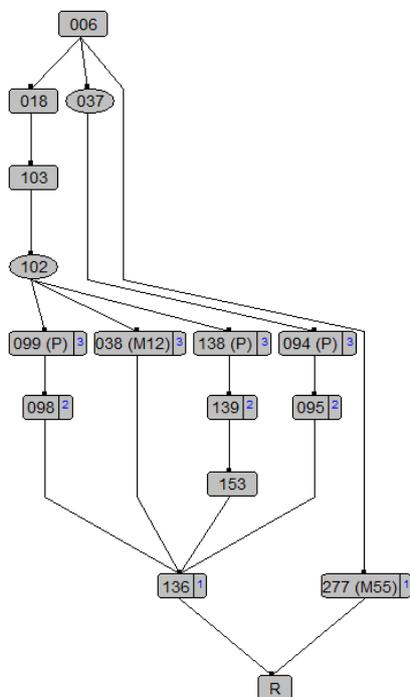


Figura 70 - Diagrama do corte 4 N/S

O muro correspondente à UE036 configura o limite sul do corredor de acesso à *domus*. A sua vala de fundação não é perceptível, existindo evidências da sua ocupação através do piso em terra batida, correspondente à UE080, que se articulava com uma soleira (UE079), que permitia o acesso ao interior da casa. Na época moderna, foi registado um saque (UE083 - vala e UE075 - enchimento).

O pórtico, que também faz parte dos espaços que figuravam na *domus* na primeira fase, era limitado pelo muro da fachada este (UE022) paralelo aos embasamentos de pilares da colonata. Aquele muro assentava sobre a UE019, interpretada como um nível sedimentar (enchimento de nivelamento) sobre a rocha. Neste nível distinguimos uma vala de fundação (UE078), cujo enchimento está representado pela UE207. Destas unidades sedimentares foram exumadas cerâmicas de engobe vermelho e cerâmicas pintadas, datadas de meados do século I até finais do século IV/V. As valas de saque, da época moderna, estão representadas pelas UEs 034 e 028 e pelo enchimento identificado com a UE006 (fig. 71 e 72).

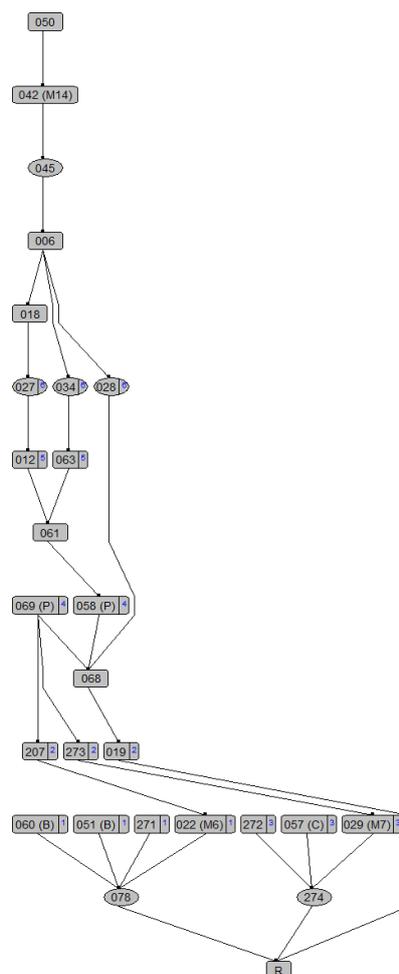


Figura 71 - Diagrama da sondagem 201

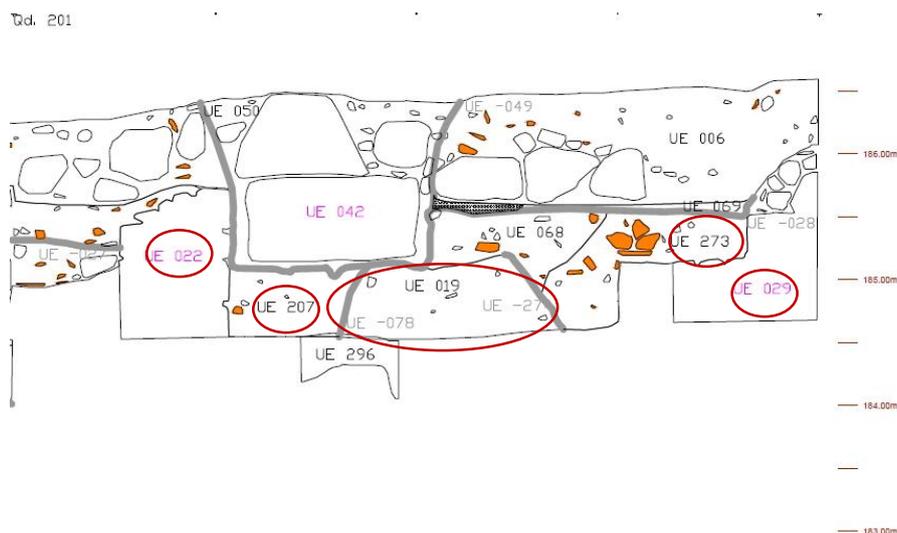


Figura 72 - Sondagem 201. Pormenor das UEs 022, 029, 019, 078, 207, 274 e 273.

A segunda fase define-se pelas reformas introduzidas na organização dos espaços da *domus*. É nesta fase da habitação que surge o balneário, um *impluvium* e o pórtico é compartimentado, nele surgindo um *vestibulum*.

Os vestígios do balneário que integrou a *domus* são representados pela presença de um conjunto de muros, identificados com as UEs 160 e 165 e com o piso e colunelos do hipocausto, UE185 e UE161 (Apêndice 2).

Da UE186 (enchimento sob o hipocausto para nivelar e colocar os colunelos), foi recolhida cerâmica comum fina que define uma cronologia altoimperial. Associados ao pavimento representado pela UE163 (vestígios de opus *signinum*) e à respetiva preparação (UE164) foram recolhidos materiais datados dos séculos IV, como é o caso de um fragmento de bordo de um prato de engobe vermelho, imitação do tipo Hayes 61 A/B. Com base na cronologia destes materiais recolhidos no nível de circulação é possível centrar a construção do balneário entre os finais do século III e inícios do século IV.

Este empreendimento foi concretizado mediante a anulação do peristilo da *domus*, reaproveitando-se alguns muros, como é o caso daquele que foi identificado com a UE118. Ao nível da funcionalidade, este muro constituía-se como uma parede do balneário que se associava ao *tepidarium* e ao *frigidarium*.

O muro correspondente à UE165, que não permitiu identificar uma vala de fundação foi interpretado como uma parede divisória entre o hipocausto do *caldarium* e do *tepidarium*.

O balneário privado, instalado na secção oeste da casa, era formado por um pequeno *apodyterium* retangular, limitado pelos muros identificados com as UEs 114 e 117, que dava acesso ao compartimento aquecido, interpretado como *tepidarium*. A comunicação para a sala seguinte, o *frigidarium*, era feita pela parte norte do *tepidarium*. A comunicação para a sala seguinte, o *frigidarium*, era feita pela parte norte do *tepidarium*. Por seu turno, a oeste desta sala localizava-se uma outra sala aquecida, que se interpreta como *caldarium*, existindo a norte desta última um outro possível *tepidarium* (Ribeiro, 2010; 184).

Parece-nos que o circuito de banhos tinha o seu início a partir do *apodyterium*, com acesso ao *tepidarium*, depois, para norte, para aceder ao *frigidarium* e a outro *tepidarium*. O circuito terminava no *caldarium* (Magalhães, 2010: 54).

Nenhuma das valas de fundação se conserva, facto que fica a dever-se aos saques intensivos a que estes muros estiveram sujeitos. Contudo, é possível determinar que as fundações dos muros foram abertas na alterite granítica, tendo também sido aproveitados outros já existentes da primeira fase da casa.

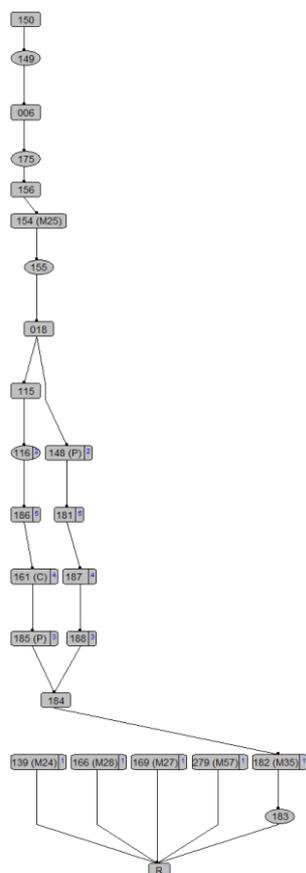


Figura 73 - Diagrama da sondagem 206

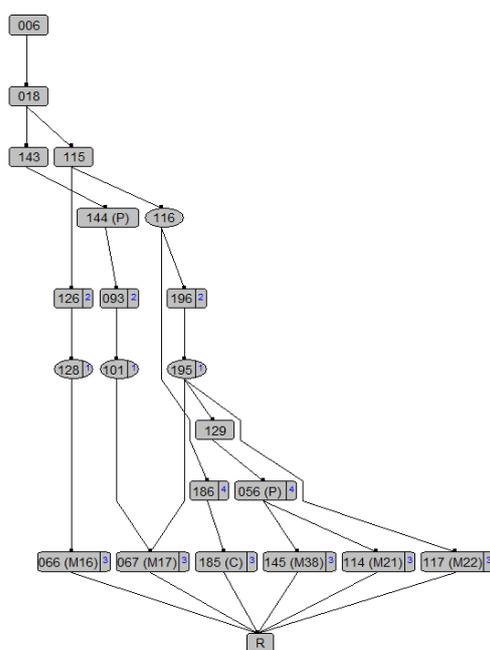


Figura 74 - Diagrama da sondagem 305

A nova distribuição dos espaços é igualmente evidenciada pela neutralização do uso do pórtico. Deste modo, nessa área irá surgir uma nova ligação da casa com a rua feita através de um *vestibulum*, relacionado com a UE023, de onde se destaca, na sapata, da qual procede um fragmento de vidro datado entre os séculos III e IV (Cruz, 2009: 162). Este muro foi parcialmente saqueado durante a Antiguidade Tardia (UE043), procedendo do seu enchimento (UE059) um fragmento de prato de cerâmica de imitação de *terra sigillata* hispânica tardia (séculos IV-V). Os muros representados pelas UEs 076 e 070, não possuem elementos que indiquem a sua fundação, muito embora se perceba que fazem parte da reforma de alteração do pórtico. A UE029 é construída nesta fase para fechar o pórtico no limite este, tendo sido implantada sobre um enchimento (UE019), possuindo uma vala de fundação (UE274), cujo enchimento está representado pela UE273 (Apêndice 1).

A terceira fase de ocupação contempla um investimento construtivo menor. A orgânica dos espaços mantém-se, notando-se apenas subdivisões dos compartimentos já existentes. Esta fase associa-se à UE001, com uma vala de fundação (UE009), em cujo enchimento (UE010) foi encontrado um fragmento de vidro de uma taça campanulada ampla lisa, que permite datar a estrutura do séc. V (Cruz, 2009: 162) (Apêndice 3).

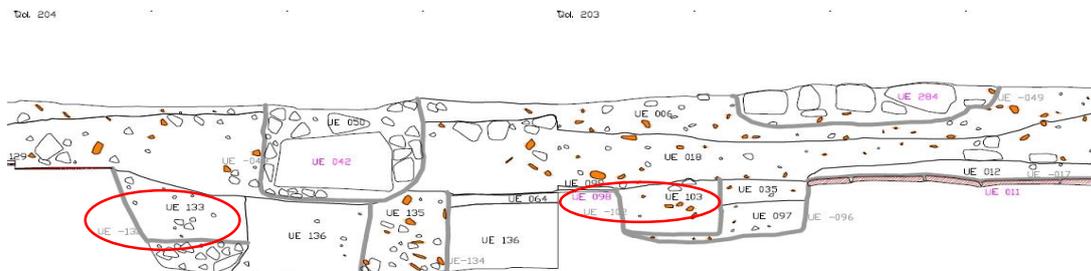


Figura 75 - Corte 2 E/O. Pormenor das UEs 132, 133, 102 e 103

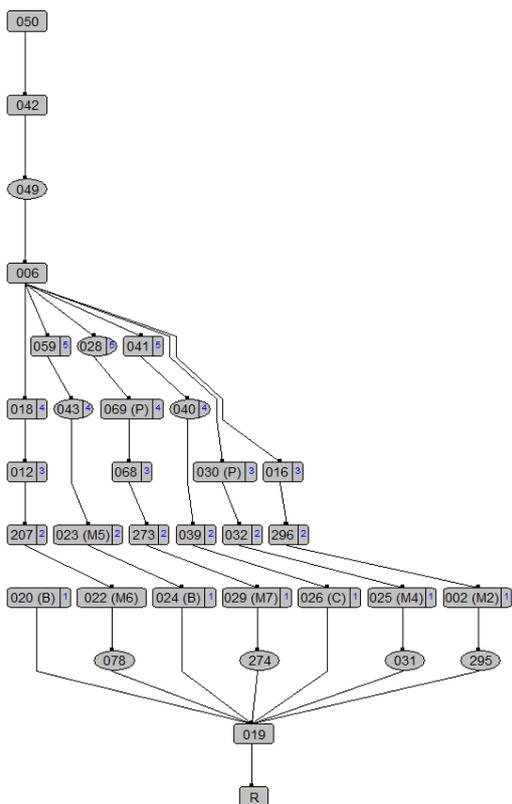


Figura 76 - Diagrama da sondagem 301

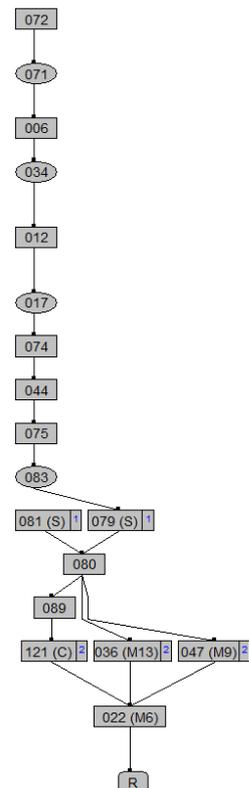


Figura 77 - Diagrama da sondagem 102

O muro correspondente à UE294 não tem igualmente evidências da sua fundação, restando a vala de saque (UE134), com o respetivo enchimento (UE135), também atribuída a uma cronologia moderna. Por fim, o muro identificado com a UE047 passa a ocupar nesta fase o corredor de acesso à *domus*, de modo a formar um novo compartimento. A esta estrutura associa-se a uma vala de saque (UE083) e respetivo enchimento (UE075), também coincidente com a época moderna (Apêndice 3).

A construção da primeira cerca medieval corresponde ao abandono definitivo deste espaço residencial, que deve ter subsistido na Antiguidade Tardia. O correto funcionamento da muralha implicou o arrasamento das estruturas que compunham a parte oeste do quarteirão. A primitiva cerca medieval foi identificada como a UE154, possuindo uma vala de fundação (UE155), cujo enchimento (UE156) forneceu um fragmento de bordo de bilha cinzenta tardia comum, datada entre os séculos V-VII. Sabemos assim que esta muralha é posterior ao século VII, ainda que permaneça em dúvida se a sua construção datará do século VIII, num momento posterior às invasões muçulmanas, ou do século IX (fig. 78 e 79).

Já o saque desta cerca, está evidenciado pela UE175 e pelo enchimento correspondente à UE006, atividades que se podem relacionar com a construção da muralha fernandina, nos séculos XIV/XV. Esta muralha está sinalizada pela UE108 e pela UE220, que corresponde ao torreão, cuja vala de fundação (UE169) possui um enchimento (UE170). A vala de saque, por seu turno, está representada pela UE172 e pelo respetivo enchimento (UE173). Pertencente a uma cronologia mais recente, destaca-se a UE176, que se define como a parede do edifício da escola primária da Sé, que aproveita os alicerces da muralha alto medieval (UE154) para se elevar desenvolvendo-se no seu alinhamento. Desta estrutura foi possível identificar apenas a vala de saque (UE177) e o correspondente enchimento (UE178) (Apêndice 7).

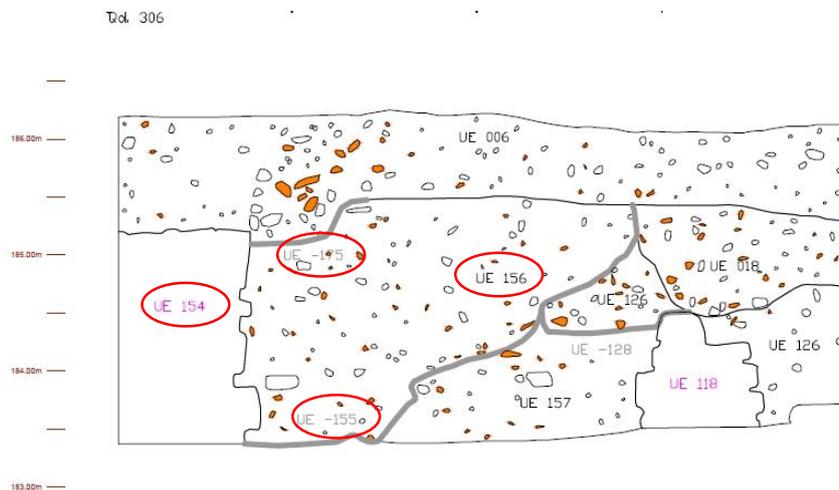


Figura 78 - Corte 3 O/E. Pormenor das UEs 154, 155, 156 e 175

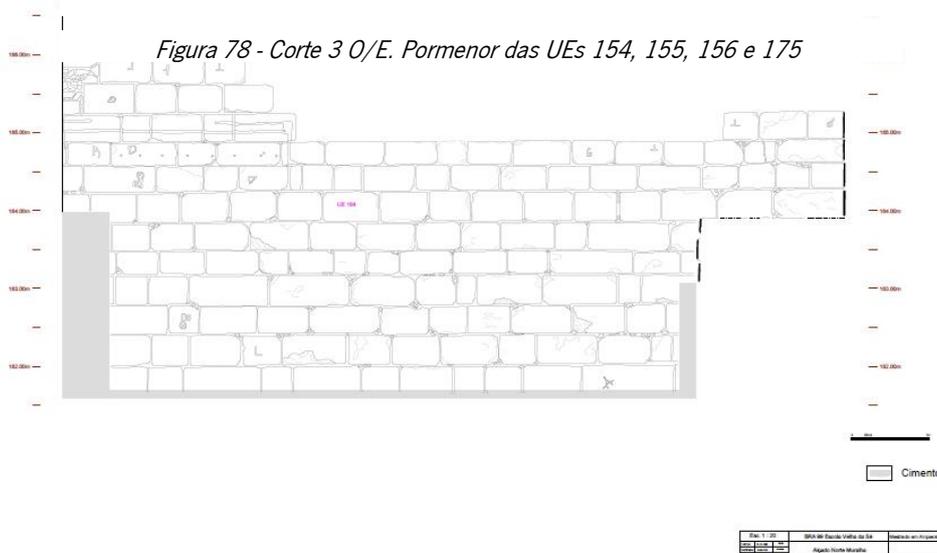


Figura 79 - Alçado norte da muralha UE154

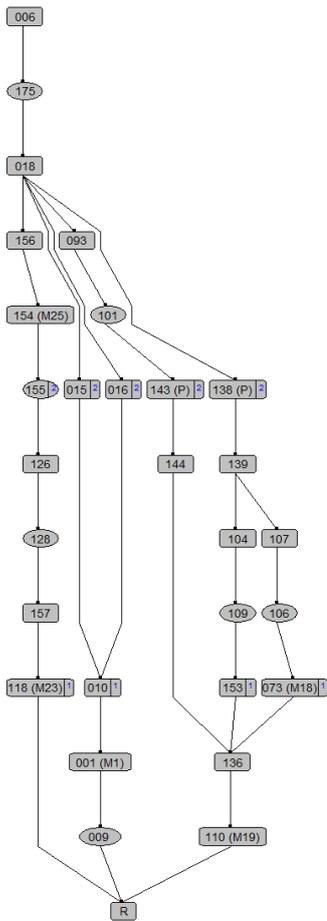


Figura 80 - Diagrama do corte 3 E/O

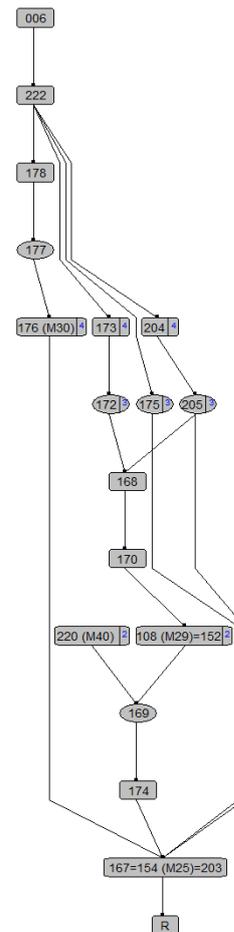


Figura 81 - Diagrama do corte 7 N/S

2. Zona arqueológica da Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168

2.1 Enquadramento da intervenção e metodologia de abordagem da informação

A intervenção arqueológica no lote nº 166/168 da Rua Frei Caetano Brandão foi realizada em duas fases, entre os anos de 2015 e 2016. Devido à necessidade de obras numa casa, localizada no centro histórico da cidade de Braga, foi realizada uma intervenção arqueológica para avaliação de impactos, uma vez que os referidos lotes são contíguos, a norte, à ZA da Escola Velha da Sé. O que deveria constituir apenas um conjunto de sondagens de avaliação acabou por se converter numa grande intervenção arqueológica na qual foi possível exumar várias estruturas que assinalam uma ocupação prolongada daquele espaço, entre o século I e a contemporaneidade.

No contexto global da cidade, estas estruturas parecem prolongar as que foram encontradas na Escola Velha da Sé, facto que será analisado através da junção das duas plantas gerais dos sítios.

A metodologia de análise que utilizaremos para esta intervenção é semelhante à utilizada para a ZA da Escola Velha da Sé e baseou-se na produção de diagramas de Harris para as 12 sondagens escavadas, mediante a análise dos desenhos de campo, que incluem planos, perfis e cortes, na análise dos contextos construtivos e na análise do material exumado, que possibilitou a atribuição de cronologias para as unidades estratigráficas, permitindo, assim, contextualizar os espaços. Esta abordagem permitiu-nos atribuir fases ocupacionais a esta zona arqueológica que serão posteriormente conjugadas com as que foram referenciadas na Escola Velha da Sé.

De seguida serão descritos cada um dos muros que definiram o espaço ocupado em cada uma das fases, apontando as suas características morfológicas. Outros elementos que também merecem destaque, pela sua relevância no funcionamento dos espaços, são os pavimentos e o sistema hidráulico.

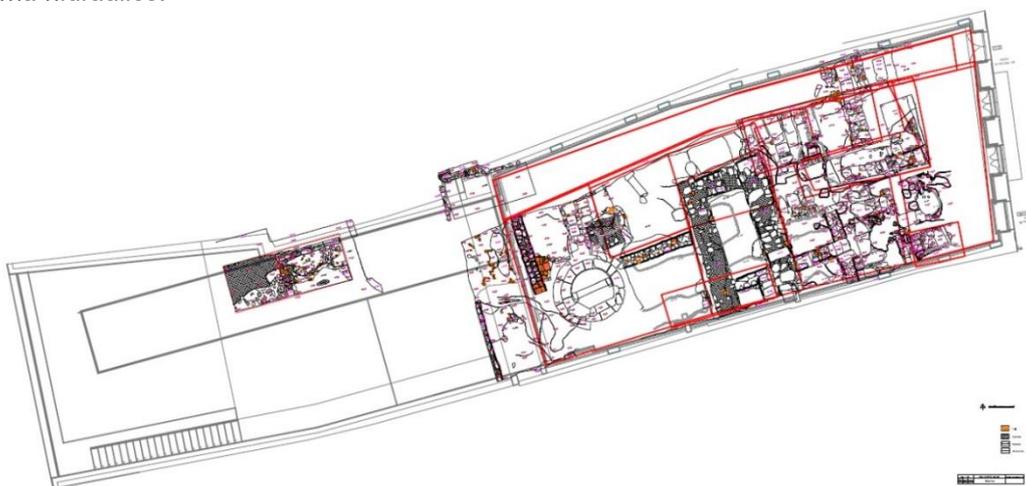


Figura 82 - Planta geral da intervenção na Rua Frei Caetano Brandão n° 166/168

2.2 Análise das estruturas

2.2.1 Os muros e a muralha fernandina

Os muros e as sapatas identificados nesta intervenção contabilizam um total de 44 estruturas. Dos elementos construídos descritos fazem parte as sapatas, os alicerces e os muros, destacando-se pelas suas características físicas e cronologia transversal a vários períodos cronológicos.

Desta intervenção destacámos várias estruturas que se prolongam a partir da Escola Velha da Sé até à Frei Caetano Brandão nº 166/168. Estes muros sobrepõem-se sucessivamente na estratigrafia e marcam cronologias distintas na ocupação deste espaço.



Figura 83 - Fotografia do local de escavação (@UAUM)

O muro correspondente à UE055 está orientado S/N e tem de largura 0,25 m. Trata-se de um muro que integraria a *domus*, já identificada na EVS, construído em alvenaria regular. Integra dois silhares graníticos de talhe retangular, com vestígios de argamassa. Os interstícios da estrutura foram atribuídos à UE249. O canto desta estrutura é definido pelo silhar identificado com a UE056, com 0,38 m de comprimento e 0,20 m de largura.

O muro identificado com a UE057 está orientado a O/E e é perpendicular à UE055, tendo sido identificado numa extensão de 0,40 m. Possui 0,50 m de largura e revela um aparelho em alvenaria regular. Os seus interstícios foram atribuídos à UE248. Este muro assenta sobre uma sapata (UE247). A continuação da UE057 é feita pela UE229, que possui um aparelho constituído por blocos de média e grande dimensão.

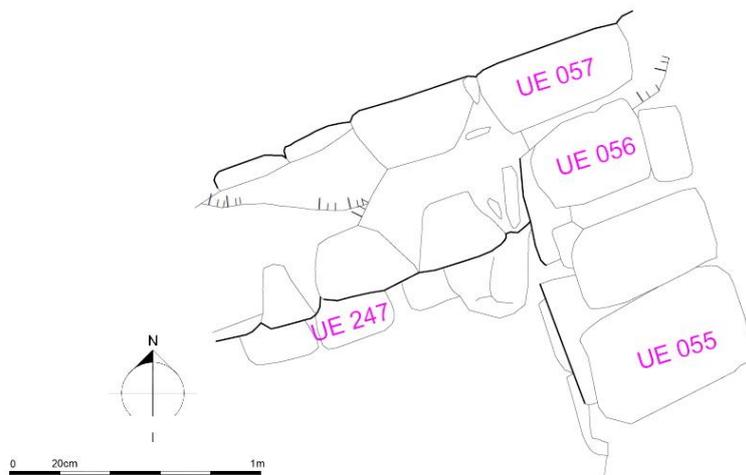


Figura 84 - Planta geral com as UEs 055, 057, 175 e 178 assinaladas



Figura 85 - Plano dos muros (UE055 e 057) e sapata (UE247)

O muro referenciado com a UE175 representa a fachada nascente da *domus* e está orientado a S/N. Foi identificado numa extensão de 1,20 m de comprimento e revela 0,45 m de largura, possuindo um aparelho constituído por blocos de média dimensão.

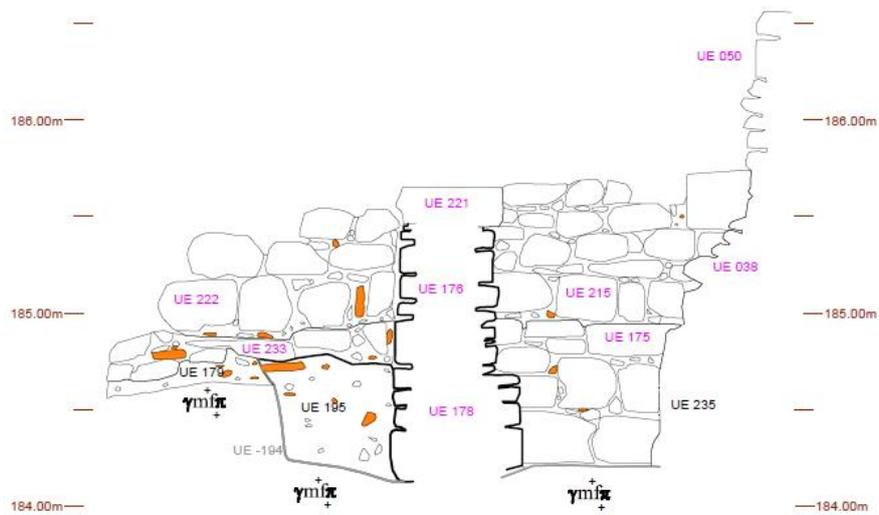


Figura 86 - Alçado oeste do muro (UE175)

A UE178 integra o conjunto de muros da 1ª fase construtiva da *domus*, com orientação O/E, sendo constituído por blocos de grandes dimensões. A UE216 corresponde a uma soleira, definindo-se assim um primeiro nível de circulação na *domus*.

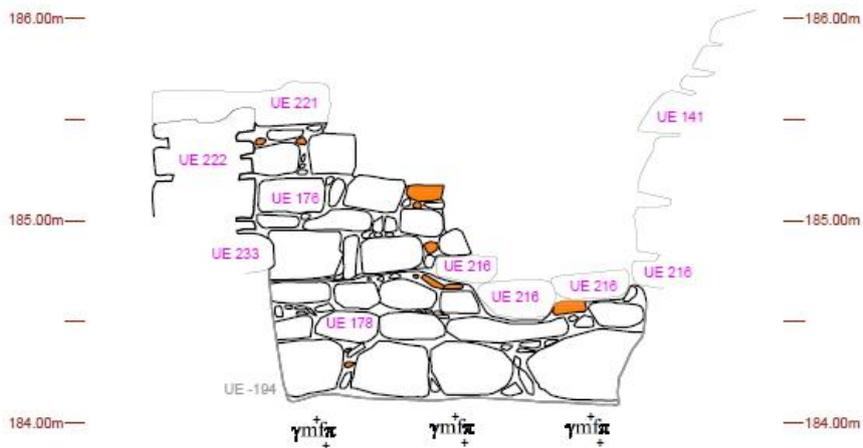


Figura 87 - Alçado norte do muro (UE178) e soleira (UE216)

A UE228 foi construída no sentido O/E e conserva uma extensão de 3,15 m de comprimento e 0,47 m de largura. Nos interstícios desta estrutura foram utilizadas pedras de pequena dimensão e material de construção, o que indica a sua cronologia tardia.

Da UE262 conservou-se pouco do aparelho devido a saques a que esteve sujeita. Encontra-se orientada no sentido N/S, possuindo uma sapata (UE263) bem conservada.



Figura 88 - Planta geral com as UEs 228, 262 e 264 assinaladas

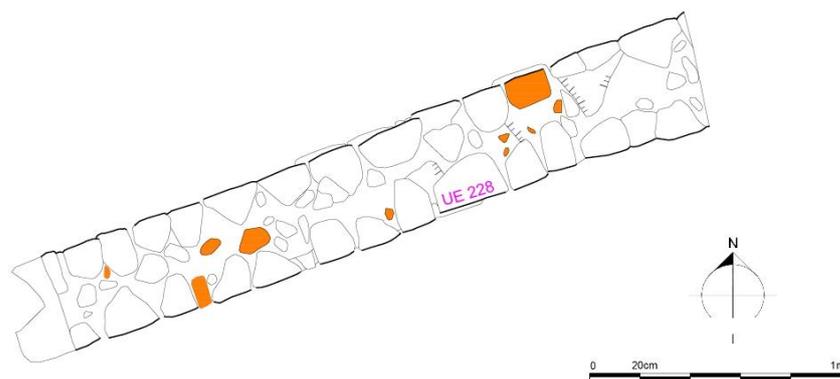


Figura 89 - Plano do muro (UE228)

Paralela à UE262 foi erguida a UE264, orientada N/S. Foi identificada uma extensão de 3,20 m e revela uma largura de 0,45 m. O seu aparelho é constituído por pedras de média dimensão. Notam-se igualmente vestígios de argamassa e material de construção nos interstícios (UE271).

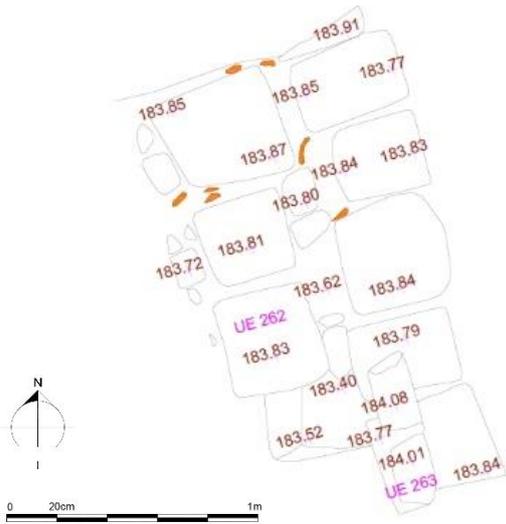


Figura 90 - Plano do muro (UE263) e sapata (UE262)

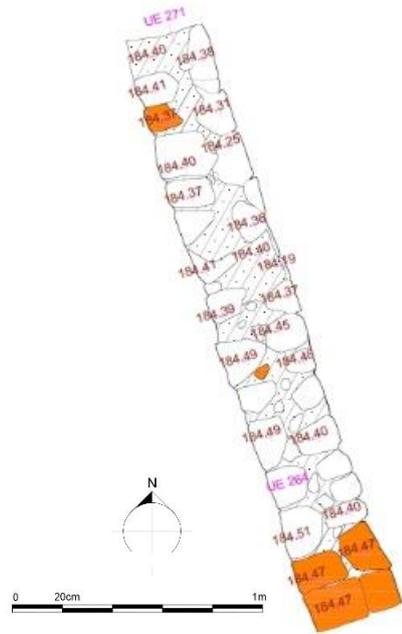


Figura 91 - Plano do muro (UE264)



Figura 92 - Fotografia do alçado este das UEs 262 e 263 (©UAUM)



Figura 93 - Fotografia do alçado este do muro (UE264) (©UAUM)

O muro correspondente à UE187, orientado S/N, foi construído sobre o cardo máximo, sendo, por isso um muro de cronologia tardia, constituído por blocos de grande e média dimensão, como é o caso da UE188, composta por um bloco granítico de grande dimensão. A UE191 corresponde à sapata da UE187 e do bloco referido (UE188). A sapata é composta por pedras graníticas de forma e talhe irregulares, com algum material laterício fragmentado.



Figura 94 - Planta geral com as UEs 082 e 187 assinaladas

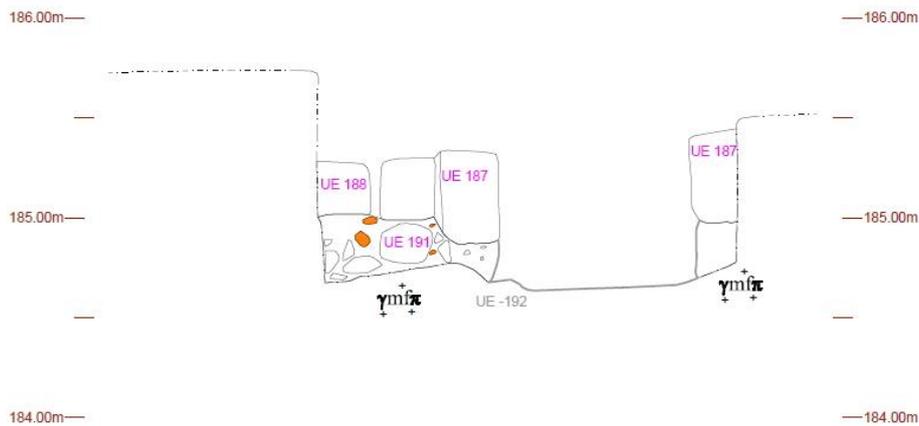


Figura 95 - Alçado oeste do muro (UE187), da sapata (UE191) e do bloco (UE188)

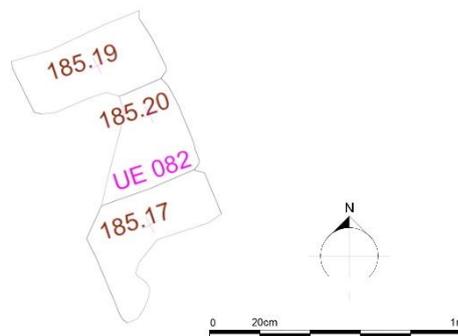


Figura 96 - Plano do muro (UE082)

A UE082 está orientada a S/N e define-se como muro do pórtico, situando-se a este. Mede 0,80 m de comprimento, 0,40 m de largura e 0,20 m de altura, composta por duas fiadas de pedras de talhe regular.

O muro correspondente à UE176, orientado a O/E, foi reconhecido numa extensão de 2,30 m de comprimento, possuindo 0,50 m de largura. A sua altura é de 0,74 m e revela um aparelho composto por blocos de pequena e média dimensão, com talhe irregular. Este muro corresponde a um compartimento da *domus*, tendo sido erguido na segunda fase datada dos finais do século III/inícios do IV. A UE221 foi interpretada como uma soleira integrada no muro (UE176), definindo o nível de circulação das áreas adjacentes.

O muro identificado com a UE222, orientado no sentido S/N, corresponde igualmente a uma compartimentação na *domus* e encosta à UE176, apresentando um aparelho irregular. Encontra-se implantado na alterite granítica.



Figura 97 - Planta geral com as UEs 176, 222 e 215 assinaladas

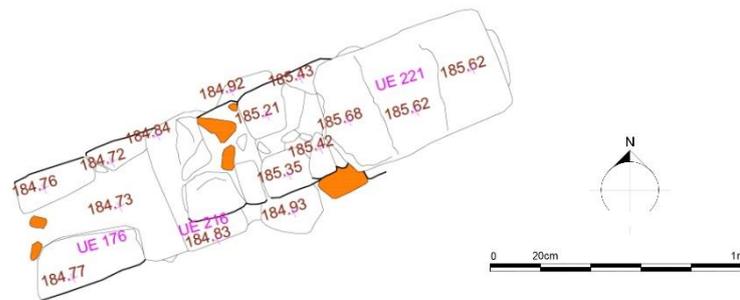


Figura 98 - Plano do muro (UE176) e a soleira (UE221)

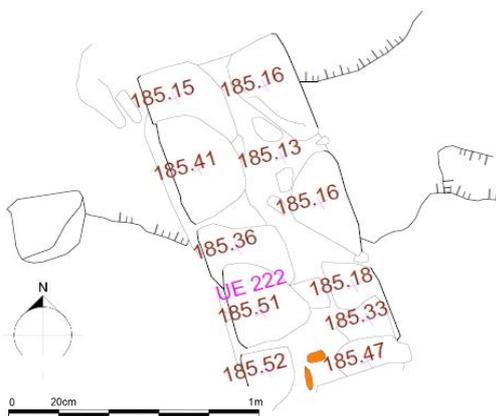


Figura 99 - Plano do muro (UE222)



Figura 100 - Perspetiva das UEs 176, 222 e 215 e da soleira (UE221) (©UAUM)

O muro correspondente à UE215 assenta sobre a UE175, estando orientado no sentido S/N. O seu aparelho é constituído por blocos de média e grande dimensão, revelando 1,15 m de comprimento e 0,47 m de largura.

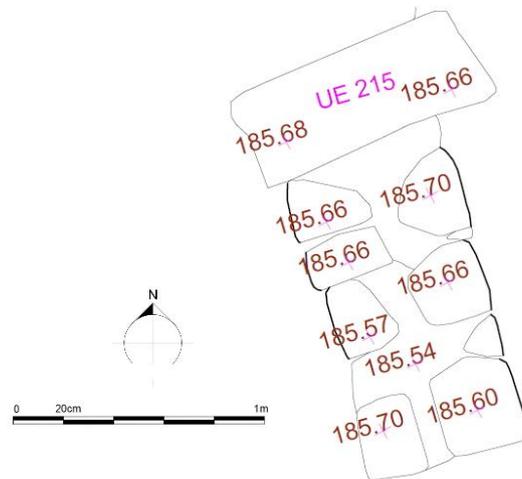


Figura 101 - Plano do muro (UE215)



Figura 102 - Planta geral com as UEs 199 e 220 assinaladas

O muro correspondente à UE199, com orientação E/O, corresponde a uma compartimentação do pórtico norte do quarteirão, processo que à semelhança do ocorrido no pórtico nascente, pode ser datado dos finais do século III/inícios do IV. Deste muro faz parte o alicerce identificado com a UE205.

A sul, desenha-se o muro identificado com a UE220, também orientado a E/O, paralelo à UE 199, que fecha o pórtico. Esta estrutura encontra-se bastante saqueada, revelando o seu aparelho uma constituição em blocos de média e grande dimensão.

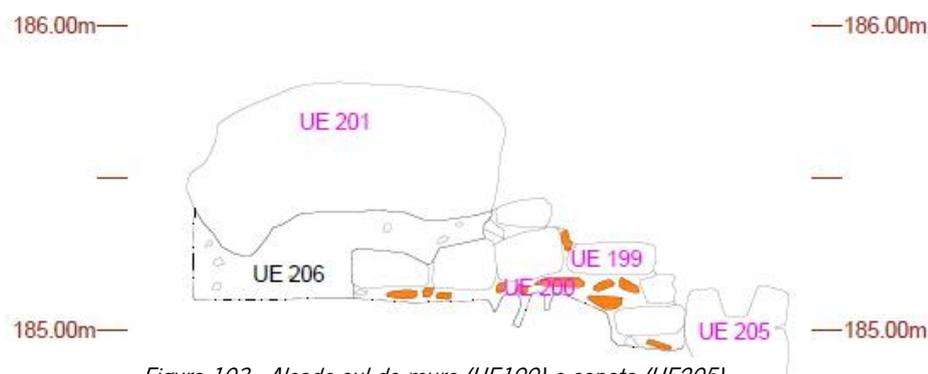


Figura 103 - Alçado sul do muro (UE199) e sapata (UE205)

O muro referenciado com a UE189, orientado a N/S, é construído sobre a UE082 correspondendo à segunda fase de reforma da *domus*. O seu aparelho revela blocos de média dimensão. Também o muro identificado pela UE084, orientado N/S, corresponde a uma reforma tardia, que faz avançar a construção sobre o cardo máximo, representado pelo seu pavimento (UE085). Este muro conserva as duas faces do seu aparelho, sendo muito irregular. Foi observado numa extensão de 1,51 m e possui 0,45 m de largura.



Figura 104 - Planta geral com as UEs 084, 129 e 169 assinaladas

Os muros correspondentes às UEs 169=126 e 129, pela sua posição, parecem interferir com o espaço anteriormente ocupado pelo pórtico. Tendo isto em conta, parece-nos evidente que a sua construção remonta à segunda fase, datada dos finais do século III/inícios do IV, podendo igualmente corresponder a processos construtivos da fase III. A UE169 está orientada N/S, sendo constituída por blocos de média e grande dimensão. Já a UE129, com as mesmas características,

A UE141 corresponde a um muro tardio, com orientação N/S. O seu aparelho é constituído por blocos de pequena e média dimensão, tendo sido observado numa extensão de 1,20 m. Possui uma largura de 1,10 m e apresenta os interstícios (UE142) colmatados por material de construção e argamassa.



Figura 107 - Planta geral com a UE141 assinalada



Figura 108 - Plano do muro (UE141 e 036)

A ocupação desta área da cidade prolonga-se em períodos posteriores à tardoantiguidade, vendo alterada a lógica de funcionamento do espaço. A fase medieval está marcada pela

construção da muralha, representada pela UE018, orientada N/S. A evidências que restam da estrutura correspondem ao alçado oeste (exterior), que se define pelo seu aparelho irregular, composto por blocos graníticos quadrangulares e retangulares, cujas fiadas alternam com níveis de tijolo reaproveitado. A face nascente (interior), identificada com a UE049, é constituída por blocos em granito, de grande dimensão e talhe retangular, destacando-se alguns elementos reaproveitados, encontrando-se rebocada com uma argamassa esbranquiçada.



Figura 109 - Planta geral com as UEs 018, 049 e 036 assinaladas

Associado ao uso medieval do espaço destacamos igualmente a UE036, com orientação N/S, com uma extensão de cerca de 0,72 m e 0,18 m de largura. Este muro foi construído em alvenaria irregular, com blocos de granito de forma retangular e alguns elementos de tijolo e pedra

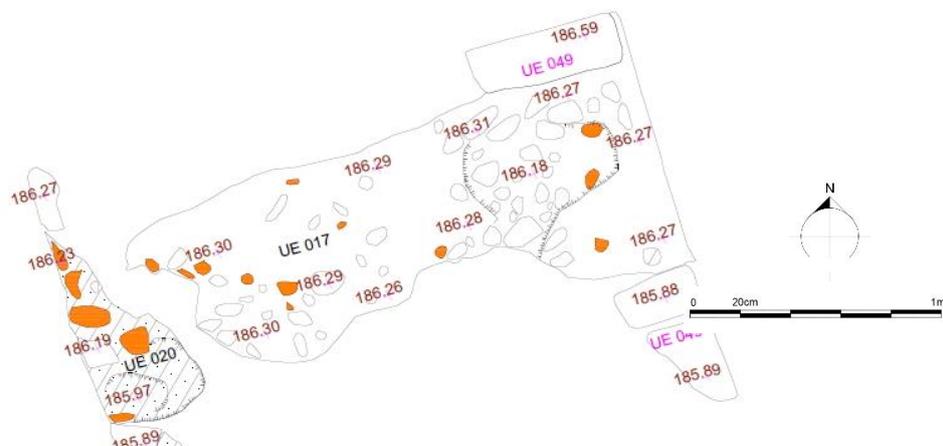


Figura 110 - Plano das faces interna e externa da muralha

miúda, possuindo uma sapata (UE030), constituída por elementos graníticos de pequena e média dimensão e alguns elementos de tijolo, colmatados com argamassa e pedra miúda. Este alicerce mede 1,40 m de comprimento e 0,96 m de largura

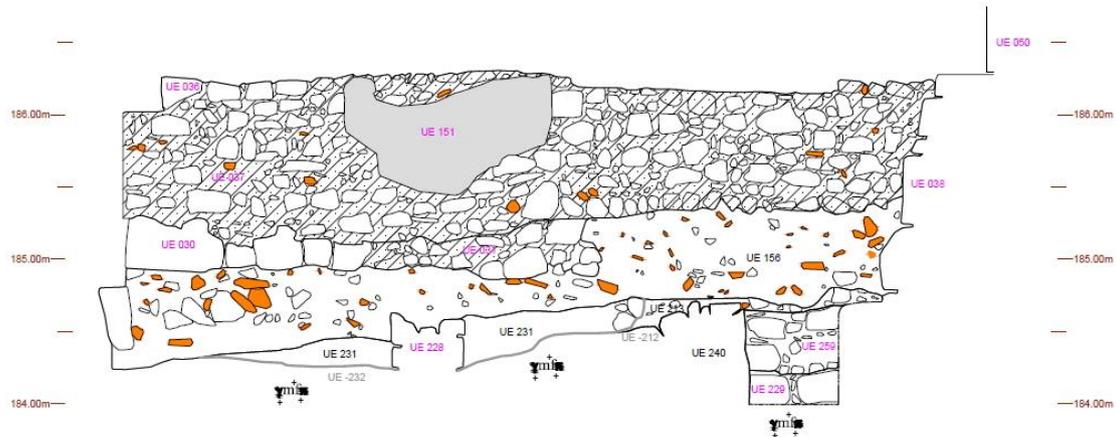


Figura 111 - Alçado oeste do muro (UE036) e da sapata (UE030)

A casa que ocupa os lotes nº166/168 contou com outras formas construtivas até ao seu projeto atual. Deste modo, a primeira fase da casa corresponde ao período moderno e conta com a conjugação de vários muros ainda visíveis no registo arqueológico. São eles: a UE093, interpretada como o alicerce do muro da casa moderna, com orientação O/E, formada por um conjunto de pedras de alvenaria irregular, com vestígios de argamassa de coloração amarelada; a UE102, orientado a N/S, que corresponde a um acrescento da casa moderna, identificada numa extensão de 2 m de comprimento, possuindo um alicerce (UE103), composto por blocos graníticos dispostos na horizontal que formam uma estrutura que mede 1,82 m de comprimento e 0,38 m de largura; e a UE201, orientada O/E, construída sobre a UE199, estrutura que dividiu o pátio na fase II.

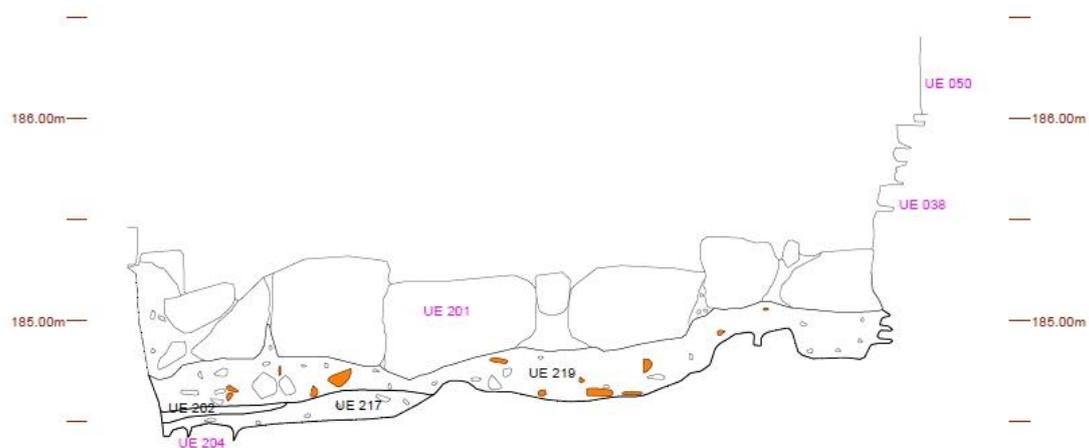


Figura 112 - Alçado oeste do muro (UE201)

Para além da construção da casa, é importante evidenciar a construção de um poço que se associa à ocupação deste espaço. Assim, a UE153 representa a sapata de apoio à construção do poço, orientada a N/S. É constituída por pedras graníticas, com formas e talhes irregulares e algum material laterício fragmentado. Por sua vez, a UE062 corresponde ao muro do poço, contruído em silharia granítica, com uma forma circular, obtida pela utilização de silhares curvos dispostos com o lado mais comprido na horizontal e rematado por silhares colocados na vertical.



Figura 113 - Planta geral com a UE062 assinalada

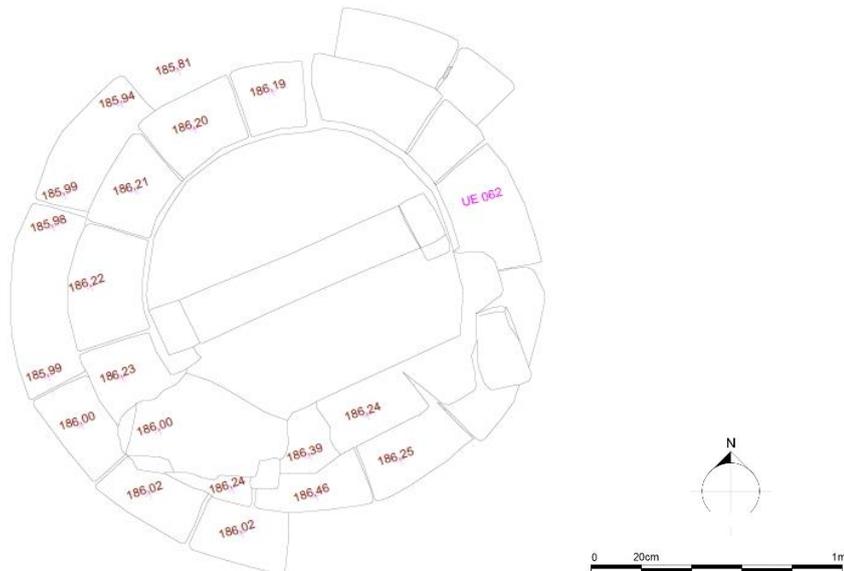


Figura 114 - Plano do poço (UE062)

Por fim, a casa contemporânea encontra-se definida por outros muros, que definem uma reforma significativa do espaço. A UE029 caracteriza-se como uma estrutura, orientada a E/O, que integra grandes blocos graníticos, agregados por argamassa e rebocados com cimento. Este muro representa a parede norte da casa. Em associação com esta parede encontra-se a UE015 e respetiva sapata (UE016). A UE015 evidencia apenas uma fiada, orientada a E/O, onde são visíveis 4 blocos graníticos de média e grande dimensão e um grande bloco retangular. Já a UE016 é constituída por blocos graníticos, de forma e talhe irregulares, colocados sob a UE015. A UE050 representa a parede sul da casa, uma estrutura em alvenaria irregular rebocada, tendo como sapata a UE038. Está orientada a E/O e é constituída por elementos graníticos de grande dimensão, colmatados com argamassa esbranquiçada. Por sua vez, a UE052 corresponde ao murete delimitador do jardim. A sua reduzida estrutura em pedra é constituída por blocos de granito, rebocados com uma argamassa cor-de-rosa.

2.2.2 Os pavimentos

No âmbito desta intervenção foram exumados restos de pavimentos pouco expressivos. No interior dos espaços delimitados pelos muros destacámos apenas o pavimento referenciado com a UE260 e no exterior foram exumados dois pavimentos, (UE071 e UE085) que permitiram apontar algumas características do eixo viário que definiu este quarteirão. Consideramos, todavia, que a fraca preservação dos pavimentos para este setor da *domus* traz fortes constrangimentos no momento de definir a funcionalidade dos espaços que a compunham.

De seguida, passaremos à descrição de cada um dos pavimentos individualizados, primeiro dos espaços externos e depois do interno.

O pavimento referenciado com a UE085 representa o lajeado da rua (cardo máximo), referenciado por lajes, de talhe retangular, polidas e dispostas no sentido N/S. Este pavimento constitui a única evidência conhecida do lajeado deste eixo romano, que dava acesso à porta da muralha baixo-imperial e à via XIX, que ligava a cidade a *Lucus Augusti*. (Martins e Ribeiro, 2013: 26).



Figura 115 - Planta geral com a UE085 assinalada

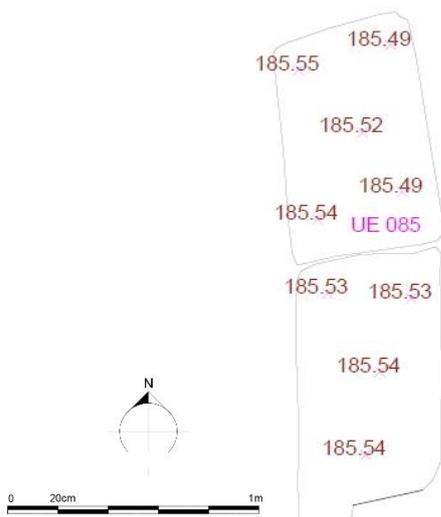


Figura 116 – Plano do pavimento (UE085)



Figura 117 - Fotografia do lajeado da rua (UE085) (@UAUM)

A UE 071 representa o primitivo pavimento do corredor de acesso à casa a partir da Rua Frei Caetano Brandão. Este nível é constituído por uma camada de preparação UE072 e por lajes de granito de pequena e média dimensão, de talhe irregular, argamassados por uma camada de saibro.

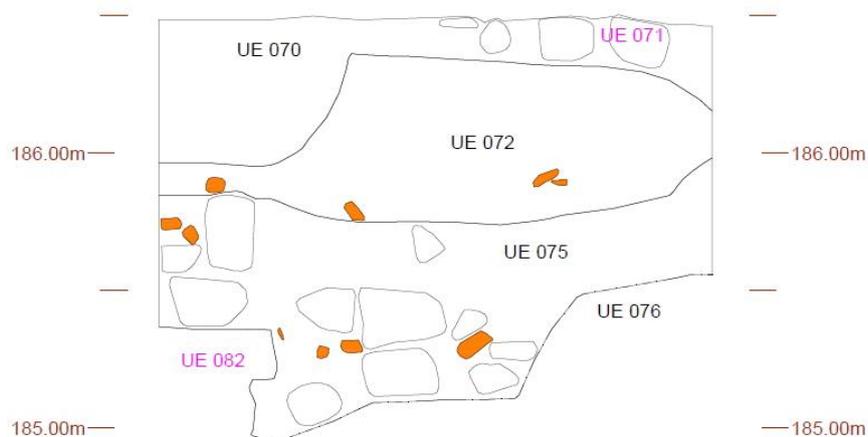


Figura 118 - Perfil norte do pavimento (UE071)

O pavimento UE260 conserva um conjunto de tijoleiras que parece estar associada à construção do muro UE264. Este pavimento possui um nível de preparação (UE261), sendo difícil contudo determinar a sua funcionalidade.



Figura 119 - Planta geral com a UE260 assinalada

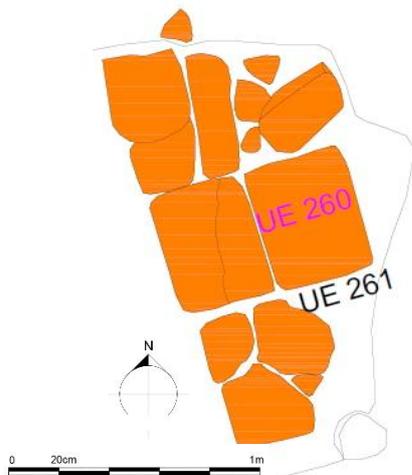


Figura 120 - Plano do pavimento (UE260)



Figura 121 – Perspetiva das UEs 264 e 260 (©UAUM)

2.2.3 As estruturas hidráulicas

A única estrutura de canalização encontrada nas escavações corresponde à fase da ocupação romana e está representada pelas UEs 080 e 079, que se dispõem paralelamente ao muro do pórtico (UE082).

A UE079 foi interpretada como a parede sul da canalização. A sua estrutura é composta por uma laje de granito fraturada e apresenta um comprimento de 0,20 m e 0,30 m de largura. A UE080 corresponde à parede norte da canalização. A canalização está orientada a O/E e é constituída por duas fiadas de pedra faceada que integram o muro limítrofe (UE082).

Esta canalização parece estar associada à construção do balneário, datado dos finais do século III/inícios do IV, que foi identificado na parte da *domus* escavada na ZA da Escola Velha da Sé. Supomos que esta canalização drenasse água a partir do *frigidarium*. A canalização perde a sua funcionalidade num período em que o circuito de banhos deixou de funcionar. Esta ação é comprovada pelo seu enchimento interior (UE081). Desta camada foi exumado um fragmento de parede de cerâmica cinzenta tardia, datada entre os séculos IV e VIII.



Figura 122 - Planta geral com as UEs 079 e 080 assinaladas

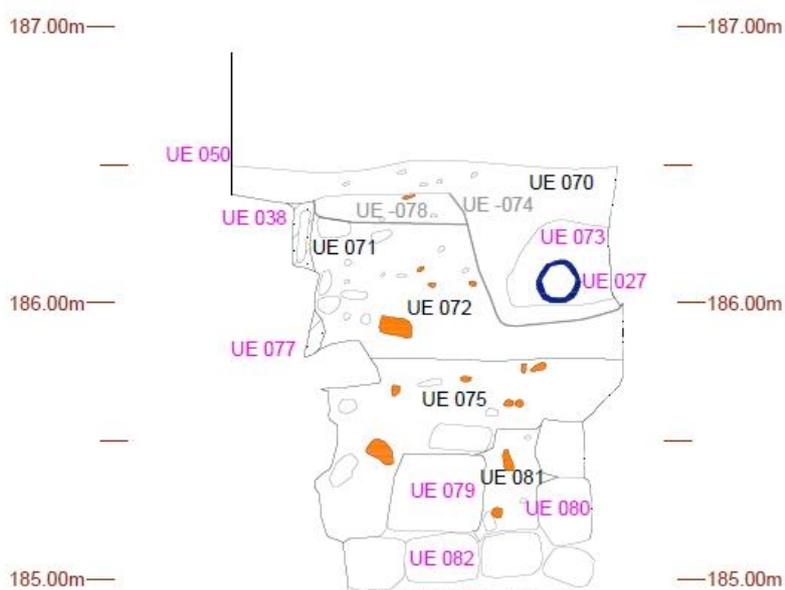


Figura 123 - Perfil oeste da canalização (UE079 e 080)

2.3 A evolução e cronologia dos espaços

A análise estratigráfica das sondagens que conduziram à realização de uma intervenção no lote nº 166/168 da Rua Frei Caetano Brandão, em associação com a avaliação dos vestígios construtivos exumados contribuiu para um enquadramento mais detalhado da ocupação nesta zona arqueológica, a qual pode ser organizada em sete fases.

A primeira fase, que corresponde aos séculos I – III, relaciona-se com a construção e ocupação da *domus*, já identificada na Escola Velha da Sé, estando representada nas sondagens

10, 11 e 12. A esta fase associam-se a vala de fundação identificada com a UE194, que recebeu o muro representado pela UE178 e uma soleira (UE 216), estando o enchimento da vala representado pela UE195. Por sua vez, a vala de fundação, referenciada com a UE235, permitiu implantar o muro da fachada este da *domus* (UE175), correspondendo a UE236 ao seu enchimento. Na vala de fundação identificada com a UE209 foram implantadas as sapatas (UE247 e UE249), onde assenta o muro referenciado com a UE057 (e a UE229) e com a UE055, respetivamente (fig. 125). O enchimento da vala está representado pela UE210 (Apêndice 10).

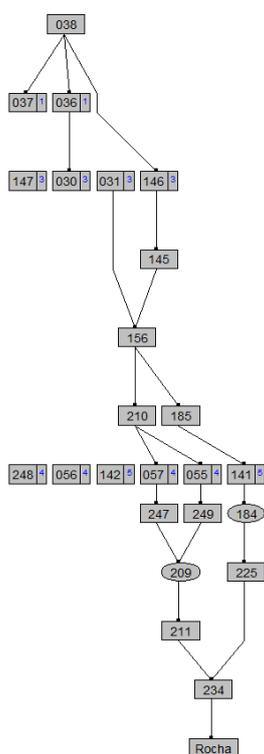


Figura 124 - Diagrama da sondagem 11

A *domus* integrava, na sua fase inicial, um pórtico situado no lado nascente da habitação. Neste sentido, a UE082 foi interpretada como o limite este do pórtico, integrando um bloco granítico (UE190) e a respetiva sapata (UE214) que suportaria outro bloco do pórtico, que não deixou evidências físicas no registo arqueológico.

Os níveis que assinalam a primeira fase da *domus* não revelam evidência de materiais que datem com rigor o momento da sua construção, muito embora se saiba que os muros foram implantados na rocha. Aliado a este fator, analisámos igualmente a estrutura dos muros, que se caracterizam por conter um aparelho regular constituído por pedra talhada e livre de material de

construção na composição dos interstícios. Por outro lado, em camadas sedimentares, correspondentes a enchimentos de nivelamento, foram recolhidos fragmentos de cerâmica de tradição indígena, permitindo-nos estabelecer uma relação com a fundação da cidade e o início da construção dos primeiros edifícios privados, num momento situado entre meados e finais do século I.

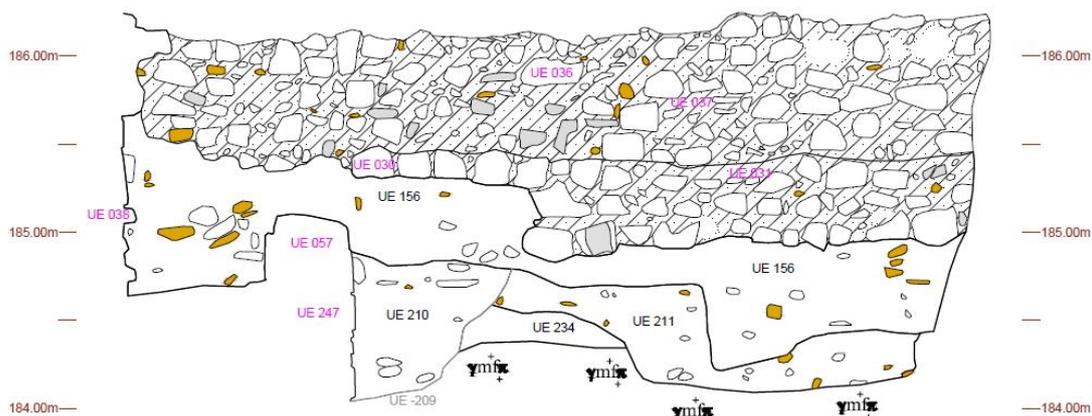


Figura 125 - Perfil oeste do muro UE057 e respetiva sapata e vala de fundação

A fase II, caracterizada por reformas da *domus*, bem individualizadas na zona arqueológica da Escola Velha da Sé, encontra-se representada pela introdução de três novos muros, representados pela UE222, pela UE176, construída sobre a UE178 e pela UE 215, construída sobre a UE175, associados a uma soleira (UE221), que marca um segundo nível de circulação no espaço. Paralelamente à UE176 foi erguida a UE204. Desta construção destacamos a vala de fundação (UE224), o alicerce (UE223) e o enchimento, representado pela UE225. As reformas construtivas introduzidas nesta *domus*, mas também noutras que ocupavam a cidade, como é o caso da *domus* das Carvalheiras e do Ex Albergue Distrital, ficaram a dever-se à renovação urbana que terá sido desencadeada pela promoção de *Bracara Augusta* a capital da província, nos finais do século II/inícios do IV (Martins *et al.*, 2016: 41).

Esta fase também introduz muros que vão criar novos espaços na *domus*, aumentando consideravelmente as suas dimensões, quer a norte, quer a oeste. Referimo-nos aos muros UEs 226, 227, 228, 262 e 264 (Apêndice 5).

Os muros representados pelas UEs 226 e 227 não conservam níveis sedimentares associados. Contudo, a regularidade na composição destes aparelhos e o seu alinhamento com

outros muros permite-nos admitir que correspondem a esta fase e parecem formar um compartimento.

Registaram-se ainda muros que mostram que a *domus* se desenvolvia para oeste, de que são exemplo as UEs 228 e 262. Sobre um enchimento de nivelamento (UE240) foi implantada a vala de fundação (UE232) para a construção do muro correspondente à UE228. O enchimento da vala de fundação foi identificado com a UE231. As UEs 228 e 204, numa disposição E/O, parecem representar o mesmo alinhamento e formar um corredor de acesso aos compartimentos da *domus*.

Paralelo ao muro referenciado com a UE262 encontra-se o muro representado pela UE264. A construção parece associar-se à preparação de dois pavimentos (UE261 e UE260). Do enchimento foi recolhida uma moeda de *Constantinus II*, datada do século IV e do pavimento foram exumadas 19 moedas romanas, correspondentes a um período cronológico situado entre os séculos III e IV. Estes materiais parecem ser indicativos da utilização e da contínua renovação dos espaços da *domus* (Apêndice 5).

A esta fase corresponde a privatização do pórtico, cuja compartimentação é evidente pela implantação, a norte, de uma sapata (UE205) e respetivo muro (UE199) e, a sul, de um outro muro (UE220). Sobre a UE082, que definia o limite do pórtico, é construído um muro (UE189) que assinala o avanço da fachada. A unidade sedimentar que se sobrepõe (UE206) foi interpretada como o nível de abandono, que anula a funcionalidade daquele compartimento.

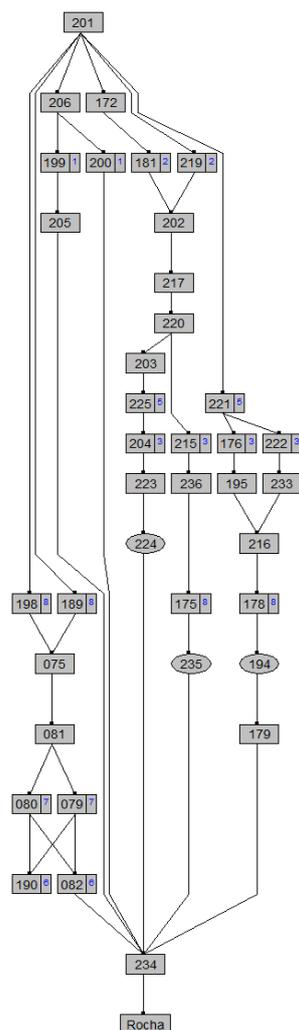


Figura 126 - Diagrama da sondagem 10

A fase III assinala uma utilização do espaço bastante distinta da lógica da casa romana inicial. Assim sendo, na Antiguidade Tardia, há evidências da implantação de novos muros, que compartimentam os anteriores espaços da *domus* em espaços mais reduzidos. A vala de fundação, correspondente à UE185 (=207), serviu para implantar um muro de cronologia tardo antiga (UE141=UE204), à qual pertence o enchimento definido pela UE208. Este muro pode ainda associar-se, numa fase posterior, a um nível de derrube (UE 173).

As construções que ocuparam o pórtico vão expandir-se e avançar sobre um dos eixos principais de circulação da cidade romana, o *cardo máximo*. Este evento é marcado pela presença de uma sapata (UE191) que suportava o muro identificado com a UE187, e de um outro muro (UE084). Na sondagem 4 é bem perceptível a sobreposição de construções no *cardo máximo*, representada pelas lajes referenciadas com a UE085. Este avanço das construções sobre as vias

e espaços públicos encontra-se bem documentado em Braga e parece-nos uma consequência morfológica da construção da muralha romana baixo-imperial, que conduzirá à progressiva perda de importância de algumas ruas (Martins *et al.*, 2016).

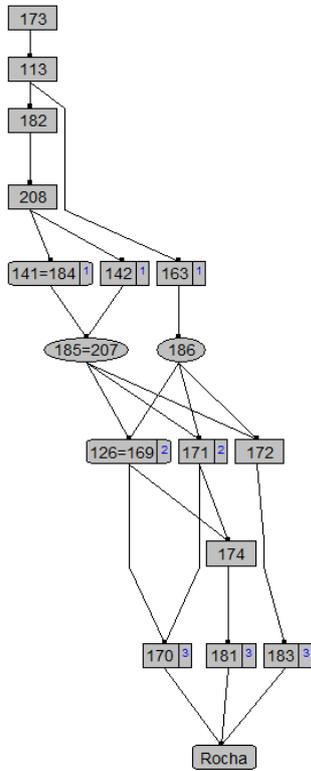


Figura 127 - Diagrama da sondagem 9

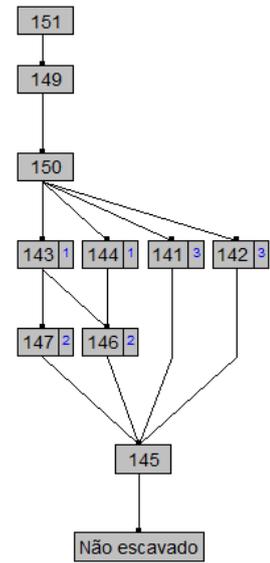


Figura 128 - Diagrama da sondagem 6

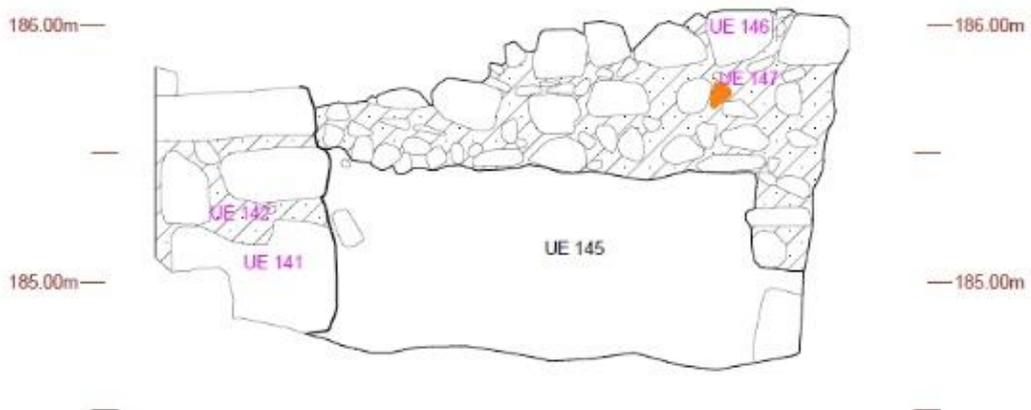


Figura 129 - Alçado norte do muro UE 141

A fase IV, cronologicamente balizada na Época Medieval, regista um momento de saques dos muros da *domus*, que devem ter sido desmontados para obter material de construção para a muralha alto medieval. O deteriorado estado de conservação da UE262 evidencia um saque nesta fase. A este momento foi também atribuída a vala de saque correspondente à UE257 e respetivo enchimento (UE258). A recolha de fragmentos de cerâmica cinzenta tardia, datados entre os séculos IV e VIII, sinaliza os saques associados à construção da primeira muralha medieval. Foi registado também um nível de derrube (UE217), associado à UE220, do qual foi exumada cerâmica cinzenta tardia, que aponta para o mesmo horizonte cronológico e demonstra que a casa estaria já arruinada quando se construiu a muralha (Apêndice 10).

Para além dos saques, também foram registadas construções de novos muros, como é o caso de uma sapata (UE 030) para assentar um muro medieval (UE036), associado a uma soleira (UE024) e da sapata correspondente à UE146 associada à UE143. A construção da muralha medieval também marca esta fase e concede a esta área uma funcionalidade distinta, pois perde o seu caráter habitacional. Esta nova lógica está evidenciada nas UEs 018 e 049, que representam a muralha (apêndice 4), mas também pelo desmonte dos muros da *domus*, uma vez que a construção de estruturas imponentes, de que são exemplo as muralhas, requeria a utilização de grandes quantidades de material de construção. Parece-nos igualmente pertinente associar a esta fase a UE218, que representa o nível de destruição da *domus*. Desta camada sedimentar foram recolhidos fragmentos de tigela de cerâmica cinzenta tardia (imitação Rigoir 22), datada do século V/VI.

Os muros UE169 (continuação UE126) e UE129 foram implantados na zona onde passaria e se estendia, a norte, o pórtico da *domus*. Esta atividade está documentada na UE sedimentar 161, de onde foi exumada cerâmica que centra esta fase na Baixa Idade Média, período durante o qual se erguem novas estruturas no espaço da antiga *domus*.

O registo estratigráfico revela, na zona do pórtico, uma fossa (UE192) que corta a UE187. A configuração da estrutura, bem como o seu local de implantação, nas proximidades da canalização romana e contida entre os muros do antigo pórtico da *domus*, parece-nos evidenciar que teria servido como poço durante a Idade Média. Contudo, os poucos vestígios da sua utilização não nos permitem afirmar se terá funcionado como tal. Do enchimento dessa fossa (UE 193) foram exumados materiais romanos, como uma asa de ânfora Haltern 70 e um bordo de taça Hayes 91D, bem como cerâmica medieval.

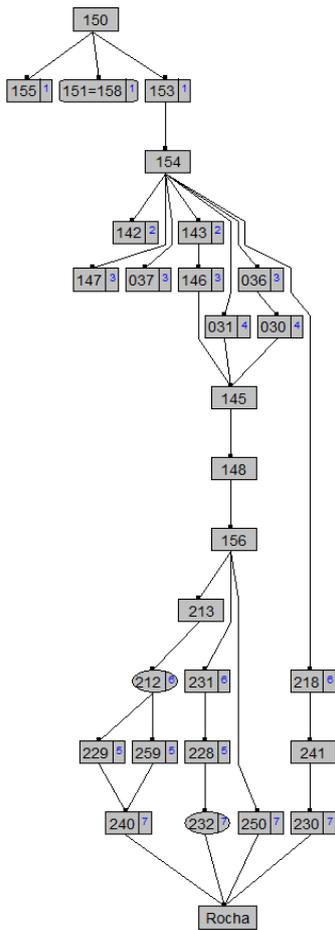


Figura 130 - Diagrama da sondagem 7

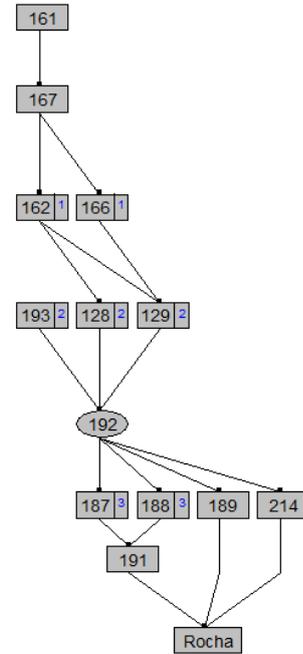


Figura 131 - Diagrama da sondagem 8

A construção da casa que ocupa agora o nº 166/168 da Rua Frei Caetano Brandão remonta à época moderna (fase V). É, portanto, nesta etapa que se erguem os primeiros alicerces da habitação correspondente ao lote atual. As estruturas representadas pelas UEs 093 e 090 foram registados como os alicerces dos muros referenciados pelas UEs 089 e 091 da casa moderna.

O registo estratigráfico revela reformas que foram introduzidas na casa do lado oeste. Esta reforma construtiva é detetada pela presença de vários muros (UE094, 102 e 107) que, nesta fase, aumentam a dimensão da casa moderna.

Para além das estruturas que definem a casa moderna, destacamos a construção de um poço datado desta fase, cuja vala de fundação (UE 242) corta a sapata referenciada com a UE246. A análise estratigráfica aponta para uma utilização prolongada do poço, tendo sido introduzidas reformas. Uma primeira fase associa-se a um nível de circulação (UE 244) e a segunda com outro nível de circulação (UE 245) (Apêndice 6).

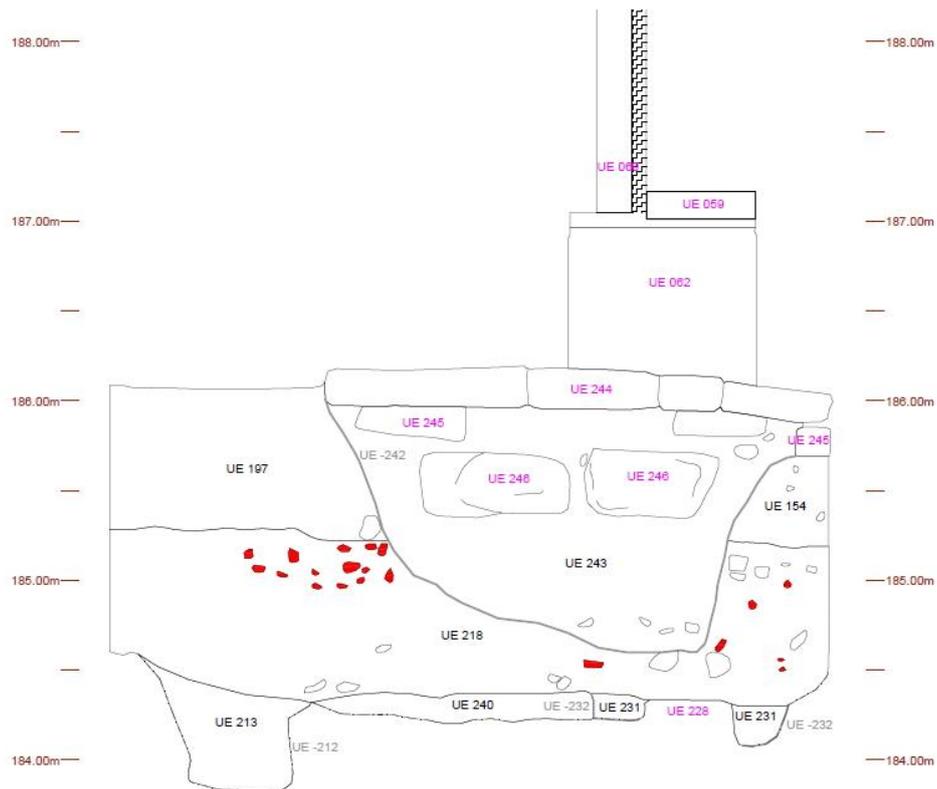


Figura 132- Corte 1 da sondagem 12

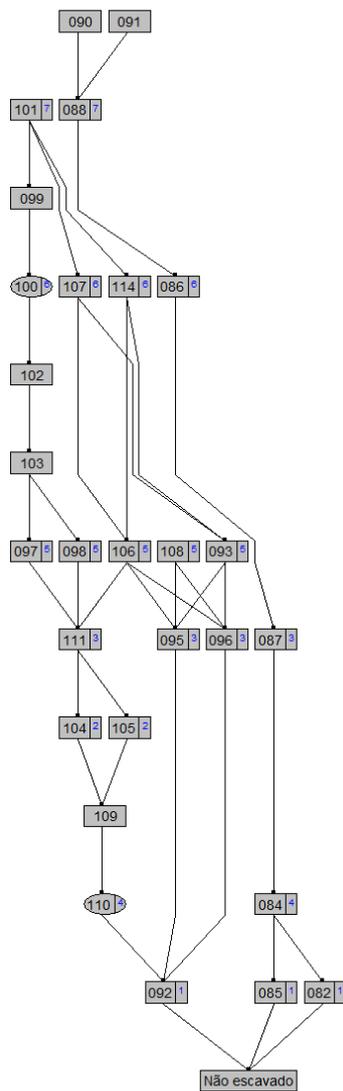


Figura 133 - Diagrama da sondagem 4

A última fase corresponde à fase VI, sendo pautada pela introdução de vários muros e reformas na área habitacional. Deste modo, destacamos a vala de fundação, correspondente à UE039, que serviu para implantar o alicerce (UE038) que vai segurar o muro sul da casa (UE050). Do seu enchimento (UE040) foram exumados vários fragmentos de cerâmica contemporânea e faianças, datadas entre os séculos XVI e XX.

As UEs sedimentares 197, 154 e 092 marcam grandes níveis de remeximento que preservaram fragmentos de cerâmica vidrada contemporânea e faiança.

Os enchimentos de nivelamento correspondentes às UEs 21 e 28, juntamente com os pisos da obra (UE10 e UE011) marcam as renovações introduzidas na casa atual. Nestas unidades

sedimentares, já bastante remexidas, foram registados materiais com uma dispersão cronológica e tipológica acentuada, com destaque para a cerâmica contemporânea e fragmentos de faiança dos séculos XVII-XVIII.

Dos enchimentos de nivelamento (UEs 008 e 009) foram recolhidos muitos materiais cerâmicos contemporâneos. Nestes níveis remexidos foram implantadas duas valas de fundação (UEs 005 e 033), para a construção do pilar (UE 003) e da garagem.

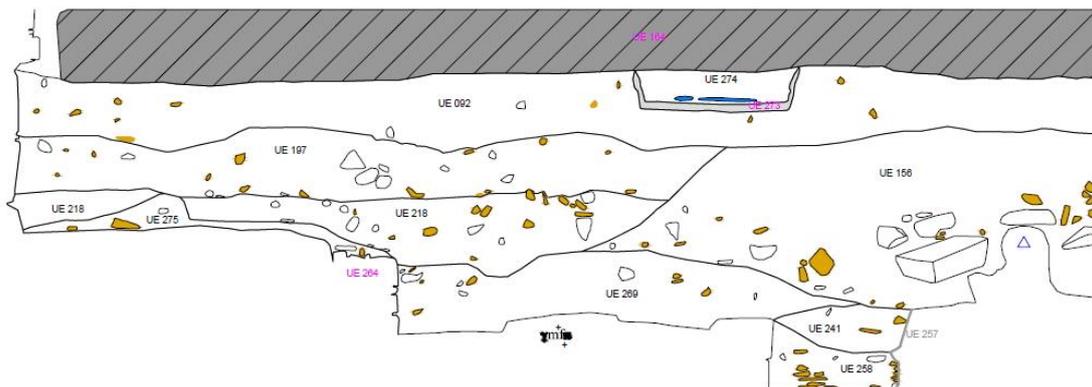


Figura 134 - Perfil norte da sondagem 12

Parte III

**Análise evolutiva da Zona Arqueológica da
Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº
166/168**

1. Fases de ocupação

Concluída a fase de análise dos contextos estratigráficos e construtivos e do material arqueológico das duas zonas arqueológicas, Escola Velha da Sé (EVS) e Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168 (RFCB), propomo-nos agora caracterizar cada uma das ocupações com maior pormenor, tendo em vista integra-las no âmbito da evolução da cidade. A estruturação das fases de ocupação teve por base a articulação da estratigrafia com os elementos construídos e a datação dos materiais arqueológicos. Neste sentido, será possível estabelecer uma relação com as várias versões das cidades romana, medieval, moderna e contemporânea.

A primeira fase corresponde às primeiras décadas da cidade romana de *Bracara Augusta*, posteriormente a sua fundação, talvez entre 15/13 a.C, onde se estabeleceu uma área planificada por eixos ortogonais modeladores de um vasto conjunto de quarteirões. A ortogonalidade do espaço permitiu encaixar nos quarteirões um conjunto de espaços e edifícios públicos e privados, onde se inclui a *domus* do nosso caso de estudo.

A segunda fase está balizada cronologicamente no baixo-império, mais concretamente entre finais do século III/inícios do IV, assinalando reformas na organização dos espaços da *domus*. Trata-se de uma remodelação que aumenta a área construída, graças à ocupação do pórtico e integra novas áreas funcionais no âmbito interno da casa.

A terceira fase introduz algumas evidências da organização do espaço, que se mostra cada vez mais compartimentado, uma tendência já constatada noutras *domus* da cidade ao longo da Antiguidade Tardia (Martins *et al.*, 2016).

A quarta fase caracteriza-se, sobretudo, pelos saques dos muros que definiam o anterior espaço da *domus*. Nesta fase estamos perante níveis alto medievais que reaproveitaram os muros da *domus* para novas construções nas áreas circundantes. O principal testemunho desta fase está marcado na construção de uma primeira muralha medieval, construída nas proximidades de uma importante artéria da cidade, conhecida na documentação medieval por Rua Verde, que fossiliza o eixo viário, correspondente ao cardo máximo (Martins e Ribeiro, 2013).

A quinta fase, correspondente à Baixa Idade Média (séculos XIV/XV), tem como testemunho importante a muralha fernandina. Ao nível urbano, continuamos a verificar nesta fase o caráter defensivo neste setor da cidade que impossibilita a construção nas imediações da muralha.

A sexta fase vai contemplar os primeiros alicerces que vão fundar a habitação moderna, que se associa ao investimento construtivo para este setor, que deixa de estar associado ao *intervallum* e ao caminho de ronda da muralha, perdendo assim o seu caráter defensivo.

Por fim, a sétima fase, vai introduzir a abertura da Rua Frei Caetano Brandão (1890) e às alterações da casa até à sua forma atual.

1.1 Fase I

A primeira fase insere a *domus* num quarteirão da cidade romana, localizado no quadrante noroeste, junto a um dos eixos viários principais, o *cardo máximo*. Neste espaço foi erguido, no século I, um edifício privado com características residenciais, presumivelmente uma *domus* de peristilo, em volta do qual se desenvolvia um conjunto de áreas com funções distintas. Referimo-nos aos *cubicula*, ao *triclinium* e a outros espaços internos. A fachada da casa era limitada por um pórtico que assumia uma relação comercial com o exterior, que acompanhava o percurso do *cardo máximo* (Apêndice 8).

Durante a análise dos cadernos de campo identificámos várias estruturas que correspondem a esta fase. Para esta individualização foi considerado o tipo de aparelho das estruturas, a evidência de valas de fundação e respetivos enchimentos e materiais que datem os contextos.

O peristilo foi identificado através dos muros do tanque (UE130, a norte e UE166, a este), que assentam sobre a rocha e de uma canalização (UE251), que drenava a água do tanque para o decumano situado a sul do quarteirão. A limitar o peristilo identificámos dois muros que envolviam todo o espaço aberto (UE066, a norte e UE240, a sul). Podemos igualmente determinar que este espaço estava ladeado por colunas, que formavam um corredor, com uma largura estimada de 2.20 m (7 pés). Desta zona foi exumado um bloco que serviria de apoio a uma coluna. Tendo em conta estes vestígios, sugerimos que a área do peristilo correspondia a um espaço aberto com cerca de 114 m² (Magalhães, 2013: 56).

Apesar dos reduzidos vestígios para a parte sul do quarteirão, parece-nos possível admitir a existência de um *triclinium*, que se situaria a nascente do peristilo. Este espaço seria uma sala de jantar com aproximadamente, 22,60 m². A sul do peristilo deveria situar-se uma exedra, uma sala de receção, com uma área útil de aproximadamente 10.30 m² (Magalhães, 2013: 53).

A parte melhor conhecida da *domus* situa-se a este, onde se destaca um corredor que ligava a entrada na casa com a área do peristilo, permitindo aceder a vários compartimentos da casa, cuja funcionalidade desconhecemos. Este corredor era limitado, a norte, por uma parede onde se rasgavam as entradas de três compartimentos (UE038, UE045 e UE048 e, a sul, pelo muro correspondente à UE036.

O corredor possibilitava o acesso a três *cubicula*, localizados a norte. Os *cubicula* são limitados pelos muros identificados com as UEs 003, 105 e 082, constituindo-se como paredes divisórias entre esses espaços. As suas dimensões oscilavam entre os 17 m² e os 10,70 m² (Magalhães, 2010: 53).

A fachada este da *domus* está representada por uma parede (UEs 175, 025 e 022), onde se rasgavam várias entradas. Uma delas correspondia à entrada da casa, no alinhamento do corredor. A norte e sul suspeitamos que existiriam lojas, acessíveis a partir do pórtico anexo. Na escavação realizada no lote 166/168 da Rua Frei Caetano Brandão, foi possível verificar a continuidade do pórtico e da fachada nascente que limitava a *domus*, tendo sido possível observar o limite da fachada norte da construção. Assim, a UE175 (N/S), fundada na rocha, junta-se com a UE178 (E/O), definindo uma esquina entre o limite norte e nascente da *domus*, com o prolongamento nas UEs 057 e 229. Estes muros parecem formar um compartimento, cuja funcionalidade desconhecemos.

O pórtico, que se desenvolve no sentido N/S, na fachada este da *domus*, contempla embasamentos de pilares, conservados *in situ*, que sustentariam as colunas. Deste conjunto destacamos, na metade sul, as UEs 020, 060 e 272 e, a norte, a UE190 e a sapata correspondente à UE214, que suportaria outro bloco do pórtico que não se conservou.

1.2 Fase II

A segunda fase está balizada cronologicamente no Baixo-Império, mais precisamente entre os séculos III-IV, quando a cidade é promovida a capital da nova província da Galécia, criada por Diocleciano, beneficiando, por isso, de uma maior poder político, facto que justificará também a construção do primeiro perímetro defensivo da cidade, que cercou uma área com assinalável extensão, com cerca de 48ha. Os dados arqueológicos disponíveis apontam para que este período corresponde a uma fase de grande dinamismo económico da cidade, reconhecido pelas

importações, mas também pelos investimentos feitos nas reformas das *domus* da cidade, que assinalam o poder dos seus proprietários. Presumivelmente, em *Bracara Augusta* passou a residir uma elite de funções que deveria fazer face às novas exigências administrativas da cidade (Martins *et al.*, 2016).

Nas áreas arqueológicas analisadas verifica-se uma profunda alteração na organização dos espaços da habitação, sendo sacrificada a área do peristilo para a construção de um balneário privado, verificando-se também alterações a sul do corredor, sendo um anterior espaço fechado convertido num espaço aberto, anexo a um *vestibulum* que passa a ocupar a anterior área do pórtico (Apêndice 8).

O vestibulo, que dá acesso à *domus*, é delimitado por um conjunto de muros (UEs 023, UE 076 e UE 070) identificados nas escavações da parte correspondente à EVS. Na sapata do primeiro muro foi possível destacar um fragmento de vidro datado entre os séculos III e IV (Cruz, 2009: 162). A UE029 integra os silhares que formavam o pórtico na fase anterior e assenta na vala de fundação (UE274), que corta o enchimento de nivelamento sobre a rocha (UE 019) e cujo enchimento está representado pela UE273. A recolha de fragmentos de cerâmicas de engobe vermelho e cerâmicas pintadas permitiu datar este nível de ocupação de meados do séc. I até finais do século IV/V.

Na metade norte, referente à RFCB 166/168, é erguido um muro que vai privatizar o pórtico e integrá-lo numa divisão da habitação. A compartimentação nesta área está documentada pela construção do muro correspondente à UE189 (N/S), que vai integrar os silhares do pórtico, registando-se a norte a presença de uma sapata (UE205) e respetivo muro (UE199) (O/E) e a sul, pelo muro UE 220 (O/E). Parece-nos que as UEs 029 e 189 constituem a mesma realidade, tratando-se da extensão total da área que fecha o anterior pórtico situado a nascente da *domus*.

Se acompanharmos o desenvolvimento, a norte, dos muros nesta área, vemos que foram concebidos novos espaços dentro da habitação. Neste sentido, vai ser estabelecido um segundo nível de circulação, marcado pela presença de uma soleira (UE221) e que acompanha as UEs 176, 215, 222, 226, 227 e 204, totalmente saqueada, restando apenas os vestígios da sapata correspondente à UE 223. Parece-nos sugestiva a hipótese de que a *domus* cresce para norte e recebe novos espaços. A escassez de dados, como pavimentos e pinturas murais, neste setor impossibilita-nos de determinar, com certeza, a funcionalidade desses espaços.

Relativamente ao balneário, parece-nos que o seu perímetro foi implantado do lado oeste da habitação, sendo definido pelas UEs 160, 165 e 118 e pelos hipocaustos, (UEs 185 e 161 - EVS), não se verificando continuidade física dos muros do lado da RFCB, possivelmente devido à implantação dos muros que definiram a casa moderna. A construção do balneário contou, como vimos, com o estabelecimento de novos muros mas também do reaproveitamento de outros. A construção da UE264 associa-se a um piso (UE260) que, pelas suas características, parece estar incluído num espaço da *domus*. Na preparação deste piso foram exumadas 19 moedas baixo-imperiais (séculos III-IV). No sentido E/O, o muro correspondente à UE228 parece coincidir com os muros perpendiculares definidos pelas UEs 264 e 262.

O muro identificado com a UE160 vai reforçar uma estrutura que já existia, a UE 066, orientada E/O, separando o *tepidarium* e o *frigidarium*, enquanto a UE165 constitui-se como a parede divisória entre o hipocausto do *caldarium* e do *tepidarium*. Associado à UE165 estão dois blocos (UE158 e 280) que formam a abertura do *praefurnium* (Magalhães, 2010: 54).

O balneário, construído na segunda fase, também contempla renovações no pavimento, que auxilia no correto funcionamento das salas. Deste modo, o pavimento UE 293, em *opus tessellatum*, foi integrado na sala fria do balneário, limitada pelas UEs 118 e 067.

O balneário privado era composto por um conjunto de espaços que permitiam concretizar o serviço de banhos, sendo formado por um *apodyterium* retangular (UE117 e UE114), que dava acesso ao compartimento interpretado como *tepidarium*. A comunicação para a sala seguinte, o *frigidarium*, era feita a norte, onde foram recuperados vestígios de mosaico (UE293). Por seu turno, a oeste desta sala localiza-se um possível *caldarium* e a norte desta última foi identificado outro *tepidarium* (Ribeiro, 2010; 184).

Ainda relativamente ao balneário, resta fazer referência a uma canalização que parece abastecer a área do balneário que se prolonga para norte, para o espaço do *frigidarium*. Esta canalização, atribuída às UEs 080 (parede norte da canalização) e 079 (parede sul da canalização), desenvolve-se no sentido E/O e parece ter servido a sala fria do balneário. Só em fases posteriores (Antiguidade Tardia) é que nos parece que esta canalização tenha sido interrompida, o que justificou o seu enchimento (UE081), com base na presença de fragmentos de cerâmica cinzenta tardia.

Parte da área do balneário e da anexa zona de serviços foi sacrificada no momento da construção da primeira cerca medieval e, por essa razão, não restaram evidências seguras das

fundações dos muros que compunham a casa na quadrante sudoeste. Contudo, sabemos que as fundações foram abertas na alterite granítica e que a estrutura aproveitou muros já existentes da primeira fase da casa.

Por fim, o espaço aberto instalado do lado sudeste conhece os seus limites nos muros representados pela UE 088 e pela UE 036, construído na primeira fase e por uma canalização (UE121).

1.3 Fase III

A terceira fase de ocupação neste espaço está cronologicamente inserida na Antiguidade Tardia (séculos V-VII), associando-se ao período em que *Bracara* esteve sob domínio suevo e visigótico. De facto, a partir do século V e até à conquista visigótica, no século VI, *Bracara* é anexada ao reino suevo, tornando-se capital e palco central do Cristianismo no noroeste peninsular. Esta condição conduziu às primeiras alterações urbanísticas que foram transfigurando a ortogonalidade da cidade romana. De facto, encontra-se bem documentada nesta fase a reutilização de espaços públicos para novas construções, atribuindo-lhes outras funcionalidades, como acontece na zona do teatro, em cujos espaços e periferia se desenvolve um bairro habitacional e artesanal (Martins *et al.*, 2015). Torna-se também evidente a mudança das características das habitações, que diminuem de área, sendo possível que o espaço de uma *domus* tenha passado a ser ocupado por várias famílias, o que implica uma importante alteração das condições de vida da população residente (Martins e Ribeiro, 2013: 25/26). No entanto, importa destacar que *Bracara* continua a conhecer um forte dinamismo económico, que só esmorece quando a cidade perde o seu protagonismo de capital do reino suevo e passa a depender de Toledo.

A contenção do crescimento urbano ficou a dever-se à edificação da muralha baixo-imperial, por isso, começamos a assistir à transfiguração do urbanismo romano. Esta transformação está bem documentada em vários sítios arqueológicos, com o avanço das construções sobre eixos viários e em anteriores áreas públicas, mas também pela desarticulação das *domus* que deixam de funcionar como espaços unifamiliares para instalar vários grupos familiares no mesmo quarteirão (Martins *et al.*, 2016).

Voltando à nossa área de estudo, cabe salientar que algumas estruturas já identificadas fazem parte desta fase de reajustamento às novas exigências sociais e políticas, bem como a diferentes condições de vida. Neste sentido, considerámos que há vários muros que contribuíram para alterar a lógica da casa romana inicial e, assim, compartimentá-la em espaços mais reduzidos. Na parte norte da *domus*, é construído um muro tardo antigo (UE141), implantado numa vala de fundação (UE185), cujo enchimento está assinalado pela UE208, com um aparelho robusto, irregular e que evidencia a reutilização de material de construção.

Ainda na parte norte, na área que coincidia com o pórtico verifica-se o avanço da construção sobre um dos eixos principais de circulação da cidade, o *cardo máximo*. Esta ação é marcada pela construção de dois muros (UE084 e 187), o último dos quais possuía uma sapata (UE191). Tendo por base estas evidências, mas também os dados referentes a outras intervenções arqueológicas na cidade, sabemos que o *cardo máximo* se tornou mais estreito, reflexo deste fenómeno construtivo que avança sobre os eixos viários (Martins e Ribeiro, 2013: 26). De facto, a permanência deste eixo viário parece estar intimamente associada ao território rural que se desenvolvia a norte da cidade, onde se iam erguendo mosteiros, como o de Dume, no século VI e cuja ligação era mantida pela continuidade do funcionamento da antiga via XIX (Martins e Ribeiro, 2013: 26).

Do lado da EVS, constata-se uma redução de vários espaços e um menor investimento construtivo na alteração dos espaços da *domus*. A esta fase associamos um muro (UE 001), com vala de fundação (UE009), de cujo enchimento (UE010) foi recuperado um fragmento de vidro de taça campanulada ampla lisa do século V (Cruz, 2009: 162). Um outro muro (UE294), totalmente saqueado, foi implantado num espaço que correspondia a um *cubiculum*, subdividindo a área. Também outros muros (UE145 e UE047) compartimentam o corredor da casa.

A partir de 585, Braga passa a estar sob o domínio visigótico. Contudo, esta orgânica de crescimento e de alteração do tecido urbano medieval mantém-se, sem que se verifiquem grandes ruturas (Fontes *et al.*, 2010: 257). Apesar dos abalos no poder político a cidade manteve a sua importância e o núcleo urbano continuou a desenvolver-se sob a influência do poder religioso que vai moldar a cidade medieval, bem como a sua periferia, onde se estabelecem várias basílicas paleocristãs (Fontes, 2009).

1.4 Fase IV

As transformações que gradualmente se vão assistindo durante a Antiguidade Tardia exprimem os primeiros contornos do tecido urbano medieval. Aliadas às alterações políticas e sociais ocorridas durante a crise do Império romano, junta-se a consolidação do Cristianismo no século IV, associada à integração de *Bracara* ao reino suevo. A generalização deste poder religioso culminou numa configuração urbana distinta da regular trama urbana de matriz clássica, que se caracteriza por ocupar espaços públicos e alterar a orgânica dos espaços privados. De facto, nesta fase, o investimento construtivo é voltado para equipamentos religiosos que vão atraindo e centralizando a população e, simultaneamente, ruralizando outras áreas que outrora consolidavam o poder romano (Fontes, 2009: 284).

A quarta fase, correspondente à Alta Idade Média, entre os séculos VIII-XI) parece evidenciar saques sucessivos às estruturas que definiam a *domus*, sobretudo no setor norte. O deteriorado estado de conservação dos muros, de que é exemplo a UE262, provocado por uma vala de saque, atribuída à UE257, com o enchimento correspondente à UE258, onde foram recolhidas cerâmicas cinzentas tardias, adaptadas entre os séculos IV-VIII, exemplifica bem este processo e a procura de material para a construção da muralha (Apêndice 9). Para além dos saques, associamos a esta fase a UE218, interpretada como o nível de destruição da *domus* (Apêndice 10). Desta unidade sedimentar procedem fragmentos de tigela de cerâmica cinzenta tardia (imitação Rigoir 22), datada do século V/VI. Sobre esta camada vemos registados na estratigrafia muros medievais, de que são exemplo o muro representado pela UE036, associado a uma sapata (UE024). A estabelecer um nível de circulação e a respetiva sapata UE030, encontramos a UE143 e a sapata identificada com a UE 146. A UE169 (continuação da UE126) e UE 129 foram implantadas na parte norte do quarteirão, atestando a sobreposição de novas construções no espaço da antiga *domus*.

Para além dos muros de contexto medieval, parece-nos relevante apontar ainda a possível existência de um poço (UE192), que atestaria a continuada procura de água em época medieval. Embora não restem evidências consistentes da sua utilização, sublinhamos que no enchimento da fossa (UE 193) foi exumada cerâmica medieval. Durante a época medieval, sabemos que a captação de água intramuros era feita, sobretudo, através de poços, constituindo uma permanente preocupação, uma vez que era considerado um bem escasso pois o sistema hidráulico romano,

suportado por um aqueduto que trazia água de fora havia já colapsado (Ribeiro e Martins, 2013: 183).

Tendo por base as estruturas alto medievais, que parecem configurar espaços de habitação, implantados sobre o espaço da antiga *domus*, podemos considerar que a utilização deste sítio foi mantido e ocupado até à construção da primeira cerca medieval.

É a partir do século VIII que as investidas muçulmanas se intensificam neste território, por isso, assistimos a uma conjuntura favorável à reorganização do plano territorial bracarense. Durante os séculos IX e X, essa expressão fica marcada pela definição de um novo perímetro defensivo, identificado na zona arqueológica da Escola Velha da Sé e na Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168, que aproveita a parte norte da muralha romana baixo-imperial. Esta cerca medieval vai aproveitar, então, o troço norte da muralha romana e conter, a sul, um núcleo urbano mais pequeno que o da cidade romana, que inclui a primitiva catedral. Esta ordenação dos espaços vai introduzir uma dualidade de características na malha urbana medieval. Por um lado, assistimos a uma permanência na utilização dos sistemas viários e dos quarteirões, herdados do período romano e, por outro, verificamos um fenómeno adaptativo, que introduz ruas e quarteirões irregulares, que advém da construção da primeira cerca medieval. (Ribeiro e Melo, 2014: 191/192).

Neste âmbito, destacamos a permanência do anterior *cardo máximo*, articulado com a antiga via XIX, que se prolongava por toda a extensão da fachada este da *domus* da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão, bem como a oeste da *domus* encontrada na intervenção do Ex Albergue Distrital, local onde foi identificada uma calçada medieval (Torres, 2014). Este eixo, que nesta fase recebeu a denominação Rua Verde, continuou a ser utilizado nos períodos posteriores e parece-nos ter sido estruturante na morfologia da cidade medieval por estar articulado à porta aberta na parte conservada da muralha romana (Martins e Ribeiro, 2013: 28).

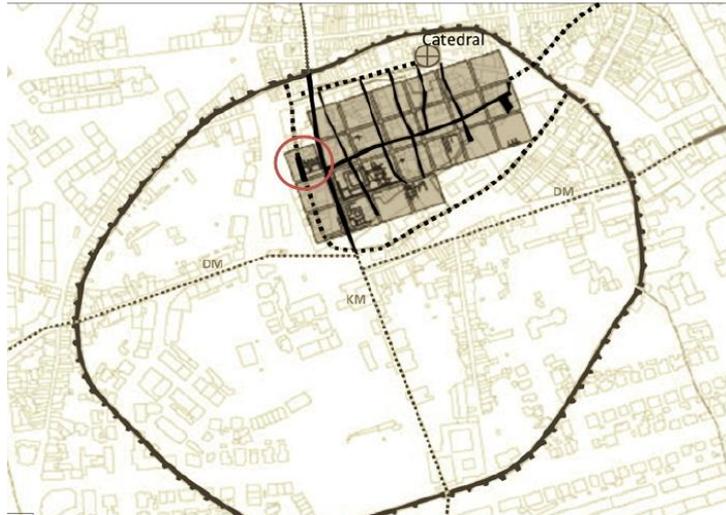


Figura 135 - Alterações morfológicas na malha urbana durante a Alta Idade Média (Martins e Ribeiro, 2013: 29)

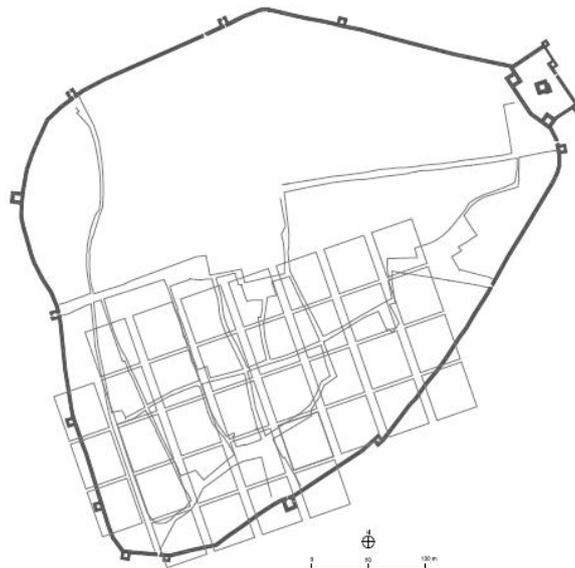


Figura 136 - Planta das ruas medievais sobre a malha urbana romana (Ribeiro, 2008: 413)

Autores como Luís Fontes (1997-98) e Maria do Carmo Ribeiro (2008) afirmam que a funcionalidade destes aparelhos defensivos é garantida pelo *intervallum* que garantia a operacionalidade da muralha pela ausência de construções, dando lugar a uma zona de circulação e de defesa a ataques externos.

As evidências arqueológicas sugerem que a ocupação do espaço correspondente ao anterior quarteirão romano, onde se situava a *domus*, permaneceu ocupado até à construção da primeira muralha, tornando-se pouco urbanizado no período posterior, situação que manteve até à época moderna. O topónimo Verde, que define o nome da rua Verde, deve estar associado a um

espaço arborizado que passou a existir, ao longo do eixo viário, pela impossibilidade de se construir nas imediações da muralha (Martins e Ribeiro, 2013: 32).

A construção da muralha medieval concede a esta área uma funcionalidade distinta, perdendo parcialmente o caráter habitacional, cedendo lugar ao plano defensivo da cidade. Neste sentido, as construções habitacionais posteriores mantiveram-se nas proximidades do eixo viário, afastando-se da muralha.

Esta nova lógica está marcada, no setor da EVS, pela muralha (UE154), com a vala de fundação (UE155) e o enchimento (UE156), onde se encontrou cerâmica cinzenta tardia comum, cuja produção pode ir até ao século VII. No sector da RFCB 166-168, verificámos uma correspondência com este perímetro amuralhado, identificado pelas UEs 018 e 049. De facto, a identificação de saques nesta fase parece justificar a reutilização de pedra na construção da muralha.

1.5 Fase V

A quinta fase, correspondente à Baixa Idade Média, mais especificamente aos séculos XI-XV, vai ser caracterizada pela construção de um novo perímetro defensivo, a muralha fernandina, que vai reforçar o tramo já existente e ampliar a área fortificada da cidade (Apêndice 9).

Cada vez mais contida dentro do plano defensivo, a cidade de Braga continua em crescimento extramuros, durante o século XIII. Este fenómeno difunde novos bairros extramuros uma vez que os espaços intramuros se ocupavam pelas classes mais abastadas (Ribeiro, 2008: 312). Simultaneamente, várias campanhas bélicas empreendidas pelo rei D. Henrique de Castela, na cidade de Braga, no século XIV, foram o estímulo necessário para que o rei de Portugal, D. Fernando I, investisse num plano construtivo militar que redefiniu o perímetro amuralhado da cidade, abarcando agora uma área urbana bastante maior, a norte da cidade (Ribeiro, 2008: 331).

As evidências da muralha fernandina estão confinadas ao sector arqueológico da Escola Velha da Sé. O registo arqueológico permitiu revelar uma vala de saque à primeira cerca medieval, como mostra a UE175, provavelmente para a construção da nova muralha. O troço identificado da muralha fernandina foi atribuída à UE108, que integra o alicerce da estrutura, que se articula com um torreão (UE220). A vala de fundação da muralha (UE169) tem um enchimento composto pela UE170.

Não foi recolhido material arqueológico que permitisse datar a fundação da estrutura, mas a sua cronologia é conhecida a partir das fontes escritas, situando-se entre os séculos XIV/XV.

1.6 Fase VI

A sexta fase corresponde à época moderna, a partir de finais do século XVI. As evidências arqueológicas apontam para uma utilização do espaço nesse período que coincide com a perda de função militar da muralha fernandina. Referimo-nos a uma reutilização do espaço que assume, de novo, um carácter habitacional.

De facto, essa funcionalidade da área envolvente da muralha está bem documentada no *Mapa de Braunio*, dos finais do século XVI, através da representação de construções adossadas ao lado externo da estrutura, mas também no *Mapa da cidade de Braga Primas*, do século XVIII, e no Mapa de Francisco Goullard, datado do século XIX. Este movimento de agregação de novas construções às antigas muralhas foi observado por toda a Europa e articula-se com um quadro geral de estabilidade social e desenvolvimento económico das cidades na época moderna. Em Braga, este processo prolongou-se nos séculos seguintes, tendo a sua destruição sido quase total no século XIX (Ribeiro, 2008: 508).

Esta dinâmica construtiva nas imediações da muralha, com uma urbanização que se desenvolve de acordo com o seu trajeto, contribuiu para o surgimento de novas ruas, mais largas, mas também para a regularização do tecido urbano. Outro contributo importante para esta fase de desenvolvimento da cidade deve-se às reformas urbanas empreendidas pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa que, influenciado por correntes humanistas e renascentistas, projetou na cidade novos equipamentos e infraestruturas. São exemplo disso as praças, os novos arruamentos e os caminhos que expandem a cidade para polos periféricos (Ribeiro, 2008: 194).

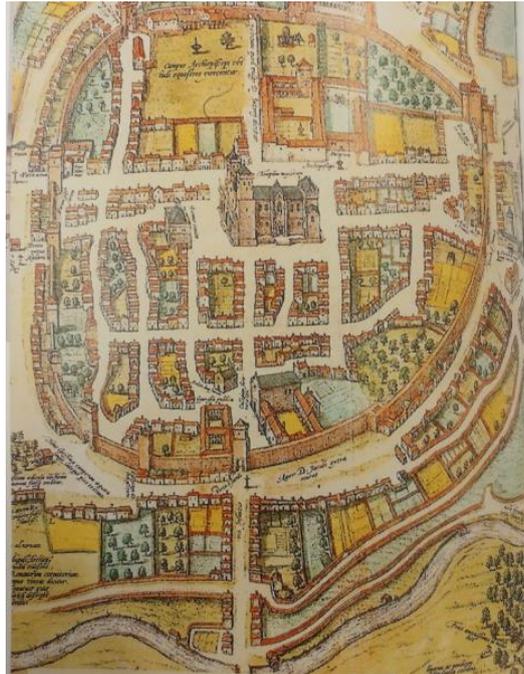


Figura 137 - Mapa de Braunio, de 1594 (Martins et al., 2012: 82)

A dinâmica construtiva deste setor está documentada por dois tipos de evidências: a arqueológica e a iconográfica/cartográficas. De facto, há um aumento das áreas urbanizadas intramuros a partir do século XVI e que se prolonga nos séculos seguintes, como ilustram as representações nas fontes iconográficas e cartográficas disponíveis. Simultaneamente, foram exumadas estruturas modernas, do setor da RFCB, que nos permitem relacionar a ocupação desta área com as representações ilustradas nos mapas. Com base na análise de Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro (2013: 35/36), que se baseou no *Mapas das Ruas de Braga* (séc. XVIII), esta rua passou a estar dividida em duas metades: a metade norte, designada por Rua Verde e a metade sul, denominada Couto do Arvoredo. Acrescentam ainda que a oeste existiam 33 casas e a este 24 casas, No entanto, foi a metade norte, correspondente à Rua Verde que, pela sua proximidade à Sé Catedral, foi alvo de um maior impulso construtivo.

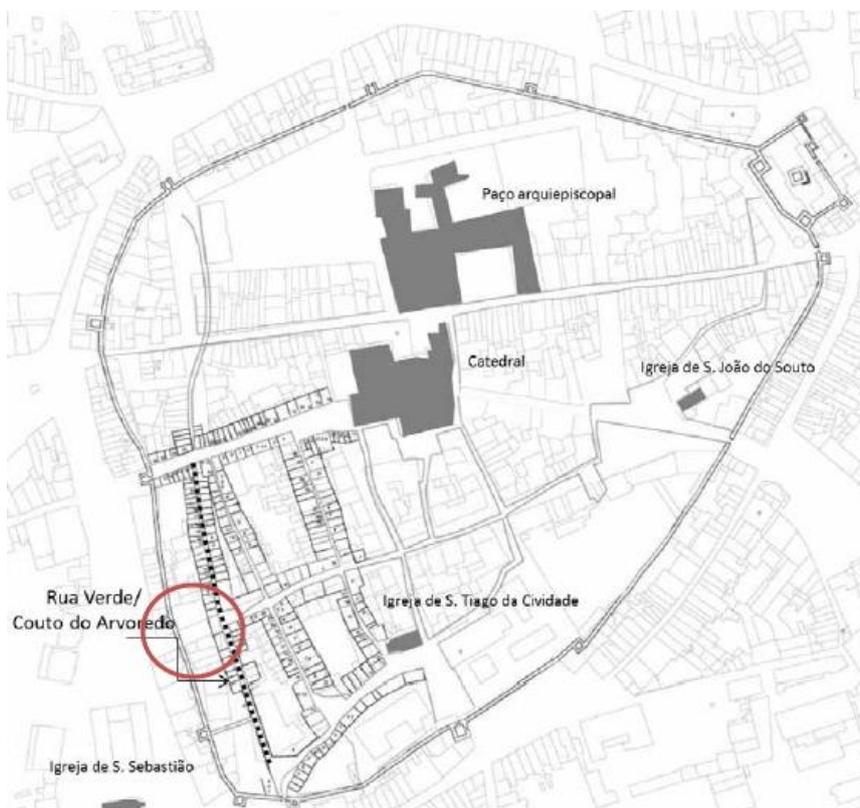


Figura 138 - Malha urbana do séc. XVIII (Martins e Ribeiro, 2013: 36)

A análise estratigráfica permitiu-nos verificar alguns saques datados desta fase aos troços das muralhas correspondentes a este setor da cidade. Referimo-nos à vala de saque identificada com a UE205, cujo enchimento (UE204) forneceu materiais deste período.

Na parte do setor da RFCB, foram exumadas algumas estruturas modernas que considerámos ser a primeira forma da casa moderna a instalar-se nesse espaço. As estruturas, referenciadas com as UEs 093 e 090, foram interpretadas como os alicerces dos muros da casa moderna (UEs 089 e 091). Do lado oeste, os muros identificados com as UEs 094, 102 e 107 são construídos para aumentar a dimensão da casa. Integrada na UE107 foi identificada uma soleira (UE106) que traduz um nível de circulação e, simultaneamente, uma entrada.

O poço correspondente à UE062, datado da época moderna, constitui também uma característica desta fase ocupacional. Este poço foi implantado numa vala de fundação (UE242), sobre um alicerce (UE246) e com um enchimento regularizador (UE243), contando com dois níveis de circulação (UE244 e UE245) que parecem marcar dois momentos de utilização do poço. De facto, o crescimento demográfico e económico acentuado, vivido em Braga a partir do século XVI, parece ter impulsionado a procura de locais para captação de água, tanto dentro do centro urbano como na periferia (Ribeiro e Martins, 2013: 186).

Parece-nos que a procura deste recurso constituiu neste período um problema recorrente devido, sobretudo, ao crescimento da população. Por isso, consideramos que o poço (UE062) do nosso caso de estudo foi utilizado para consumo privado e os níveis de circulação parecem indicar reformas que prolongaram a sua utilização. Esta hipótese encontra-se expressa na representação cartográfica de F. Goullard do século XIX, que evidencia a presença, até então, do poço que devia servir a habitação.



Figura 139 – Excerto das folhas 15 e 20 do Mapa de Francisco Goullard (séc. XIX). Zoom da área de intervenção com a representação do poço (©UAUM)

1.7 Fase VII

A sétima fase corresponde ao período contemporâneo e introduz, igualmente, alterações no espaço. A última fase de ocupação corresponde às alterações urbanas que advém da anulação da Rua Verde/Couto do Arvoredo, com a construção da rua Frei Caetano Brandão, mas também das transformações ocorridas na unidade habitacional contemporânea até ao seu estado atual.

A cidade de Braga conheceu, no século XIX, várias introduções urbanísticas que alteraram grandemente a malha de que era herdeira. A destruição das portas da muralha fernandina, acompanhada do prolongamento e alargamento de várias ruas, vai contribuir para a transfiguração total da Rua Verde, que vai dar lugar à rua denominada Frei Caetano Brandão, no séc. XIX (Martins e Ribeiro, 2013: 36/37).

A última fase de ocupação na unidade habitacional é pautada pela introdução de vários muros e reformas contemporâneas. É implantada uma vala de fundação (UE039) para implantar o alicerce (UE038) do muro sul da casa (UE050). Desta ação foram exumados fragmentos de cerâmica contemporânea a faianças (séculos XVI-XX), procedentes do seu enchimento (UE040).

Dos enchimentos de nivelamento (UE008 e 009) foram recolhidos muitos materiais cerâmicos contemporâneos. Nestes níveis remexidos foram implantadas duas valas de fundação (UE005 e UE033), para a construção de um pilar (UE003) e da garagem.

Esta fase também se associa à construção do edifício da escola primária que instala os seus alicerces nas imediações do atual sítio arqueológico da Escola Velha da Sé. Neste âmbito, assinalamos a UE176 e ao alicerce UE042. Estas estruturas, orientadas no sentido NO/SO, aproveitam o alinhamento da muralha medieval (UE154) para se elevar. Tendo isto por base, interpretámos a UE176 como a fachada da estrutura do edifício da escola primária para se elevar.



Figura 140 - Excerto das folhas 15 e 20 do Mapa de Francisco Goullard (©UAUM)

Considerações Finais

O presente relatório de estágio apresenta os resultados obtidos durante o estágio realizado na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, no âmbito do Mestrado em Arqueologia, referente ao ano letivo 2017-2018.

Os objetivos traçados incluíram uma descrição sequencial da ocupação do sítio arqueológico da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº 166/168, centrada nos aspetos urbanísticos e arquitetónicos. Por isso, interpretámos as várias fases de ocupação e tentámos explicar os padrões de continuidade e de descontinuidade observados, associando-os sempre ao processo evolutivo da cidade.

A Escola Velha Sé constituiu o primeiro momento da intervenção dos trabalhos arqueológicos no setor do nosso estudo, entre 1999 e 2003, perfazendo um total de cinco intervenções. E a intervenção na Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168 contou com duas intervenções, uma em 2015 e outra em 2016. Estas campanhas trouxeram contributos significativos para o Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, em vigor desde 1977, na medida em que se posicionaram sequências ocupacionais que complementam a evolução urbana da cidade. Neste sentido, os resultados obtidos representam o somatório dos dados das duas intervenções, que até à presente data, estava apenas limitado ao sítio arqueológico da Escola Velha da Sé (Magalhães, 2010).

De facto, os resultados obtidos dependem da capacidade de atuação da Arqueologia Urbana, que tem sido cada vez mais direcionada para o salvamento, devido à acentuada urbanização numa cidade em crescimento. O setor norte do nosso caso de estudo, referente à RFCB, está inserido numa zona bastante urbanizada, estando as ruínas sob uma área habitacional atualmente em funcionamento. A complexidade da Arqueologia Urbana recai, precisamente, neste aspeto da sobreposição rigorosa de eventos, que figuram diferentes épocas e que marcam definitivamente a utilização do espaço. Parece-nos paradoxal que a sucessão estratigráfica conte as histórias das cidades mas, simultaneamente, as destrua. É, então, com recurso a ferramentas digitais e à capacidade de análise que tentamos redesenhar estes planos ocupacionais, através de hipóteses interpretativas, mediante a análise estratigráfica, estudo de materiais e desenvolvimento de plantas que compõem espaços, enfim, através dos meios que temos disponíveis.

No entanto, os dados escassos disponíveis para a RFCB, não nos permitiu tecer com segurança a funcionalidade dos espaços que subsistiram da habitação romana e, posteriormente,

da época medieval. As poucas hipóteses que definimos para a funcionalidade dos espaços partiram, em grande medida, das considerações propostas para o setor sul, referente à EVS (Magalhães, 2010), uma vez que prolongámos os muros, no sentido S/N, de modo a enquadrá-los nos espaços já estudados. Referimo-nos a áreas como o pórtico, os *cubicula*, o balneário, a primeira cerca medieval e a muralha fernandina e o torreão. A proposta que definimos para este caso de estudo enquadra-se na sequência de ocupação espacial ao mesmo tempo que tecemos considerações sobre o urbanismo e a arquitetura.

Ao mesmo tempo que nos deparamos com dificuldades de interpretação devido ao carácter fragmentário do registo arqueológico, devemos sublinhar os mecanismos que nos permitiram colmatar e ajustar essas falhas. Neste sentido, sublinhamos a metodologia utilizada, já incluída noutros estudos semelhantes, que contribuiu grandemente para introduzir a proposta que aqui descrevemos. Por outro lado, devemos referir-nos à experiência adquirida que advém da complexidade dos contextos urbanos e, simultaneamente, das ferramentas que utilizámos para cumprir os nossos objetivos. Achamos que todos estes fatores contribuíram para uma aprendizagem mais sólida das bases metodológicas de trabalho de gabinete e para uma melhoria das competências interpretativas do contexto estudado.

Para o nosso caso de estudo, o sítio arqueológico da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão n° 166/168, estabelecemos uma sequência que define sete fases de ocupação deste espaço, ajustada ao contexto geral do urbanismo da cidade.

A primeira fase define a construção da *domus*, no século I, num quarteirão da cidade romana de *Bracara Augusta*, nas imediações de um dos principais eixos viários que definia a malha urbana, o cardo máximo. A *domus* ordena a distribuição dos seus espaços interiores (os *cubicula*, o *triclinium* e o *exedra*) com base no peristilo e simultaneamente articulado com um corredor de entrada na casa. As relações com o exterior são mantidas pela construção de um pórtico, que se desenvolve na fachada este da *domus*, precisamente no eixo em que se desenvolve o cardo máximo.

A segunda fase corresponde ao Baixo-Império (séculos III-IV) e associa-se a uma série de fatores políticos, económicos e sociais que contribuíram grandemente para as alterações que analisámos neste espaço. É, de facto, na *domus* e na cidade de *Bracara Augusta* que se alicerçam as primeiras alterações urbanísticas. Na *domus* será incluído um balneário privado que se define como o elemento da renovação estrutural da *domus*, ocupando o local do anterior peristilo e

desenvolvendo-se para norte. Uma outra remodelação vai culminar na construção de um novo espaço aberto, no alinhamento da nova entrada da casa e na conversão do pórtico num *vestibulum* de acesso a partir da rua nascente. Na cidade, a construção da muralha baixo-imperial vai definir, em períodos posteriores, alterações na orgânica de ocupação urbana. Não podemos deixar de referir que estamos perante um crescimento económico no seio das elites romanas, que marcam arquitetonicamente a cidade, tanto em construções públicas como em privadas.

A terceira fase pressupõe uma ocupação cronologicamente inserida na Antiguidade Tardia (séculos V-VI). Esta fase espelha a mudança no contexto político, económico e social, pautada por instabilidade, que trouxe reflexos na ocupação do nosso caso de estudo. Portanto, caracterizámos esta fase com base na desarticulação dos anteriores espaços da *domus* que parecem funcionar como espaços plurifamiliares. Por outro lado, o desenvolvimento urbano parece associar-se ao mesmo fenómeno, constatado pelo avanço das construções sobre os eixos viários, representado na área analisada, o qual contribuiu para esbater o carácter retilíneo do cardo máximo, tornando-o gradualmente mais sinuoso.

A quarta fase, correspondente à Alta Idade Média (séculos VIII-XI), assinala uma desarticulação ainda mais evidente do espaço da *domus*. A transfiguração deste espaço é marcada por uma dualidade evidente através da construção de muros medievais que vão moldando um novo espaço, sobre a antiga *domus* e pelo saque de outros muros para construção da primeira cerca medieval. Sublinhamos nesta fase a continuidade da utilização habitacional deste setor que se verifica, como referimos, pela conjugação de muros e pela construção de um poço para captação de água. Por outro lado, assistimos a uma gradual descontinuidade que parece associar-se à construção da primeira cerca medieval que vai aproveitar o tramo norte da muralha baixo-imperial.

Resta-nos referir, ainda para esta fase, que a permanência do cardo máximo deu origem à denominada Rua Verde, que se figura como um eixo estruturante da morfologia da cidade medieval, que garantia o acesso extramuros, pela antiga via XIX. A descontinuidade gradual deste setor parece-nos associar arqueologicamente ao topónimo Verde, que caracteriza um espaço arborizado, que impossibilita a construção nas imediações da muralha, de modo a assegurar o seu funcionamento.

Na quinta fase, referente à Baixa Idade Média (séculos XI/XII-XV) verificamos a permanência do carácter defensivo da área, através do reforço da primeira cerca medieval que

incorporou um novo perímetro defensivo, com a construção da muralha fernandina. Este perímetro da muralha fernandina incorpora um torreão parcialmente visível no registo arqueológico. Esta muralha vai estender-se para norte e envolver os focos urbanos que, gradual e assimetricamente, se conjugavam extramuros.

A sexta fase, centrada na época moderna, a partir de finais do século XVI, assinala um impulso urbanístico nesta área que ficou a dever-se à perda progressiva da função defensiva da muralha medieval e às dinâmicas construtivas empreendidas pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa. De facto, este fenómeno encontra-se bem documentado nas fontes iconográficas/cartográficas e no registo arqueológico da nossa área de estudo, onde foram exumados os primeiros alicerces de uma ocupação moderna. Assim, podemos propor que estamos perante, uma vez mais, um contexto habitacional que se consumou a partir do desmantelamento progressivo dos equipamentos que defendiam a cidade, mas também pela continuidade do funcionamento da Rua Verde/Couto do Arvoredo.

Finalmente, a sétima fase (período contemporâneo), contempla as últimas transformações neste espaço. É neste quadro que assistimos à alteração mais significativa no eixo viário atual, herdeiro do romano e medieval, consequência das expansões urbanísticas contemporâneas, que culminaram na destruição da Rua Verde e da Rua do Couto do Arvoredo, dando lugar à rua denominada Frei Caetano Brandão, no séc. XIX. Simultaneamente, referimo-nos a novas construções que vão ditar o espaço habitacional em funcionamento até à atualidade.

Em suma, admitimos que a conservação destas ruínas deve-se à configuração dos logradouros dos novos quarteirões medievais. As casas foram sucessivamente ocupando as áreas contíguas às ruas, deixando nas traseiras pequenos quintais, onde, sob o solo atual, se conservaram os vestígios da cidade antiga. Uma vez mais, consideramos que o eixo viário, constituído pela Rua Verde/Couto do Arvoredo, herdeiro do *cardo* máximo romano e de parte da Via XIX, foi estruturante nas malhas urbanas sucessivas, que se estruturaram nas suas imediações, e nas cercanias das muralhas medievais, como foi já sublinhado por outros autores (Martins e Ribeiro, 2013).

As fases ocupacionais descritas neste relatório ilustram, de forma simples, uma proposta interpretativa para o processo urbanístico deste setor e, numa escala maior, da cidade. A história das cidades é feita de pequenos contributos que, gradualmente, se vão compondo até que a imagem do *puzzle* urbano se torne mais evidente. Neste sentido, esperamos que o nosso trabalho

tenha inserido perspetivas que lancem tópicos de trabalho para investigações posteriores, mais específicas, que tratem temáticas como o urbanismo, a arquitetura privada e a arquitetura militar.

Durante este estágio tentámos destacar de forma simples as fases sequenciais da ocupação, desde o período romano até à atualidade, na expectativa de que outras investigações mais específicas se possam desenvolver, designadamente quanto ao estudo arquitetónico, ou aos custos de construção, tal como foi elaborado para a *domus* das Carvalheiras (Ribeiro, 2010).

Em suma, esperamos que o nosso contributo possa promover uma caracterização mais fidedigna do urbanismo e da arquitetura de Braga, que possibilite a continuidade do debate destes tópicos.

Bibliografia

Allison, P. (2004). "Pompeii households: analysis of the material culture", *Monograph 42*, Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology.

Álvarez, A. C. (2014). "La arquitectura doméstica de *Augusta Emerita*", Tese de Doutoramento, Universidade de Extremadura, Espanha.

Álvarez, A. C. (2014). "La urbs Asturica Augusta", in *Historia Digital XIV*, Universidade de Oviedo, Espanha, pp. 72 – 110.

Blasco, P. D. (2009). "La evolución de las ciudades romanas en *Hispania* entre los siglos IV y VI d.C.: los espáacios públicos como factor de transformación", in *Mainake XXXI*, Universidade de Saragoça, Espanha, pp. 71 - 84.

Cruz, M. (2009). "O vidro romano no Noroeste Peninsular: um olhar a partir de Bracara Augusta", Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/9883>

De Albentis, F. (1990). *La casa dei Romani*. Milano.

Fafiães, M. (2015). "Evolução Urbana de Braga na Época Moderna. Espaços públicos e periferia.", Relatório de Estágio de Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Fontes, L.; Lemos, F. S.; Cruz, M. (1997-98). "Mais velho que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar", *Cadernos de Arqueologia 14/15*, pp.137-164. <http://hdl.handle.net/1822/10299>

Fontes, L. (2009). "O período suévico e visigótico e o papel da igreja na organização do território", *Minho Traços de Identidade*, Universidade do Minho, Braga, pp. 272 – 295.

Fontes, L.; Martins, M.; Ribeiro, M. C.; Carvalho, H. (2010). "A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII", *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI – VIII)*, pp. 255 – 262.

Fontes, L. (2014). *Salvamento de Bracara Augusta: escavações arqueológicas na Rua D. Paio Mendes n° 67-75 Braga: relatório final*, Universidade do Minho, UAUM.

Gazda, E. (1991). *Roman Art in the Private Sphere: New Perspectives on the Architecture and Decor of the Domus, Villa, and Insula*, University of Michigan.

Lemos, F. S.; Leite, J. M. F.; Cunha, A. (2007). “A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*”, in A. Rodríguez Colmenero, I. Rodá de Llanza (eds.): *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, pp. 329 - 341.

Lemos, F. S.; Leite, J. M. F.; Silva, A. (2013). *Cabido Metropolitano e Primacial de Braga: reabilitação e ampliação do Tesouro-Museu da Catedral de Braga – Arte Sacra: intervenção arqueológica (demolições, sondagens e acompanhamento) realizada na área dos edifícios n°s 102/118 da rua D. Diogo de Sousa (2003-2004): relatório*, Universidade do Minho, UAUM.

Magalhães, F. (2010). “Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*”, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/13619>

Magalhães, F. (2013). “Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*”, in *Interconexões -Revista de Ciências Sociais Vol. 1*, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa, Braga, pp. 13 – 30.

Magalhães, F. (2013). “As áreas residenciais de circulação e de representação das *domus* de *Bracara Augusta*”, in *Estudios Humanísticos. Historia N°12*, Universidade de León, pp. 39 – 63.

Magalhães, F. (2015). “Espaço doméstico e sociabilidades: As *domus* de *Bracara Augusta*”, in *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, GM Editora, Vitória.

Magalhães, F.; Ribeiro, J.; Martins, M. (2015). “Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na *domus* das Carvalheiras”, *Romanitas: Revista de Estudos Grecolatinos* N°6, Universidade Federal do Espírito Santo. Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), pp. 86-106.

Magalhães, F. (2016). “Os espaços e as construções em Bracara Augusta. Instrumentos para o estudo do quotidiano no noroeste peninsular”, in *Cuadernos de Arqueología*, Universidade de Navarra.

Mar, R. (1995). “Las casas de átrio en Pompeya. Cuestiones de tipología.” *Archeologia clásica: revista del Departamento de Ciencias storiche archeologiche e antropologiche*, n° 47, pp. 103-137.

Martins, M. (1997-98). “A zona arqueológica das Carvalheiras: balanço das escavações e interpretação do conjunto”, *Cadernos de Arqueologia 14-15*, Universidade do Minho, UAUM, pp. 23-45.

Martins, M. (2005). “As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta”, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/13410>

Martins, M.; Ribeiro, M. C (2009/2010). “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”, *Forum 44-45*, Universidade do Minho, Braga

Martins, M.; Ribeiro, M. C.; Baptista, J. (2011). “As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana”, in *Aquae Sacrae. Agua y sacralidad en época antigua*, Girona, pp. 1 – 31.

Martins, M.; Meireles, J.; Fontes, L.; Ribeiro, M. C.; Magalhães, F.; Braga, C. (2012). “Água. Um património de Braga”. CITCEM, Braga

Martins, M.; Ribeiro, J.; Magalhães, F.; Braga, C. (2012). “Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, Economia e Lazer”, in Ribeiro, M. C. & Melo, A. (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, CITCEM, Braga, pp. 29 – 67.

Martins, M.; Fontes, L.; Cunha, A. (2013). “Arqueologia Urbana em Braga: Balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas”, in Arnaud, J. M. et al (coord.) *Arqueologia em Portugal 150 anos*, AAP, Lisboa, pp. 81 - 88. <http://hdl.handle.net/1822/26824>

Martins, M.; Mar, R.; Ribeiro, J.; Magalhães, F. (2013). “A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*”, in A. Melo, M.C. Ribeiro (coord.) *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga, pp. 41-76 <http://hdl.handle.net/1822/27274>

Martins, M.; Ribeiro, M. C. (2013). “Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração”, in Ribeiro, M. C. e Melo, A. (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana: Transformação Morfológica dos Tecidos Históricos*, CITCEM, Braga, pp. 11 - 44. <http://hdl.handle.net/1822/23983>

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Martín Peñin, R. (2015): “Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater”, in: *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*, espai/temps, 67, Lleida/Braga, pp. 11-28.

Martins, M.; Magalhães, F.; Martín Peñin, R.; Ribeiro, J. (2016). “The housing evolution of Braga between late antiquity and the early middle ages”, in Sabaté, F. e Brufal, J. (dirs.) *Agira VIII Arqueologia Medieval – Hàbitats Medievals*, Pagès Editors, Lleida, pp. 35 – 52.

Mattoso, J. (1992). “A romanização do actual território português”, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal Volume I*, pp. 203 – 248.

Mau, A. (1908). *Pompei in Leben und Kunst*. Leipzig

Morais, R. (2001). “Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*”, *Forum* 30, Universidade do Minho, Baga, pp. 55-76.

Nissen, H. (1877). *Pompejanische Studien zur Stadtekunde dès Atertums*. Leipzig

Overbeck, J e Mau, A. (1884). *Pompei in seinen Gebauden, Alterhurmern und Kundstwerken*, Leipzig

Pereira, F. (2018). “A Zona Arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha romana de *Bracara Augusta*”, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Ribeiro, J. (2010). “Arquitetura Romana em *Bracara Augusta* – Uma análise das técnicas edilícias”, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Ribeiro, J.; Martins, M.; Magalhães, F. (2015). “Meios, técnicas e custos de construção em *Bracara Augusta* no século II: o balneário das Carvaleiras”, *Férvedes n.º 8*, Vilalba (Lugo), pp. 331-339

Ribeiro, M. C. (2008). “Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana”, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/8113>

Ribeiro, M. C. (2010). “A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados”, in *Forum 44-45*, Conselho Cultural, Universidade do Minho, pp. 194 – 197.

Ribeiro, M. C.; Martins, M. (2013). “O contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O livro da cidade de Braga (1737)” in Martins, M. *et al.* (coord.) *Caminhos da água: Paisagens e usos na longa duração*, CITCEM, Braga

Ribeiro, M. C; Melo, A. (2014). “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII – XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas” in Ribeiro, M. C. & Melo, A. (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*, CITCEM, Braga, pp. 79 – 115.

Tamm, B. (1973). “Some notes on Roman houses”, *OpRom 9*, pp. 53-60.

Teixeira, H. M. (2012). “Sistemas de abastecimento e drenagem de água a *Bracara Augusta*: aquedutos, canalizações e cloacas”, Relatório de Estágio de Arqueologia, Universidade do Minho, Braga.

Torres, A. C. (2014). “Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex. Albergue Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em *Bracara Augusta*”, Relatório de Estágio de Arqueologia, Universidade do Minho, Braga.

Vera, D. R. (2016). “La ciudad hispanorromana en el s. II d.C. Consolidación y transformación de un modelo urbano”, Tese de Doutoramento, Universidade de Córdoba.

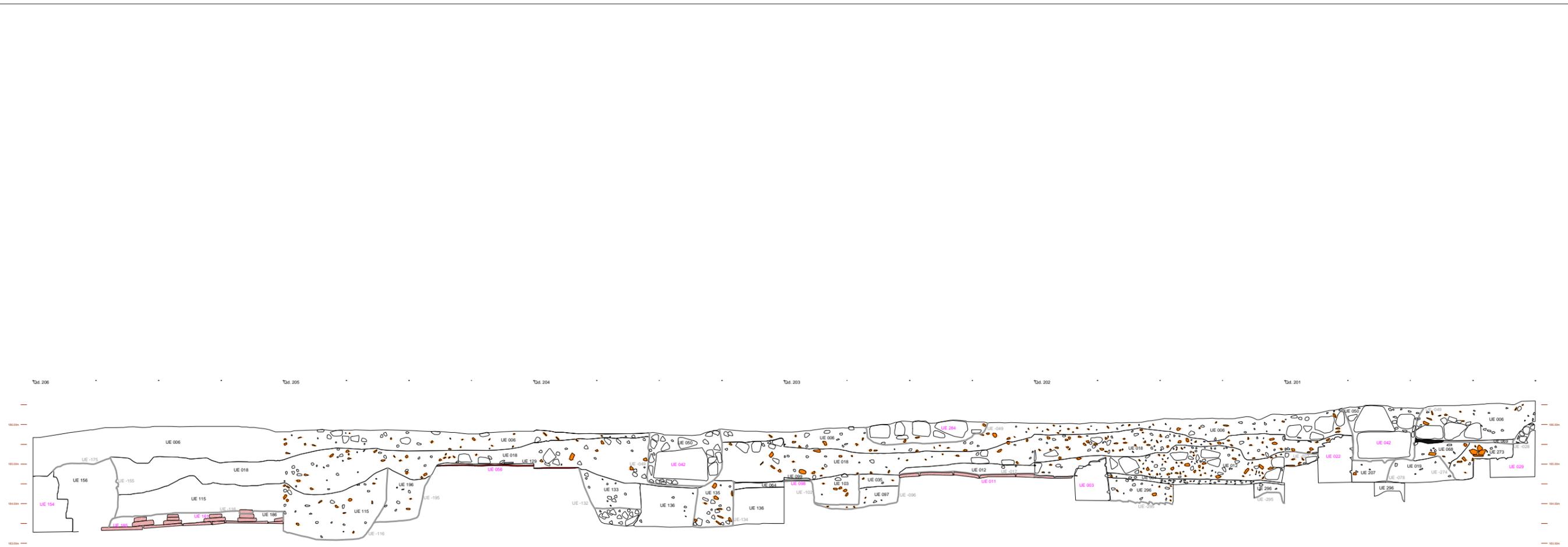
Wallace-Hadrill, A. (1994). *Houses and Society in Pompeii and Herculaneum*, Princeton University Press

Wallace-Hadrill, A. e Laurence, R. (1997). *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond*, University of Michigan

Apêndices

Apêndice 1

Corte 2 O/E da intervenção na Escola Velha da Sé

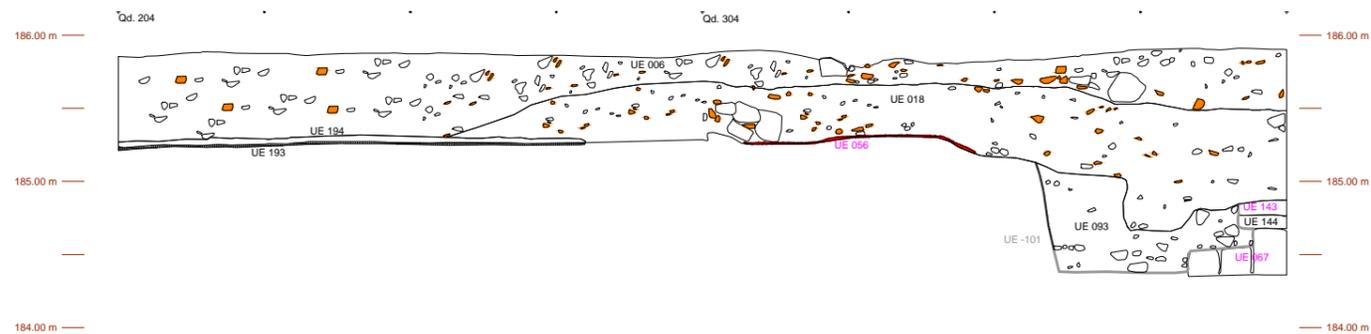


-  Tijela
-  Tijão
-  Não escavado
-  Carvões

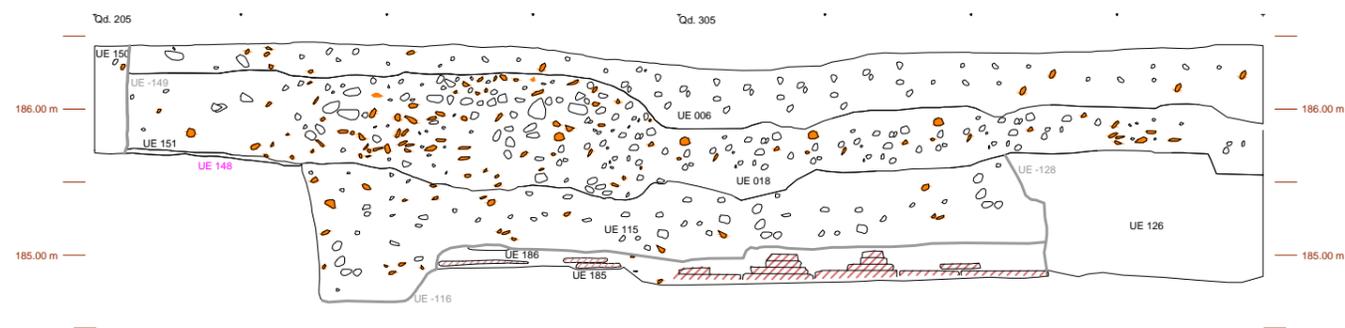
Esc. 1 : 20	BRA 99 Escola Velha da Sé	Mostrado em Arqueologia
	Corte 2 C/E	

Apêndice 2

Corte 2 e 3 N/S da intervenção na Escola Velha da Sé



Esc. 1 : 20	BRA 99 Escola Velha da Sé	Mestrado em Arqueologia
Projeto: 2012.000	Autores: 2012.000	2012.000
Colaborador: 2012.000	2012.000	2012.000
Corte 3 N/S		

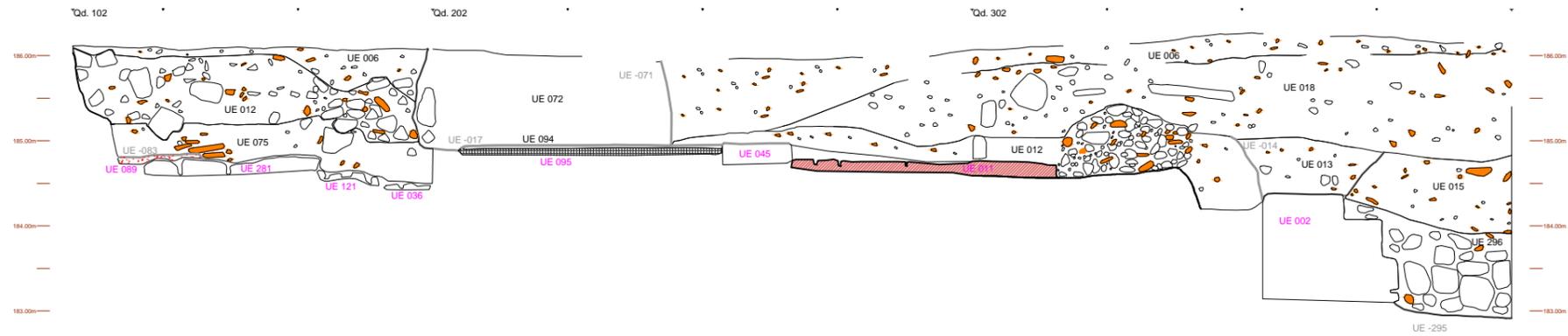


	Tijolo		Não escavado
	Tijoleira		Opus
	Opus Tessellatum		

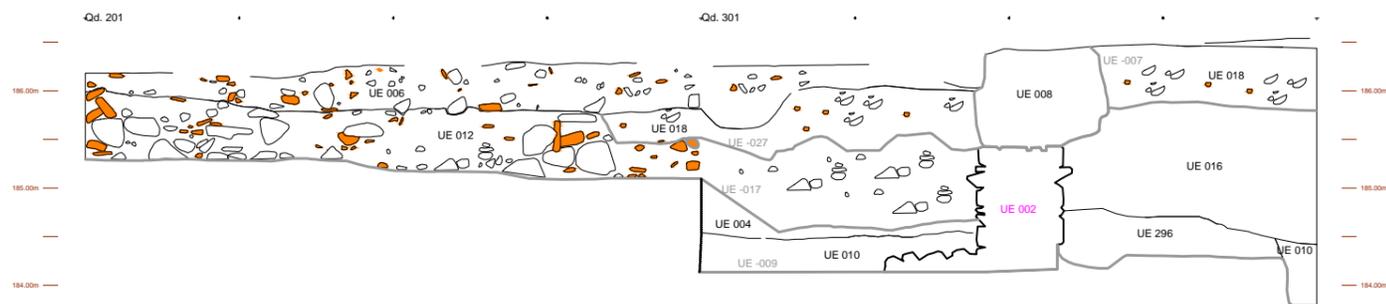
Esc. 1 : 20	BRA 99 Escola Velha da Sé	Mestrado em Arqueologia
Projeto: 2012.000	Autores: 2012.000	2012.000
Colaborador: 2012.000	2012.000	2012.000
Corte 2 N/S		

Apêndice 3

Corte 5 e 6 N/S da intervenção na Escola Velha da Sé



Esc. 1 : 20		BRA 99 Escola Velha da Sé	Mestrado em Arqueologia
Elaborado	20.10.2018		
Actualizado	20.10.2018		
		Corte 5 N/S	

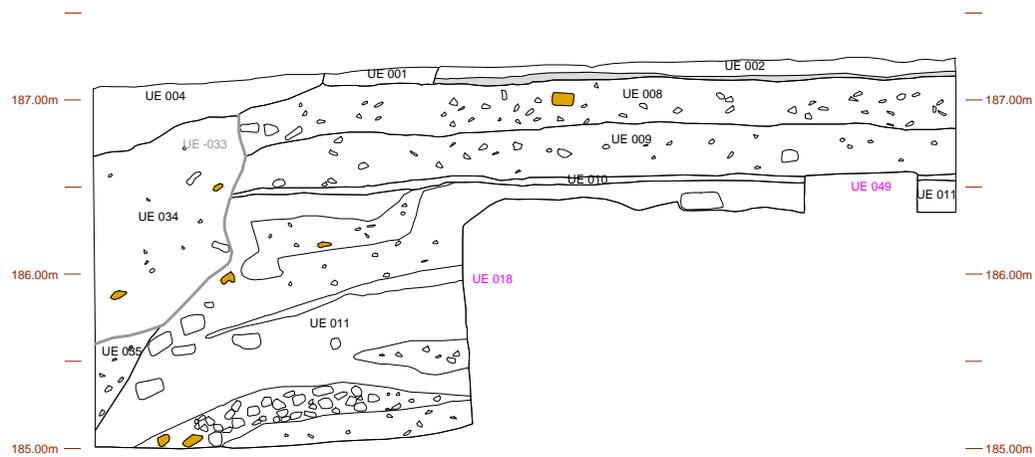


- Não escavado
- Tijolo
- Opus Tesselatum
- Tijoleira

Esc. 1 : 20		BRA 99 Escola Velha da Sé	Mestrado em Arqueologia
Elaborado	20.10.2018		
Actualizado	20.10.2018		
		Corte 6 N/S	

Apêndice 4

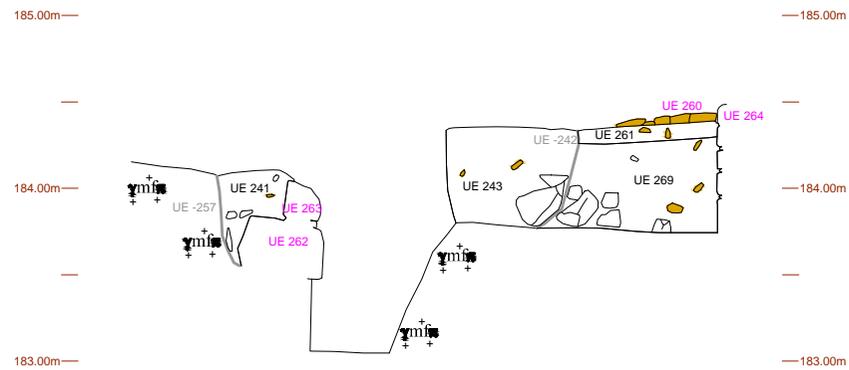
Perfil norte da sondagem 1 da intervenção da Rua Frei Caetano Brandão nº 166/168



Esc. 1 : 20		BRA 15 RFCB 166-168	Mestrado em Arqueologia
Campos	Arqueologia	Arqueologia	
Gabinete	Arqueologia	Pre-Mestrado	
		Perfil Norte - Sondagem 1	

Apêndice 5

**Corte 2 da sondagem 12 da intervenção da Rua
Frei Caetano Brandão nº 166/168**

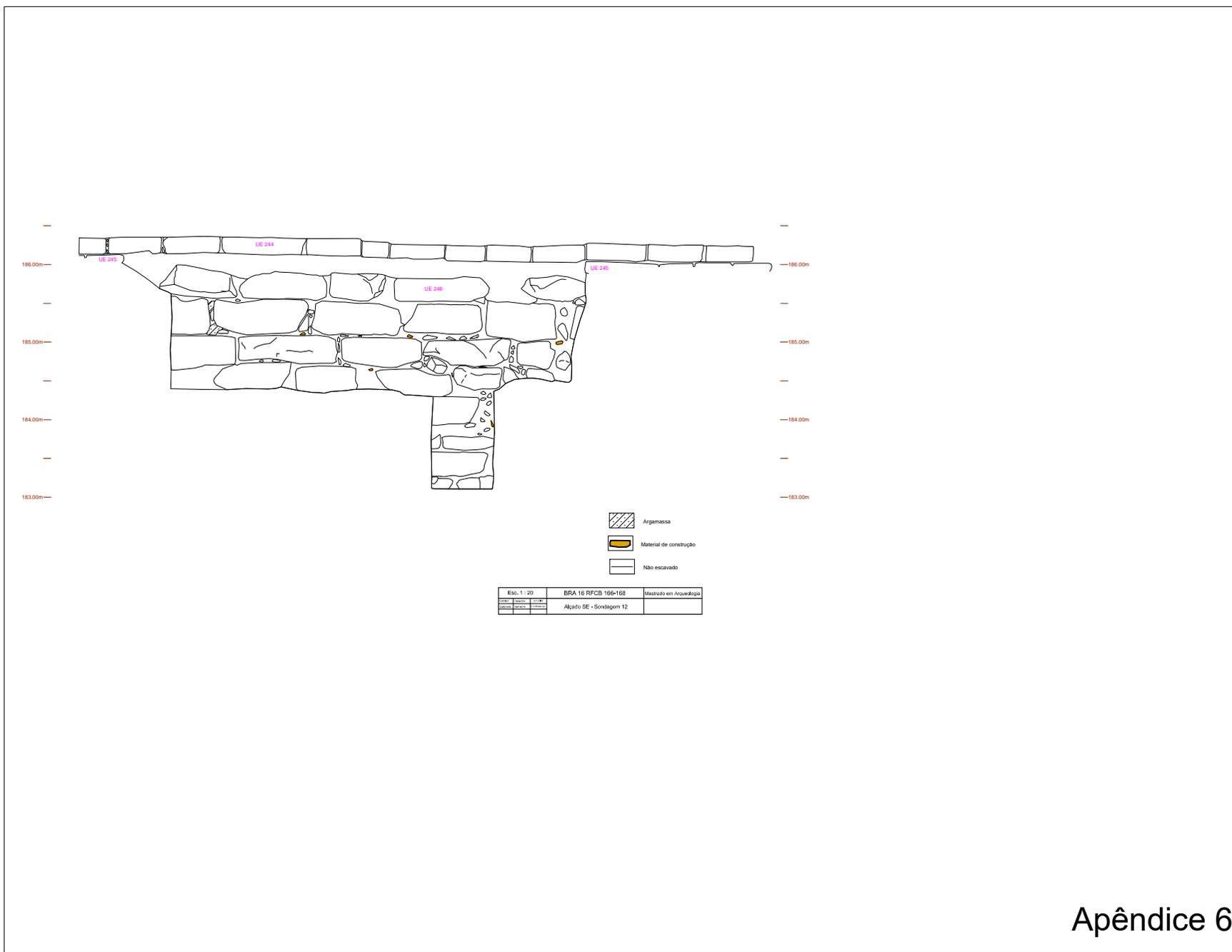


-  Não escavado
-  Granito de Braga
-  Material de construção

Esc. 1 : 20		BRA 16 RFCB 166-168	Mestrado em Arqueologia
Campos	20/09/2016	Luis Silva	
Gabinete	22/07/2013	Erica Monteiro	
Corte 2 - Sondagem 12			

Apêndice 6

**Alçado SE da sondagem 12 da intervenção da Rua
Frei Caetano Brandão nº 166/168**



Apêndice 7

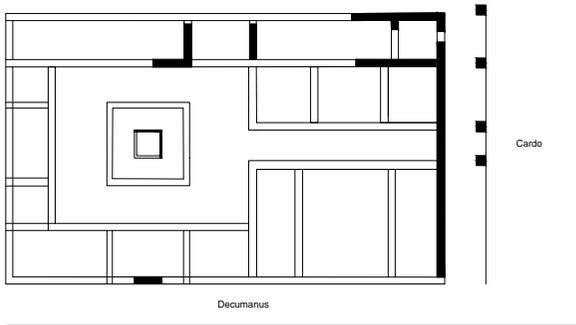
**Planta geral das ruínas da Escola Velha da Sé/Rua
Frei Caetano Brandão nº 166/168**



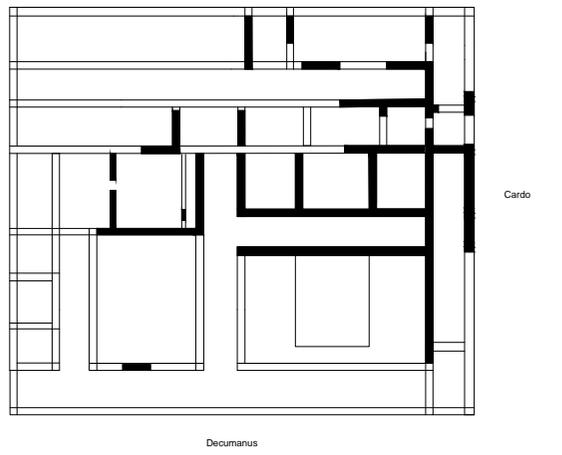
Esc. 1:20	Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão n° 166/168	Mestrado em Arqueologia
	Planta geral das ruínas da EVS/RFCB n° 166/168	

Apêndice 8

Planta interpretativa da Fase I e Fase II



Fase I



Fase II

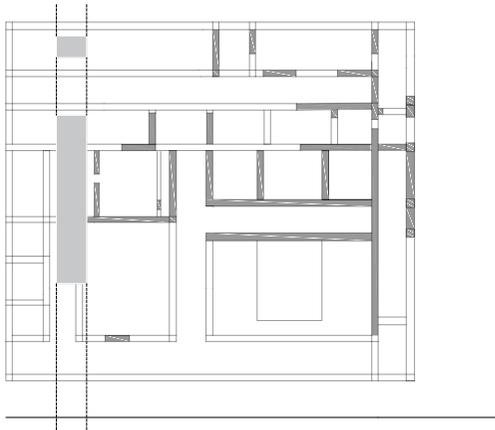


Esc. 1:20	EVS/RFCB 166/168	Mestrado em Arqueologia
	Planta Interpretativa da Fase I e II	

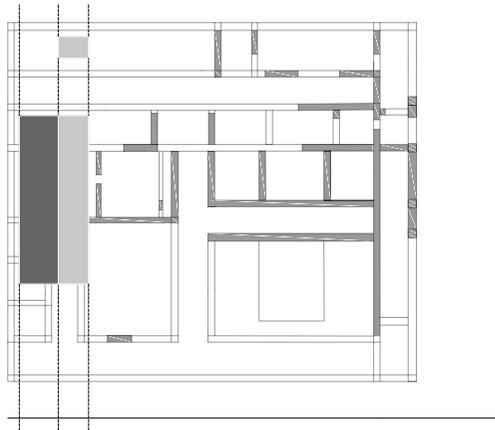
Apêndice 8

Apêndice 9

Planta interpretativa da Fase IV e Fase V



Fase IV



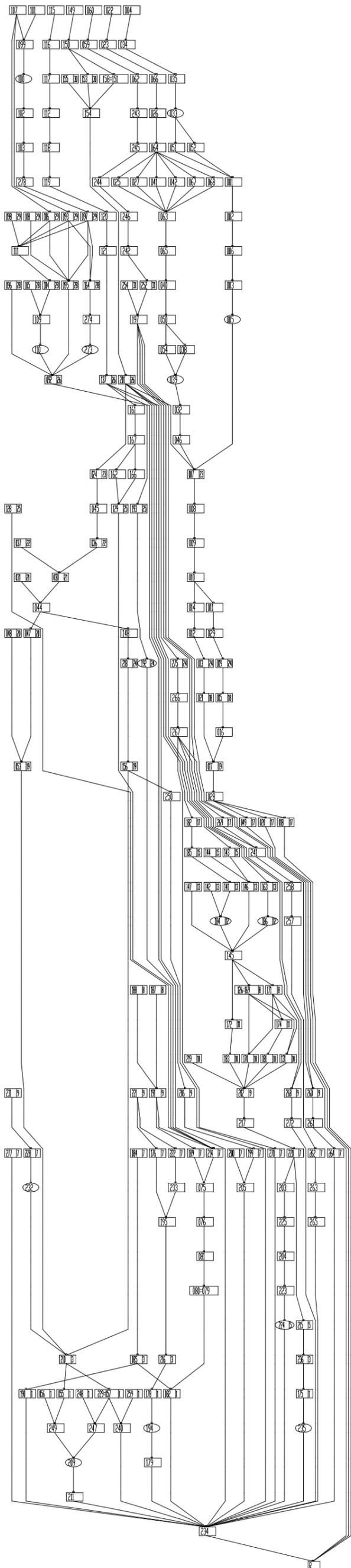
Fase V



Esc. 1:20	EVS/RFCB 166/168	Mestrado em Arqueologia
	Planta Interpretativa da Fase IV e V	

Apêndice 10

Diagrama geral RFCB 166/168



	RFCB 166/168	Mestrado em Arqueologia
	Diagrama geral RFCB 166/168	

